

**Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Geografia**

Ricardo Alexandre dos Santos Araújo

**RUPTURAS E PERMANÊNCIAS: UM ENSAIO
SOBRE A GEOISTÓRIA DO VALE DO SÃO
FRANCISCO**

Minas Gerais - Brasil
Maio - 2009

Ricardo Alexandre dos Santos Araújo

**RUPTURAS E PERMANÊNCIAS: UM ENSAIO
SOBRE A GEOISTÓRIA DO VALE DO SÃO
FRANCISCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço.

Orientador: Professor Dr. Ralfo Edmundo da Silva Matos

Belo Horizonte
Departamento de Geografia
2009

Ricardo Alexandre dos Santos Araújo

**RUPTURAS E PERMANÊNCIAS: UM ENSAIO
SOBRE A GEOISTÓRIA DO VALE DO SÃO
FRANCISCO**

Membros da Banca Examinadora:

Professor Doutor Cássio Eduardo Viana Hissa

Professora Doutora Marly Nogueira

Professor Doutor Carlos Magno Guimarães

Professor Doutor Ralfo Edmundo da Silva Matos

Dedicatória

Há muito tempo, apaixonei-me pela Geografia, não só por essa encantadora disciplina que desvenda o espaço, mas principalmente pela personificação desse saber na figura de minha esposa, Patrícia de Sá Machado. A ela dedico todo o meu esforço e o resultado deste trabalho.

Agradecimentos

Ao Coordenador, pesquisadores e alunos que integraram a equipe do projeto “População e Territorialidades Chaves da Rede de Cidades da Bacia do São Francisco”, pessoas especiais, que com suas experiências muito contribuíram para a realização desta dissertação.

Aos moradores das regiões ribeirinhas do Velho Chico, que, além de compartilharem informações importantes para a pesquisa, nos brindaram com sua imensa sabedoria.

*"Agora, por aqui, o senhor já viu: rio é só o São Francisco,
o rio do Chico. O resto, pequeno, é vereda. É algum ribeirão".
(João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas)*

Resumo

A atual conjuntura que cerca a academia permite considerar que a ciência tradicional encontra-se em um momento de profunda reflexão sobre suas metodologias e práticas. A introdução de novas variáveis no processo de construção de conhecimento e a postura mais flexível proporcionada pela Pós-Modernidade sugerem que a ciência deva passar por transformações para se adaptar. Diante desse cenário, é razoável questionar-se a rigidez da divisão disciplinar do conhecimento, combinando posturas que incentivem ações para a transdisciplinaridade e favoreçam o compartilhar de experiência entre os saberes. Na intenção de contribuir para o desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa geoistórica, esta dissertação, utilizando-se do Vale do São Francisco como objeto, propôs realizar um ensaio sobre a ocupação da região, a fim de identificar e analisar as principais permanências e rupturas relacionadas às transformações socioespaciais, objetos de estudo das tradicionais disciplinas História e Geografia.

Palavras-Chave: Permanências. Rupturas. Geoistória. Transformações socioespaciais. Vale do São Francisco.

Abstract

The modern conjuncture that surrounds the academy allows us to consider that traditional science meets nowadays a deep reflection on its methodologies and practices. New variables have been introduced in the process of knowledge construction and a flexible position provided by post modernity suggests that science should change in order to adapt itself. In this scenario, it is reasonable to ask the rigidity of the disciplinary division of knowledge combining positions that stimulate actions for the transdisciplinarity and to encourage the sharing of experience among knowledge. Thus, the main purpose of this dissertation is to contribute for the development of a “geoistórica” research methodology. By using “Vale do São Francisco” region as an object, the investigation, based on the occupation of the region, was conducted in order to identify and analyze the transformation of cultural, social and spatial permanence and also their disruptions which are objects of study of the traditional disciplines such as History and Geography.

Key words: Permanence. Disruption. "Geoistória". Social transformations. Spatial transformations. “Vale do São Francisco”.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO TEMA — O RIO SÃO FRANCISCO COMO CATALISADOR DE EXPERIÊNCIAS SOCIAIS INVESTIGATIVAS	09
PARTE 1	
INSERÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	14
CAPÍTULO 1 - MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE: ELEMENTOS CONCEITUAIS PARA SE REPENSAR A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO	15
1.1 O PROJETO ILUMINISTA E SUA CRÍTICA PÓS-MODERNA	16
1.2 HISTÓRIA E GEOGRAFIA NA CIÊNCIA MODERNA: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DOS SABERES SOCIOESPACIAIS	26
CAPÍTULO 2 - TEMPO E ESPAÇO, GEOGRAFIA E HISTÓRIA	35
2.1 SOBRE O TEMPO: A HISTÓRIA E A CONSTRUÇÃO DE SUA METODOLOGIA DE PESQUISA	36
2.2 ESPAÇO E GEOGRAFIA: OS DESAFIOS DIANTE DA CRISE DOS SABERES	48
2.3 POR UMA METODOLOGIA GEOISTÓRICA: O ESPAÇO E O TEMPO NA ANÁLISE DA TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL	54
2.4 A “GEOGRAFIA ORAL” COMO TÉCNICA PARA INCLUSÃO DA NOÇÃO DE ESPAÇO E DE NOVOS PERSONAGENS NOS ESTUDOS SOCIOESPACIAIS	63
PARTE 2	
GEOISTÓRIA DO SÃO FRANCISCO: EXERCÍCIO TRANSDICIPLINAR PARA A CONSTRUÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA DOS SABERES	68
CAPÍTULO 3 - CONSTRUINDO A GEOISTÓRIA DO SÃO FRANCISCO	69
3.1 O SÃO FRANCISCO COMO REFERÊNCIA HISTÓRICA E MARCO ESPACIAL PARA A FORMAÇÃO DO BRASIL	70
3.2 O ESPAÇO FÍSICO E AS CARACTERÍSTICAS NATURAIS DO VALE DO SÃO FRANCISCO	80
3.3 REFLEXÕES SOBRE A OCUPAÇÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO	88
3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A GEOISTÓRIA DO SÃO FRANCISCO ATRAVÉS DA ORALIDADE: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS; O MOVIMENTO TEMPORAL E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS	106
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
5 CONCLUSÃO	129
6 REFERÊNCIAS	132

APRESENTAÇÃO DO TEMA — O RIO SÃO FRANCISCO COMO CATALISADOR DE EXPERIÊNCIAS SOCIAIS INVESTIGATIVAS

O presente documento é um dos resultados, em forma de dissertação, da pesquisa “População e Territorialidades Chaves da Rede de Cidades da Bacia do São Francisco”, realizada no Vale do São Francisco, durante os anos de 2006 a 2008, coordenada pelo Prof. Dr. Ralfo Matos, que teve como objetivos estudar, descrever e cartografar a rede de localidades centrais e o cotidiano de relações da bacia do rio São Francisco, para a compreensão das mudanças e reestruturações econômico-demográficas dispostas na região.

Apesar de o período citado ter sido o mais intenso no que diz respeito à organização estrutural deste texto, certamente muitos dos elementos nele situados são frutos de outros conhecimentos, que remontam à formação acadêmica do autor, à sua experiência de vida, à convivência com outros pesquisadores e à seleção de interesses determinados por escolhas pessoais que nortearam a pesquisa.

A investigação, do ponto de vista geoistórico da influência da pecuária e do comércio no Vale do São Francisco, tornou-se uma empreitada de grande estima não só por ter proporcionado uma oportunidade ímpar para o exercício das teorias de análise social, mas como prática pessoal prazerosa e intensa. A opção metodológica pelo contato direto com os moradores das regiões ribeirinhas e a possibilidade de atuação conjunta com outros pesquisadores formados em áreas distintas de conhecimento, revelou-se uma excelente alternativa em função dos resultados obtidos e da oportunidade de compartilhar experiências.

É fato inegável a importância da região do Vale do São Francisco na formação histórica cultural do Brasil, principalmente no que se refere ao Estado de Minas Gerais. Entretanto, algumas lacunas são evidentes quando se considera o ponto de vista da dinâmica social através do tempo e do conhecimento acerca da sua organização espacial, que acompanha e interage com essas transformações sociais. Inobstante o destaque atribuído à “Região da Mineração”¹ — que foi determinante na formação espacial do Alto

¹ Região da Mineração é como convencionou-se denominar as áreas a montante do Vale do São Francisco e dos rios Doce e Jequitinhonha, onde imperaram as transformações resultantes da exploração mineral dos séculos XVII e XVIII. Segundo os critérios do Ministério da Integração e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o Vale do São Francisco pode ser segmentado em quatro áreas regionais:

- **Alto São Francisco** – das nascentes até a cidade de Pirapora (MG), com 100.076 km², ou 16% da área da Bacia, e 702 km de extensão. Sua população é de 6,247 milhões de habitantes;
- **Médio São Francisco** – de Pirapora (MG) até Remanso (BA), com 402.531 km², ou 53% da área da Bacia, e 1.230 km de extensão. Sua população é de 3,232 milhões de habitantes;

São Francisco e que possui diversos trabalhos a seu respeito —, o objetivo principal desta pesquisa foi analisar, tomando como referência valores geoistóricos, o que se chamou de “Região do Gado”², área concebida e delimitada, segundo os critérios da pesquisa, localizada onde se convencionou denominar Médio São Francisco.

Observou-se que a incidência da pecuária na região do Vale do São Francisco acontece com maior ênfase ao longo do leito do rio São Francisco e seus afluentes. Por uma restrição imposta pela Coroa Portuguesa nos tempos da Colônia, a criação de gado foi deslocada para o interior, uma vez que concorria com a produção de cana-de-açúcar, o principal produto brasileiro da época. Por esse motivo a pecuária instalou-se em áreas mais afastadas do litoral e, gradativamente, foi se espalhando pelos vales do grande rio, como uma mancha de óleo, que se difundiu lentamente.

Por ser um tipo de atividade que necessita de grandes áreas para pastagem, a pecuária expandiu-se utilizando o rio São Francisco como eixo condutor. A proximidade com o leito do rio era fundamental não só para o abastecimento de água, mas como fonte de alimento para o gado, pois a vegetação de caatinga predominava nos solos relativamente próximos do sertão da Bahia e de Pernambuco. A baixa densidade populacional na “Região do Gado” é, em parte, coerente com a presença da pecuária, que não necessita de muita mão-de-obra para operar e acaba por se configurar como uma atividade distribuída no espaço.

A salinidade do solo, devido ao clima árido em algumas sub-regiões ao longo do rio, estimulou a consolidação da ocupação promovida pela pecuária, visto que o sal é elemento indispensável à criação do gado. Além disso, o comércio regional do sal foi fundamental para o estabelecimento de várias localidades que tinham nesta atividade sua principal mercadoria.

No outro extremo da bacia, no denominado Alto São Francisco e, principalmente ao longo do rio das Velhas, verificou-se que a dinâmica da mineração se estabeleceu como principal atividade econômica em fins do século XVII e XVIII com a descoberta e a exploração das minas de ouro. Devido à efervescência provocada pela descoberta do ouro,

-
- Submédio São Francisco – de Remanso (BA) até Paulo Afonso (BA), com 110.446 km², ou 17% da área da Bacia, e 440 km de extensão. Sua população é de 1,944 milhões de habitantes;
 - Baixo São Francisco – de Paulo Afonso (BA) até a foz, entre Sergipe e Alagoas, com 25.523 km², ou 4% da área da Bacia, e 214 km de extensão. Sua população é de 1,373 milhões de habitantes;
- Essa divisão regional, defendida por Márcio Santos no livro Rio São Francisco: Patrimônio Cultural e Natural, publicado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, será, em grande medida, acatada nas considerações deste texto.

² Também conhecida como Região dos Currais.

o Alto São Francisco tornou-se o principal centro consumidor dos produtos originados da pecuária da “Região do Gado”.

A delimitação conceitual estabelecida neste trabalho para a definição teórica dessa área descreve uma tentativa de somar características históricas ao conceito de região que é marcadamente mais explorado na Geografia. Chamamos de “Região do Gado” ou “Região dos Currais”, a área da bacia do São Francisco, onde a influência cultural e as transformações espaciais indicam que a pecuária e o comércio foram suas principais atividades econômicas, contribuindo, assim, para deixar marcas bastante profundas na composição social, na cultura, no comportamento e na mentalidade dos moradores.

O movimento de ocupação do Vale do São Francisco não se deu de forma homogênea no tempo. Por isso, é tarefa muito difícil abranger de forma detalhada as características dessa ocupação desde o momento em que o rio São Francisco passa a fazer parte da história do Brasil até os dias atuais. Mas, para respeitar os objetivos traçados na pesquisa, o período entre os séculos XVIII a XX será tratado de forma mais vigorosa, considerando-se que os apontamentos aqui realizados serão pautados por uma visão macro e que a dinâmica de transformação geográfica acontece de forma distinta, dependendo da escala de tempo e da área utilizada na análise.

É importante ressaltar que a delimitação conceitual de uma “Região do Gado” não assume como verdadeiro que a pecuária tenha sido o único meio de produção identificado nessa área e, da mesma forma, não pretende reduzir a atuação da pecuária a esse único perímetro. Certamente, em outras áreas a criação de gado promoveu suas transformações, da mesma forma que na aqui definida “Região do Gado”, outros modos de produção e culturas deixaram suas marcas. Contudo, fez-se necessária essa delimitação, justamente para priorizar áreas onde a influência da pecuária foi mais pujante, de modo a permitir uma análise mais detalhada das características e consequências desse complexo sistema de produção, e das transformações espaciais e sociais por ele introduzidas.

Além de avaliar com maior interesse as marcas da pecuária, objetivou-se também verificar a ascendência do rio São Francisco não só como marco simbólico, mas como elemento de transformação espacial, principalmente quando se considera o comércio e o transporte por ele viabilizado. Ao analisar a formação das cidades ribeirinhas, encontra-se ainda uma intrincada rede de comércio regional, movimentada pela navegação fluvial ao longo do São Francisco. A intensidade e o alcance da utilização do rio como canal de escoamento de produção e para abastecimento do comércio regional variou no tempo, e

mesmo em escalas diferentes, ainda hoje podemos observar os traços deixados por essa atividade econômica.

Nessa perspectiva, foram utilizados conceitos e metodologias que são empregados e discutidos nas disciplinas História e Geografia como elementos norteadores da pesquisa e da análise sociocultural que será apresentada. Todavia, mesmo utilizando como suporte as orientações e conceitos dessas disciplinas, optou-se por uma visão acadêmica mais aberta e sensível às vantagens de uma abordagem mais transdisciplinar na produção de conhecimento. Dessa maneira, acredita-se que o material aqui exposto é fruto de uma forma diferenciada de se tratar a ciência, apoiada nos valores da liberdade de criação, inovação e democratização da produção do saber, algo que, certamente, deve acompanhar a construção do conhecimento científico.

Para tanto, e por se tratar de uma pesquisa de campo que envolveu questões partilhadas pelas disciplinas História e Geografia, uma tarefa importante foi delimitar conceitos e definir métodos de pesquisa dentro de uma visão mais transdisciplinar. Esta apresentação do tema foi elaborada com o propósito de fornecer ao leitor informações relevantes sobre o contexto atual da produção acadêmica e situá-lo neste momento, em que as discussões teórico-epistemológicas se voltam para as bases estruturais da ideia de ciência, catalisadas pelo movimento de transformação que muitos autores nomeiam "Pós-Modernidade".

Não é intenção mergulhar nos desafios e conflitos que perpassam a definição de Pós-Modernidade, que acaba por abordar também uma definição do que seja Modernidade. No entanto, para contextualizar esta pesquisa dentro de um cenário mais abrangente da produção de conhecimento acadêmico se fez mister construir esse tópico, sem perder de vista os objetivos que conduziram o desenvolvimento do trabalho.

Definido o marco referencial macro de orientação, o próximo desafio foi determinar conceitos e metodologias de pesquisa geohistórica, que seriam adotados na análise do objeto. Para desenvolver essa tarefa, foi realizado um esforço teórico voltado para as práticas e definições metodológicas adotadas pelas disciplinas História e Geografia e as novas abordagens transdisciplinares, que, coerentes com tal percepção, representam o modelo de ciência que tem maior aderência aos temas e aos objetivos almejados.

Dentre as práticas metodológicas selecionadas, destaca-se a utilização da oralidade como recurso técnico-metodológico para obtenção de informações primárias, utilizadas e validadas pela pesquisa. Mais do que um conjunto catalogado de entrevistas, foi necessário apresentar uma definição teórica do que ficou conhecido no meio acadêmico como

“História Oral” e o que, nesta pesquisa, designamos como “Geografia Oral”, que será um tema tratado com maiores detalhes adiante, mas que, grosso modo, origina-se das percepções sobre a organização espacial dos indivíduos ao longo de suas experiências de vida e que puderam ser identificadas por meio das entrevistas.

A opção por essa forma direta de obtenção de dados já expõe uma preocupação latente, que acompanhou toda a pesquisa e revela uma tentativa de democratizar a própria produção de conhecimento acadêmico. A intenção não se limita à preocupação com o acesso ao produto final de uma pesquisa científica, mas, para além disso, procurar fazer um exercício de respeito e consideração do indivíduo comum — pessoas que não possuem a formação científica aparentemente necessária para se tornar aptos à produção de conhecimento —, que carrega consigo toda uma bagagem de vida e que muito mais do que informação científica, possui uma sabedoria indispensável à compreensão do que imaginamos ser a realidade social. Nessa direção, entende-se que se privilegia um modelo de ciência mais flexível, mais controverso, e mesmo assim, mais transformador.

Como exercício à aplicação dos conceitos e metodologias introduzidos nos primeiros capítulos, delinea-se uma análise do ponto de vista geohistórico das transformações encontradas no espaço social da “Região do Gado” do Vale do São Francisco, ligadas às atividades econômicas introduzidas pela pecuária e pelo comércio ribeirinho, considerando essas atividades como os principais modos de produção e acreditando que tais ocorrências foram determinantes na transformação do espaço e na identificação histórica do povo da região. Essa investida é também um importante aprendizado, justamente por iluminar as mudanças culturais, espaciais, econômicas e sociais, frutos dessas atividades econômicas, sem desprezar o legado da mineração, tão destacado nas terras mais altas da bacia e que acaba por se definir como símbolo monolítico para todo o Vale do São Francisco.

PARTE 1

INSERÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

CAPÍTULO 1

MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE: ELEMENTOS CONCEITUAIS PARA SE REPENSAR A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

1.1 O Projeto Iluminista e sua Crítica Pós-Moderna

Na visão de muitos autores a produção do conhecimento científico enfrenta hoje uma profunda crise, não só por apresentar restrições e dificuldades em incorporar novos temas, discursos e atores — que antes se mantinham silenciados, e que, atualmente, ganham força dentro da sociedade —, mas de forma mais veemente, a ciência é levada a repensar estruturalmente suas origens, aplicações e sentidos.

As certezas universais amplamente aceitas no período em que os ditames do Iluminismo se consolidaram como valores inquestionáveis tornaram-se incapazes de responder a todas as mazelas e contrastes que a parceria entre racionalidade e capitalismo apresentou. A crença em um progresso constante, pautado na existência de verdades absolutas, revelou-se cada dia mais frágil e insuficiente para manter o *status quo*, que na sociedade capitalista era causa das desigualdades. Por essa razão, a própria ciência está reavaliando seus paradigmas, atualmente insuficientes para lidar com a complexidade do mundo. Harvey (2001) vai mais a fundo na análise dessa situação, ao sustentar que existe uma crise moral que está na estrutura de todo o pensamento iluminista.

A crise moral do nosso tempo é uma crise do pensamento iluminista. Porque, embora esse possa ter permitido que o homem se emancipasse “da comunidade e da tradição da Idade Média em que sua liberdade individual estava submersa”, sua afirmação do “eu sem Deus” no final negou a si mesmo, já que a razão, um meio, foi deixada, na ausência da verdade de Deus, sem nenhuma meta espiritual ou moral (HARVEY, 2001, p. 47).

Harvey (2001) remete assim às origens do Iluminismo³, que desafiou a lógica teocêntrica imperante na Idade Média, contribuindo para tornar o homem livre das amarras tradicionais de uma interpretação religiosa da realidade, na qual todas as coisas estavam diretamente ligadas à vontade de Deus.

René Descartes (1596–1650) foi um dos principais expoentes dessa visão racional e matematizada da interpretação da realidade. Físico, filósofo e matemático, Descartes deu origem à geometria analítica e ao sistema de coordenadas, sugerindo a fusão entre a álgebra e a geometria. Foi uma figura-chave na inauguração do racionalismo na era moderna. O método cartesiano dotou de metodologia científica um modelo analítico de pesquisa, que se propunha buscar *a verdade suprema* na interpretação dos fenômenos.

³ O Iluminismo, a grosso modo, foi um movimento filosófico refletido em conceitos e ações que sintetizaram diversas tradições filosóficas, correntes intelectuais e atitudes religiosas, sustentado na defesa do conhecimento racional e na ação humana como meios para a superação de preconceitos e ideologias tradicionalmente teológicas. Não há consenso em relação às origens do movimento, que, em geral, é referenciado cronologicamente no século XVIII, conhecido como *Século das Luzes*.

Preocupado em eliminar erros e converter a dúvida em método, Descartes supervaloriza a razão, utilizando como base quatro tarefas indispensáveis à produção do conhecimento: verificar, analisar, sintetizar e enumerar os pensamentos, a fim de manter uma ordem concisa na elaboração de leis. Com base no racionalismo matemático, Descartes iria influenciar toda a ciência moderna, ao instituir a dúvida como elemento-chave da ciência: só se pode dizer que existe aquilo que possa ser provado, sendo o ato de duvidar incontestável.

Com a influência do Iluminismo em várias áreas do pensamento e nos escritos de vários filósofos entre os séculos XVI e XVIII — tais como Hume (1724–1804), Adam Smith (1723–1790), Rousseau (1712–1778), Montesquieu (1689–1755), Newton (1642–1727), Diderot (1713–1784), dentre outros —, viu-se que a razão passou a ser sinônimo de luz e abrangia as ideias de progresso, emancipação humana, domínio científico da natureza, eliminação da escassez, e fim das irracionalidades do mito, da religião e da superstição. Mais adiante, tudo isso iria incorporar-se ao método positivista, uma das principais correntes filosóficas da modernidade. A herança iluminista e cartesiana seria apropriada e aprofundada por Auguste Comte (1789–1857) em seu método científico, cujos fundamentos são a certeza rigorosa dos fatos, a experiência como base da teoria e a procura de relações constantes entre os fenômenos. A filosofia positivista sustentada por Comte defende que existem leis gerais que determinam os fenômenos sociais, da mesma forma que os fenômenos naturais. Comte usaria a observação, a experimentação, a comparação e a classificação, como métodos para a obtenção dos dados reais que seriam indispensáveis à atribuição de leis universais abstratas e constantes, que regeriam todos os fenômenos. Assim, o Positivismo⁴ evita indagar a essência das coisas e despreza as causas de determinação inacessível, que dificultem a elaboração de leis gerais.

Outro importante expoente na definição do pensamento moderno foi Isaac Newton (1643–1727). Cientista inglês atuante em várias áreas do pensamento, Newton propôs a explicação de problemas universais, por meio da utilização da mecânica e da metafísica. Foi o primeiro autor a demonstrar que o movimento dos objetos, tanto na Terra quanto em qualquer outro corpo celeste, são governados por um conjunto de leis naturais universais. As “Três Leis de Newton”, que explicariam a movimentação dos corpos celestes, acabaram

⁴ O Positivismo pode ser entendido superficialmente como uma corrente filosófica e científica que emergiu no século XIX, por influência de Augusto Comte, e tem suas origens nos desdobramentos conceituais iniciados com o Iluminismo. Defende a ideia de uma ciência medida com rigor por critérios técnicos e, a partir disso, consolida uma expectativa de progresso e evolução constante da humanidade.

por sugerir que a investigação racional pudesse revelar o funcionamento mecânico da natureza (VITTE, 2007)⁵.

Visualiza-se, assim, um novo paradigma racional com independência em relação às crenças e à possibilidade de uso não arbitrário do poder. Entretanto, ao assumir a “ausência de Deus”, a humanidade, carente de uma moralidade reguladora, creditou à razão e ao capitalismo as normativas morais para a condução da sociedade. Bignotto (1994), ao tratar o Renascimento italiano e os seus pensadores, reforça o pensamento de que a liberdade na interpretação da realidade, viabilizada pelo racionalismo, possibilitou a emancipação na construção dos saberes e a determinação do verdadeiro ator da transformação da realidade, ou seja, o homem moderno.

O que essa imagem de um homem totalmente livre tem de encantadora não é a descoberta do caráter necessário das escolhas que operamos no mundo, os medievais já sabiam disso, e sim o fato de que o pensador sugere que podemos inventar uma natureza e também sua forma de estar no mundo. Em outras palavras, somos os inventores de nossa natureza e também da nossa história (BIGNOTTO, 1994, p. 177).

Novaes, porém, aponta os limites para uma interpretação tecnocêntrica, e coloca lado a lado teologia e técnica, deduzindo que ambas são incapazes de abarcar a vida da sociedade em toda a sua complexidade.

Vêm a história como realização dos desígnios de Providência ou como determinismo que garante que, de etapa em etapa, tempo e história correm em sentido determinado: é a visão do tempo como seqüência linear. Negam à história o direito à incerteza e ao acaso. Técnica e religião pretendem libertar o homem da angústia da incerteza e, por isso, desejam tudo dominar, tudo prever. Mas tempo não se confunde com eternidade (da religião), e história põe em jogo a totalidade do mundo e nenhuma técnica pode abarcar essa totalidade. A técnica, como a religião, não dá conta do tempo interior e do tempo das coisas. Ele está em nós e fora de nós, na história do mundo, e, portanto, jamais pode ser objeto de manipulação absoluta (NOVAES, 1994, p. 10).

O Modernismo, baseado em valores positivistas, tecnocêntricos e racionalistas, defende a crença no progresso linear, pautado em verdades absolutas, que ultrapassariam as fronteiras geográficas, étnicas, de classe ou de nação, com a possibilidade do desabrochar de um homem universal e da diminuição dos conflitos. Seria o que alguns autores chamaram de o “Fim da História”. Entretanto, tal perspectiva foi duramente questionada, principalmente por não ter resolvido todas as questões que se referem à inserção desigual dos indivíduos no processo produtivo capitalista. Segundo Garcia

⁵ Cf. VITTE, Antonio C. (org). Contribuições à História e à Epistemologia da Geografia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

A história teria chegado a seu fim se os conflitos houvessem sido dissolvidos. Mas não só eles persistem, como às vezes se intensificam, suscitando a emergência de novos sujeitos articulados em torno de novas problemáticas na qual estão explícitos ou subjacentes valores de liberdade e de igualdade (GARCIA, 1994, p. 101).

O projeto iluminista considerava imperativa a existência de uma única resposta possível a qualquer pergunta. Dessa percepção em relação à organização do universo, a representação dos eventos seria sempre traduzida através de modelos matemáticos que, uma vez descobertos, forneceriam os meios para os fins iluministas de controle e representação do real. Diante disso, segundo Matos

As transformações provocadas pelo racionalismo-mecanicista, desde o renascimento no século XVI, aprofundam e radicalizam a herança deixada pelos gregos. A natureza passa a ser vista como um artefato mecânico a ser decifrado através da lógica matemática e sujeita ao domínio humano. É sua autonomização em relação ao ser humano. O racionalismo confere à natureza um valor científico, especialmente após o surgimento e o avanço da História Natural, que concebia as áreas não transformadas pelo homem como “habitat” de espécies selvagens e objeto de pesquisa (MATOS, 2008, p. 45).

Novaes (1994) comprova que, com o racionalismo, o real estava submetido, a todo momento, às noções rígidas e exatas dos números, ainda que isso fosse um empreendimento paradoxal, porque a realidade cotidiana não é matemática, nem sequer matematizável. Mesmo com esses limites, a razão iluminista necessitava criar, validar e difundir as suas regras.

É impossível despojar o mundo de suas ambigüidades, paradoxos e enigmas, e dominá-lo plenamente por meio da racionalidade técnica e de forma sistemática. No lugar de habitar o mundo, acolhê-lo, viver no meio dos acontecimentos, o homem moderno tem a pretensão de dominá-lo pela técnica. Mas ele não se dá conta de que essa pretensão é que o transforma no escravo moderno: dominado por causas exteriores, o homem perde a prudência, e age como qualquer ser passional, isto é, tudo o que ele faz só o faz porque é levado pelos acontecimentos (NOVAES, 1994, p. 15).

No princípio, o domínio da ciência prometia liberdade diante da escassez e das arbitrariedades surgidas nas calamidades naturais. A promessa de emancipação humana veiculada dentro do Iluminismo, segundo Harvey (2001), voltou-se contra si mesma, tornando a opressão, a incerteza, o medo e a insegurança, uma constante no cotidiano dos indivíduos. A lógica por detrás da racionalidade iluminista passou a ser vista como uma lógica da dominação e da exploração. A ânsia por dominar a natureza envolvia também o domínio dos seres humanos.

O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas (HARVEY, 2001 p. 23).

Definida como principal elemento para a construção dos modelos conceituais da ciência moderna, a racionalidade prestava-se a desenvolver saberes com a premissa da universalidade. Modelos matemáticos foram propostos e o mundo transformou-se em celeiro de experiências racionais, o que se tornou condição para a construção de uma ciência objetiva. Esse esforço intelectual dos pensadores iluministas sustentava-se na noção de que o acúmulo de conhecimento proporcionaria a emancipação humana com conhecimento e controle da vida diária.

No entanto, o otimismo do racionalismo presente no discurso intelectual da modernidade contribuiu durante muitos anos para ofuscar as mazelas e dificuldades latentes, agravadas pelo capitalismo industrial. A ideia de segurança e controle presentes no repertório do Iluminismo e o pensamento dominado pela técnica tiveram em comum a ilusão de reduzir o futuro à espera e previsão. Ainda assim, durante o século XX, muitos eventos de alcance mundial serviram para colocar por terra a esperança de que a racionalidade e o controle do capital seriam condições únicas fundamentais para garantir a prosperidade e a liberdade dos indivíduos. A ocorrência de duas grandes guerras mundiais; os campos de concentração; o risco atômico; a dependência em relação ao capital e o mercado; a notória destruição do meio ambiente, com a possibilidade real de aniquilação da raça humana; entre outros eventos de vital importância, comprovaram que algo havia se perdido no decorrer dessa parceria.

A supremacia da racionalidade e da objetividade, que eram características do pensamento iluminista, do Positivismo e da ciência moderna, esbarraram em seus limites na segunda metade do século XX e isso contribuiu para o surgimento de novos paradigmas. A partir de fins dos anos de 1960, a ciência discute a relação homem/natureza e, finalmente, proclama a indissociabilidade entre essas duas entidades. De fato, desde o início do século XX, novas descobertas científicas introduziram uma maneira inédita de pensar essa relação, alterando os paradigmas vigentes, principalmente por aumentar as discussões e as fronteiras entre as disciplinas. Com o advento da mecânica quântica de Max Planck, em 1905, a solidez da física clássica começou a dissolver-se com as noções

de indivisibilidade da energia e de interconectividade integradora, em oposição ao racionalismo mecanicista do método positivista. A incerteza e o acaso incorporaram-se ao debate teórico, opondo-se ao determinismo dado pela ordem positivista. Mais tarde, em 1959, a proposição de Von Foerster de que a ordem constrói-se com a desordem, reforçou o princípio da incerteza. Descobria-se, então, um tipo de desordem diferente, que deveria ser considerada em contraponto à elaboração das leis universais.

Nesse aspecto, Gonçalves desenvolve, com bastante propriedade, o seguinte raciocínio:

a expressão "dominar a natureza" só tem sentido a partir da premissa de que o homem é não-natureza... Mas se o homem é também natureza, como falar em dominar a natureza? Teríamos que falar em dominar o homem também... E aqui a contradição fica evidente. Afinal, quem dominaria o homem? Outro homem? Isso só seria concebível se aceitássemos a idéia de um homem superior, de uma raça superior, pura — e a História já demonstrou à farta as conseqüências destas concepções. A natureza é, em nossa sociedade, um objeto a ser dominado por um sujeito, o homem, muito embora saibamos que nem todos os homens são proprietários da natureza. Assim, são alguns poucos homens que dela verdadeiramente se apropriam. A grande maioria dos outros homens não passa, ela também, de objeto que pode até ser descartado (GONÇALVES, 1989, p. 26-27).

Para Hissa (2002), o principal motivo pelo qual a relação entre racionalidade e capital passou a ser questionada origina-se na forma como os indivíduos foram incluídos dentro desse sistema. Diferentemente do que se imaginava, uma sociedade pautada em valores racionais não estava livre de distorções sociais tão evidentes na sociedade da Idade Média, e que, de certa forma, se repetiam, com outras justificativas, na modernidade. A disputa de classe, as divisões do trabalho, as diferentes inserções no processo de produção, o díspar acesso ao poder e ao saber, também tinham suas restrições, mesmo construídos sobre a ótica da razão. A sociedade racional não se mostraria homogênea e as desigualdades se mantiveram, muitas vezes se agravando. Concorda-se com o autor quando afirma:

Contudo, a difusão da modernidade não se realiza de forma homogênea. A modernidade é projetada de forma desigual. Pode-se dizer que a crise da modernidade, em síntese, resulta da inserção dos indivíduos na sociedade de forma desigual; resulta de promessas não cumpridas, advindas do próprio ambiente histórico da modernidade; resulta da crise da sociedade, crise do Estado e da crise política. Mas, ainda assim, a modernidade propaga-se. Com todas as suas contradições, o projeto da modernidade é ampliado e estendido à última fronteira do mundo contemporâneo (HISSA, 2002, p. 63).

A crítica crescente ao Modernismo, para muitos autores contribuiu para a formatação de um novo paradigma teórico definido como Pós-Modernismo. Esse movimento de crítica ao Modernismo, iniciado nas artes, mas que se reflete também nas ciências, causou forte repercussão na teoria científica, pois atua diretamente na base das concepções racionalistas, oferecendo novos modelos para a construção dos saberes.

Geralmente reconhecido como positivista, tecnocêntrico e racionalista, o Modernismo se identifica com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais, e com a padronização do conhecimento e da produção. O Pós-Modernismo, em contraste, privilegia a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras, e introduz novos paradigmas na redefinição do discurso cultural. A fragmentação, a indeterminação e a total desconfiança em relação aos discursos universais “totalizantes” são a principal marca do pensamento pós-moderno.

Exercício bastante complicado é a definição do status teórico do Pós-Modernismo, uma vez que essa tarefa requer também uma definição aceitável do que seja Modernismo. Concorda-se com Harvey (2001), quando afirma que o estudo mais apropriado da natureza do Pós-Modernismo deve levar em conta não tanto o conjunto de ideias que o sustentam, mas sim uma condição histórica que requer elucidação. É um enorme equívoco apagar as realizações materiais e teóricas das práticas modernistas, como se o Pós-Modernismo surgisse completamente novo e autêntico. Na realidade, com o arcabouço teórico racional, os modernistas encontraram um meio de controlar e conter uma explosiva condição capitalista de dimensões universais e foram eficazes, por exemplo, na organização da vida urbana característica dos séculos XIX e XX. Se há uma crise implícita na ciência moderna, não é claro que seu objetivo seja apenas a substituição completa dos conceitos e práticas modernistas.

Os sentimentos modernistas podem ter sido solapados, desconstruídos, superados ou ultrapassados, mas há pouca certeza quanto à coerência ou o significado dos sistemas de pensamento que possam tê-lo substituído. Essa incerteza torna peculiarmente difícil avaliar, interpretar e explicar a mudança que todos concordam ter ocorrido (HARVEY, 2001, p. 47).

Harvey (2001), ao analisar as alternativas sugeridas com o Pós-Modernismo, entende que esse movimento não representa uma ruptura total com o Modernismo. Ao contrário, o Pós-Modernismo seria fruto de um processo histórico que fomentou a crítica da cultura modernista sem, contudo, desbancá-la. É, portanto, um fenômeno estrutural, que

atua na base da ciência moderna, procurando rediscutir os conceitos e práticas que estão em constante adaptação.

Foi quase como se as pretensões universais de modernidade tivessem, quando combinadas com o capitalismo liberal e o imperialismo, tido sucesso tão grande que fornecessem um fundamento material e político para um movimento de resistência cosmopolita, transnacional, e, portanto, global a hegemonia da alta cultura modernista (HARVEY, 2001, p. 44).

Garcia (1994), por sua vez, faz eco a Harvey e aponta os indícios que caracterizam o período da Pós-Modernidade. O progresso tecnológico atual, que diminui distâncias e fronteiras, atuando de forma marcante sobre as dimensões de tempo e espaço, é, sem dúvida, um dos catalisadores para a crítica pós-moderna. Ao agir nas práticas cotidianas dos indivíduos a tecnologia introduz novas demandas e novos sujeitos, fazendo com que o paradigma dos saberes seja questionado. Além disso, na Pós-Modernidade, mesmo com todo o aparato técnico, verifica-se a diminuição do espaço público e, por consequência, da política.

A Pós-Modernidade — esta seria a etapa histórica em que o mundo teria ingressado — caracterizar-se-ia pelo encolhimento do espaço público, com o correspondente recuo dos sujeitos sociais e políticos para estações privados, onde uma parafernália hi-tech (computadores interligados a redes planetárias, fax, vídeos, fornos microondas) confinaria homens e mulheres à mais absoluta privacidade permitindo a todos prescindir das formas e dos espaços clássicos de sociabilidade (GARCIA, 1994, p. 95).

Harvey (2001) atribui a mudança pós-moderna a uma crise da nossa experiência com os modelos conceituais de espaço e tempo, na qual as categorias espaciais vêm sobrepor-se às temporais, ao mesmo tempo que sofrem mutações de tal ordem, que não conseguimos acompanhar com as referências teóricas atuais. As ordenações simbólicas do espaço e do tempo fornecem uma estrutura para a experiência, mediante a qual aprendemos quem ou o que somos na sociedade. É da relação dialética entre o sistema estruturado do espaço e do tempo que as práticas e representações comuns são determinadas, e é exatamente a partir dessas experiências que se impõem esquemas duradouros de percepção, de pensamento e de ação.

A Pós-modernidade, logo, é um movimento de transformação cultural que, na falta de um termo mais adequado, traduz uma mudança na sensibilidade em relação às ordens culturais, sociais e econômicas. A aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico é, na visão de Harvey, o fato mais espantoso sobre o Pós-Modernismo. A teoria pós-moderna descarta a possibilidade de definição de elementos eternos e imutáveis,

contribuindo assim para o abandono da ideia de conceitos universais. Dessa forma, rejeita a noção de progresso contínuo e rompe com o padrão de homem burguês sugerido pela modernidade.

A pretensão burguesa de estabelecer o homem burguês como homem universal revela-se precária: este homem não é tão suficientemente universal; a exploração, na modernidade, do elemento novo não esgota todas as suas virtualidades, a ruptura deve ser mais radical (BORNHEIM, 1994, p. 106).

Um dos efeitos que mais interessam em relação às transformações introduzidas pelo Pós-Modernismo é justamente a sua relação com a ciência. Reconhecida como principal elemento de sustentação teórica dos conceitos modernistas, a ciência tem sua base técnica sistematicamente questionada pelo Pós-Modernismo. O projeto iluminista considerava determinante a existência de uma linguagem própria para a transmissão de conhecimento e isso presumia a existência de um único modo correto de representação que, caso pudesse ser descoberto, forneceria os meios para os fins iluministas de controle e representação.

Até aqui, apresentou-se e discutiu-se, de forma mais estrutural, o contexto filosófico que serve de pano de fundo para a construção das concepções atuais de ciência. Viu-se que a supremacia da técnica com o uso da racionalidade para a busca incondicional da objetividade e previsibilidade tornou-se insuficiente para atender às necessidades atuais da construção dos saberes. O estabelecimento de leis universais e a busca de uma única resposta a qualquer pergunta concentram as críticas para uma interpretação tecnocêntrica defendida pela ciência moderna.

Além disso, como se observou, a forma na qual os indivíduos tiveram acesso a esse sistema técnico-científico, que determinou normas e condutas, também foi alvo de grande crítica e acabou por questionar o otimismo do racionalismo e, o que mais interessa, proporcionou uma crise na experiência com os modelos conceituais de espaço e tempo, sugerindo uma emancipação na construção dos saberes e a possibilidade de maior interação disciplinar.

Com a crítica pós-moderna constata-se uma mudança na percepção em relação às ordens culturais, sociais, econômicas, temporais e geográficas, que se entende como decisivas na construção de saberes que privilegiem a heterogeneidade e introduzam novos paradigmas na construção de um sistema, no qual a diferença, o efêmero e a desordem podem funcionar como forças libertadoras. Todavia, mesmo com toda a evolução técnica e com a introdução desses novos elementos instigantes, verifica-se, na Pós-Modernidade, uma diminuição constante do espaço público e, por consequência, do alcance da política.

Sabendo que a ciência consolidou-se como a principal linguagem utilizada pela modernidade para construção de conhecimento, há que se verificar como esse embate se dá na definição dos conceitos de Tempo e de Espaço, para então entender relações possíveis entre a História e a Geografia.

A fim de investigar em que medida a Pós-Modernidade influenciou as práticas da pesquisa científica, vai apresentar-se e discutir como as disciplinas História e Geografia são influenciadas por esses novos paradigmas do Pós-Modernismo e quais as suas consequências na produção dos saberes e na linguagem utilizada pela ciência moderna, para interpretação e difusão de conhecimento.

Por conseguinte, desde o começo, o Modernismo se preocupava com a linguagem, com a descoberta de alguma modalidade especial de representação das verdades eternas. A realização individual dependia da inovação na linguagem e nas formas de representação, disso resultando que a obra modernista com freqüência revela voluntariamente sua arte num constructo auto-referencial, em vez de um espelho da sociedade (HARVEY, 2001, p. 30).

1.2 História e Geografia na Ciência Moderna: Reflexões Sobre a Produção dos Saberes Socioespaciais

A investigação da realidade para a reorganização teórica do que se denominou *conhecimento socioespacial* é um objetivo-chave das ciências sociais. Inúmeros são os fatores que influenciam esse processo, que é complexo, dinâmico e permanece em constante transformação. A necessidade de organizar a aparente desordem com que se depara na práxis social é uma necessidade intrínseca da condição humana, e coopera para que os indivíduos estejam em uma assídua procura de padrões e critérios que possam dotá-los de entendimentos sobre a realidade e, assim, conduzir suas escolhas, sugerindo uma ideia imaginária de previsibilidade.

A cosmologia mágica predominava nas primitivas comunidades humanas, que imaginavam a natureza como uma extensão de si mesmas. O homem, na luta apenas pela subsistência, estaria impedido de enxergar o mundo como algo exterior e criava seus mitos para tentar explicar os fenômenos naturais. Nesse estágio inicial, a natureza não possuía existência autônoma, os fenômenos naturais físicos e biológicos eram identificados como parte de uma obra superior impossível de ser compreendida, e os fenômenos sociais acompanhavam uma “ordem” coletiva, ligada diretamente à sobrevivência.

A natureza estabelece condições às comunidades humanas que são estruturadas coletivamente, a partir de hierarquias impostas, que lidam com as dificuldades intrínsecas de sua própria sobrevivência. Nesse contexto, os mitos representam a principal forma de se explicar os fenômenos.

O mito é um meio através do qual os povos primitivos buscam explicar a realidade. A primitividade dispensa o conhecimento, tal como concebido na modernidade pelos parâmetros ou critérios próprios desses outros espaços-tempos. Entretanto, mais do que um meio de interpretação, os povos primitivos têm, no mito, um instrumento de viabilização de sua existência e sua situação no mundo (HISSA, 2002, p. 49).

As primeiras rupturas com a cosmologia mágica surgiram na Grécia antiga, no século V a.C., e se relacionavam com a “instauração” da democracia grega, na qual o antigo rei, dotado de contatos com o sobrenatural, como consequência social de sua autoridade, dá lugar ao filósofo, que, mesmo enquanto cidadão deverá fundamentar racionalmente toda e qualquer ação na pólis.

Nesse momento, abrir-se-ia uma das mais surpreendentes formas de promover a equidade, mesmo que restrita aos cidadãos da pólis grega. O pensamento de Aristóteles marca a nova concepção de natureza, construindo um dos principais fundamentos da filosofia ocidental, ao atribuir certa autonomia para os seres naturais e valorizar a experiência humana no mundo concreto, como principal elemento para o desenvolvimento lógico, avançando em relação ao modelo de “mundo das ideias” de Platão. Essa objetividade progride em relação ao antigo animismo, embora no mundo grego ainda restem traços da visão mágica de sociedades anteriores (Matos, 2008).

A abordagem científica como linguagem universal de interpretação do real não foi introduzida, como poderia se pensar, com o capitalismo industrial, mas remete a esse passado ocidental, que remonta à história antiga da Grécia. Para Macfarlane (1989), com a retomada dos clássicos, entre os séculos XIV a XVIII, observa-se que o mundo passou por diversas revoluções, sejam elas industriais, científicas, agrícolas e políticas, as quais contribuíram significativamente para modificar a maneira de se perceber e experimentar o mundo. Os indivíduos saíram gradualmente de uma cosmologia mágica e religiosa para uma mentalidade científica, capitalista e *moderna*, o que selou a separação entre homem e a natureza. Matos (2008) assume que a história da ciência percorreria etapas anteriores às interpretações mais recentes da modernidade, que tratam da ideia de interação constante entre homem e natureza.

A relação do homem com o mundo exterior pode ser vista sob três grandes fases. A primeira, a animista, recuará à pré-história, a segunda se reportaria às mudanças iniciadas com os gregos e aprofundadas com o renascimento e iluminismo, a terceira, mais emergente, resgataria a natureza ao lado do homem, ambos sinergicamente atados e em interação (MATOS, 2008, p. 29).

O ser humano, a fim de compreender a natureza e seus fenômenos, valeu-se da necessidade de constituir significados aos elementos naturais, para tentar alcançar uma sensação de domínio e estabilidade. Essa percepção de controle e previsibilidade foi indispensável para a consolidação de uma sociedade dita *moderna*, na qual o sistema capitalista prosperou como doutrina econômica predominante. Dessa forma, a definição de conceitos e valores se coloca como uma ação ligada diretamente às relações de poder. Inventar significados para a natureza é uma condição externa a ela mesma, uma vez que esses significados serão sempre formados a partir de uma visão exterior, condicionada por uma aspiração de ampliar domínios e promover o controle. Decifrar a natureza revela-se como uma tentativa de estabelecer limites aos seus desdobramentos espontâneos. Hissa

afirma que *"O limite é, pois, um conceito inventado para dar significado às coisas, para facilitar a compreensão do que pode ser interpretado de diversas maneiras"* (HISSA, 2002, p. 21).

O racionalismo, o humanismo e o individualismo confirmaram o homem em seu papel na transformação da natureza. Dessa forma, o mundo passou a ser o palco das experiências humanas. Pretendendo conquistar vantagens econômicas, os indivíduos se propuseram a desvendar os mistérios da natureza, para melhor controlá-la e, utilizando as premissas do racionalismo, incluíram os acontecimentos do cotidiano como elementos possíveis de uma explicação racional e, portanto, de controle. Para Burckhardt (1991),

Pelo seu lado, o humanista é colocado em posição de alargar o mais possível o círculo dos seus conhecimentos, visto que o seu saber filológico não deve servir apenas como hoje, para o conhecimento objectivo da idade clássica, mas deve encontrar a sua aplicação na vida de todos os dias (BURCKHARDT, 1991, p. 116).

Harvey (2001), a propósito, afirma que as modificações introduzidas nas ciências originárias do Iluminismo buscavam romper com um passado teocêntrico, baseando-se na criatividade humana como elemento fundamental para valorização de uma racionalidade, que confirmou o papel do homem como principal agente de transformação da realidade.

Estavam lançadas as bases estruturais que contribuiriam para uma radical modificação no tratamento do cotidiano da humanidade e das relações de poder que envolviam a construção dos saberes. O indivíduo, gradativamente percebe-se como ser localizado no tempo e no espaço, ciente, cada vez mais, de seu papel de agente modificador da realidade, e a ciência positivista instala-se como ferramenta indispensável à realização dessa conquista.

A criação de uma ética reguladora implica no desenvolvimento de uma nova referência que possa, progressivamente, orientar o uso do poder de transformação da realidade segundo valores que ultrapassam os da Modernidade (HISSA, 2002, p. 54).

À medida que se torna um instrumento de poder, a construção de conhecimento científico também restringe severamente os seus protagonistas e suas fontes. O distanciamento do senso comum desvincula a ciência de uma prática coletiva, usual no homem comum, e passa a ser premissa exclusiva para um grupo seletivo de letrados que, imersos em suas especialidades, ditavam as regras para reger a orquestra do conhecimento.

Tais práticas afastavam o cientista do ser humano, a razão da arte, a objetividade da criatividade, os modelos matemáticos do mundo real.

A essa concepção de uma sabedoria de elite, mas coletiva, masculina e branca outros opunham a imagem de um individualismo sem peias de grandes pensadores, os grandes benfeitores da humanidade, que, por intermédio de suas lutas e esforços singulares, levariam a razão a civilização do nada ao ponto da verdadeira emancipação (HARVEY, 2001, p. 24).

Por detrás de todo esse movimento de reorganização teórica, uma nova sociedade ocidental se consolidava e, apoiada pelos avanços do racionalismo, solidificava uma nova ética, novos valores e novos princípios, buscando uma estabilidade necessária ao seu próprio desenvolvimento.

O paradigma disciplinar proposto pelo Positivismo contribuiu para fortalecer o desejo de autonomia e autossuficiência dos saberes. Contudo, esse desejo, em certa medida, revelou-se apenas como uma prisão, limitando, direcionando e padronizando a produção do conhecimento. A separação entre ciência e senso comum foi favorecida pela modelagem de uma nova sociedade, também pautada pelos valores da objetividade e da razão. Nessa conjuntura, apenas um grupo seletivo de indivíduos, os ditos “cientistas”, teriam o privilégio de validar as regras, conceitos e modelos para a explicação do mundo, apoiados na crença de que a racionalidade e a objetividade seriam os principais pilares para a sustentação dos saberes. A ciência moderna criaria assim seus próprios “deuses” — senhores do saber — e uma nova forma de poder, que surge com a modernidade.

A busca pela objetividade dos conceitos manteve-se focada na apuração de técnicas de controle, em detrimento da sua capacidade de transformação social. A ciência, interpretada dessa maneira, traduz uma visão de cerceamento da liberdade e de encapsulamento da criatividade, reduzindo a possibilidade de criação do novo e da transgressão, que é indispensável para o processo de construção do conhecimento. A procura de uma *Verdade Universal* para os acontecimentos, muitas vezes defendida pela ciência moderna, manifesta mais claramente uma tentativa de falsear a realidade, na intenção de minimizar os anseios de uma sociedade capitalista desejosa de estabilidade e previsibilidade.

O sistema apresenta-se, portanto, como uma síntese acabada da realização da história mediante a crença absoluta na técnica. A tecnologia passou a dominar não apenas o comércio, as cidades, a vida cotidiana e a intimidade do homem, mas foi além: transformou-se na linguagem do mundo contemporâneo, nossa mediação universal. Como sistema universal, a História — da mesma forma que as ciências, as artes e a política — é vista da mesma perspectiva, isto é, por meio de um conjunto de regras de conhecimento, geralmente quantificados, que valem

de forma indiferenciada para todas as dimensões do real. Isto é a constituição do mundo sem perspectivas (NOVAES, 1994, p. 15).

Com a pretensão de contemplar o conhecimento objetivo disponível no mundo, a ciência moderna, segmentada em várias disciplinas, lança mão de definições e conceitos, para estabelecer um arcabouço teórico capaz de compreender e delimitar os elementos da realidade, que adquirem um significado funcional dentro da sociedade e, desse modo, servem de padrão para o processo de criação dos saberes. As diversas disciplinas ligadas à análise da realidade social passavam, nesse momento, a produzir conhecimento especializado sobre determinada característica da sociedade ou da natureza, evitando uma discussão mais aprofundada sobre a sua própria função, método ou objeto de estudo.

E pensou-se então que a ciência só podia existir se voltasse às costas para o mundo dos sentidos, o mundo que vemos, cheiramos, saboreamos e percebemos; o mundo sensorial é um mundo ilusório, ao passo que o mundo real seria um mundo de propriedades matemáticas que só podem ser descobertas pelo intelecto e que estão em contradição com o testemunho dos sentidos (HISSA, 2002, p. 55).

Para Hissa (2002), essa busca incondicional da objetividade é um dos principais paradoxos da ciência moderna. A tentativa subliminar de esvaziar a ciência de sua componente criativa é, na verdade, uma ação que inibe a própria construção do conhecimento científico. A objetividade idealizada pelos fundadores da ciência moderna não passa de uma utopia, de um atalho que não conduz às realizações, aos lugares prometidos. A imaginação humana não pode ser contida em regras e modelos universais e a criação do novo só acontece com a transgressão das normas e com a quebra de paradigmas. Os espaços sociais são como instâncias mais abertas à criatividade e ação do homem.

É o que constitui o paradoxo e a contradição, porque limita o que não pode ser limitado; e o que é criado para ser ilimitado é contido pelas fronteiras: o pensamento clássico, convencional, normatizado. Pensamento reproduzido pela ciência moderna: condenado ao limite, às regras rígidas, aos modelos, às estratégias normativas, à imponderável fronteira da objetividade (HISSA, 2002, p. 63).

A atual crise da modernidade, nesse ponto, atinge diretamente a produção do conhecimento científico ao criticar a fórmula como as disciplinas têm optado pela interpretação do real. Concorde-se com Hissa (2002) quando afirma que a crença na objetividade criou interpretações alheias ao próprio conhecimento, tais como: não há ciência sem objeto exclusivo; existem objetos e métodos exclusivos; há saberes exclusivos

e monopolizados; ciência é limite interdisciplinar e especializado. É essa nova visão sobre a construção dos saberes que está acompanhando a crítica pós-moderna, que favorece uma ação mais transdisciplinar no trato dos ramos do conhecimento.

Esse projeto de uma “ciência nova”, a definir-se sob o rótulo da Pós-Modernidade, inclui, portanto, movimentos que vão desde a reflexão sobre as distancias falaciosas entre o eu e o mundo, entre o pesquisador e o que está em observação, entre o saber e o fazer, entre disciplinas aparentemente autônomas. No entanto, o movimento transdisciplinar — refletindo a abertura da ciência para o social, o ético e o estático — não deve ser compreendido como uma realidade já posta (HISSA, 2002, p.107).

Harvey (2001) aponta para o paradoxo da ciência moderna quando questiona quais seriam os limites desse modo de pensar objetivo e como tais procedimentos poderiam analisar os movimentos de mudança social, considerando que os instrumentos metodológicos utilizados na interpretação do real são insuficientes para abranger toda a variedade dos processos da dinâmica social.

Aprendemos nossos modos de pensar e de conceitualizar no contato ativo com as espacializações da palavra escrita, no estudo e na produção de mapas, gráficos, diagramas, fotografias, modelos, quadros, símbolos matemáticos e assim por diante. Até que ponto são adequados esses modos de pensamento e esses conceitos diante do fluxo da experiência humana e dos potentes processos de mudança social? (HARVEY, 2001 p. 191).

Novaes confirma a afirmação de Harvey ao admitir que apesar de o mundo viver um momento prodigioso da técnica, com transformações profundas nas noções de espaço e tempo, a política do espírito não acompanhou esse alargamento do mundo: pelo contrário, vê-se dominar no homem o encolhimento das fronteiras éticas e o esquecimento de algumas ideias essenciais, que fundaram o humanismo. A preocupação com a política, com a democracia, com a transformação social, são termos secundários dentro dos processos de construção do conhecimento moderno.

A própria sensação de ruptura da ciência com o senso comum contribuiu para aumentar a distância entre os ditos cientistas e os outros homens, fazendo com que a ciência moderna se caracterizasse pela construção de leis. Utilizar a metodologia científica era dotar-se de um “método próprio”, sistemático, representante do rigor e da objetividade. As demarcações mais evidentes dos limites entre as disciplinas, já distanciadas do senso comum e adequada às formas e imagens sugeridas pela modernidade, tornariam-se os pilares da ciência moderna. Corrêa (1987), diante da complexidade da realidade social,

reconhece a preocupação em demarcar as diferentes áreas da ciências, no entanto, critica a ideia positivista de divisão radical entre os saberes.

Dada a dificuldade de se estudar a totalidade social em sua abrangência, verifica-se uma divisão do saber, originando diferentes ramos. É preciso, no entanto, deixar claro que não estamos falando de uma compartimentação positivista, onde cada ciência tem seu próprio objeto, achando-se separada das outras. No caso, as ramificações tem um objeto comum, a sociedade, analisada à luz de uma mesma teoria (CORRÊA, 1987, p. 52).

Essa busca de regularidade, mesmo que utilizando as descobertas de cada ramo do conhecimento social, não consegue reduzir a práxis social à homogeneidade sugerida pelo método científico positivista. A dinâmica social ultrapassa as regras estabelecidas, e requer maior esforço intelectual para sua interpretação. O saber científico, imaginado para interpretar o mundo, ao ser concebido dentro das regras da ciência moderna, acaba por se tornar algo segregado e restritivo, e é essa característica um dos principais alvos das críticas pós-modernas à forma de se fazer ciência.

O ambiente técnico-científico, criado pelas sociedades modernas, impôs limites à linguagem, à expressão e à comunicação do conhecimento. O saber científico é, assim, mitificado. Não circula como deveria. A mitificação do conhecimento através da linguagem apresenta-se como um ritual, inacessível aos não-membros da comunidade. O texto da ciência moderna pretende circunscrever-se a um universo lógico, cuja pretensão é ser exclusivamente racional. Assim, restringe-se a si próprio (HISSA, 2002, p.150).

Acredita-se que existam formas mais engajadas de se fazer ciência e obter instrumentos conceituais favoráveis à realização de discussões sociais, baseadas em princípios humanistas, que levariam a ciência a retomar seu papel mais próximo da política. Pensar politicamente a ciência significa acreditar que seu poder de transformação social não pode estar restrito a pequenos grupos de notáveis, que tenham o aval para a produção de conhecimento. Mais do que isso, existe a necessidade de que o cidadão comum participe da construção do saber, principalmente, porque são as ações cotidianas que nutrem toda a sua experiência social.

É por acreditar que o paradigma disciplinar não pode limitar a criação dos saberes que Hissa (2002) defende a democratização do conhecimento, incentivado por uma abordagem mais transdisciplinar. Dessa forma, a transdisciplinaridade ultrapassaria até mesmo os limites acadêmicos, tornando a ciência algo ligado à construção do cotidiano, estimulando as práticas democráticas que deveriam acompanhar o saber científico.

Não apenas os cientistas deveriam realizar as pesquisas, especialmente em ciência social, mas também e de modo amplo, os habitantes que vivem e constroem o cotidiano dos lugares. Assim sendo, a transdisciplinalidade pode ser definida não somente como um movimento de apropriação, por uma disciplina, de discursos referentes a áreas afins de conhecimento, mas também como um movimento de apropriação de discursos e práticas, pela sociedade. Trata-se, nesses termos, de uma aproximação simultânea entre os diversos campos do saber, e entre eles e a sociedade; ou, ainda, de simultânea ruptura das fronteiras disciplinares e dos limites entre ciência e sociedade (HISSA, 2002, p. 107).

Produzir conhecimento é, portanto, interpretar o universo em diversas de suas dimensões, sejam elas econômicas, sociais, políticas ou ambientais; é permitir que se definam novos paradigmas para decifrar o mundo; é interpretar em liberdade e responsabilidade os conceitos que constroem a estrutura e a dinâmica das coisas; é entender que não existem regras universais e a multiplicidade é que torna a vida social possível; é buscar o entendimento dos fenômenos a partir da utilização de referências e de critérios teóricos metodológicos, que não excluam o sujeito da transformação que é o próprio ser humano, não só o cientista.

O momento atual é uma oportunidade ímpar para a ciência rediscutir seus modelos conceituais. Apesar de o racionalismo, a objetividade e o individualismo já terem reafirmado o homem como elemento fundamental na produção dos saberes, a crise da modernidade põe em xeque a crença absoluta na técnica e no papel exclusivo do cientista como construtor do saber. O mais imediato reflexo desse movimento é justamente a crítica à segmentação disciplinar e ao método científico positivista. Acredita-se que tais questionamentos são motivados pela noção de que não existem regras universais sacralizadas e a multiplicidade é que torna a vida social possível.

O movimento transdisciplinar, além de rediscutir o papel das disciplinas, suas fronteiras e limites, traz também a crítica à forma de se fazer ciência, que acaba por afastar o cidadão comum da construção do saber. Mesmo cientes de que o método científico é linguagem indispensável à produção de conhecimento, entende-se que tal conquista não deve substituir a criatividade e a imaginação humana como elementos imprescindíveis na compreensão da realidade social. O debate político e o potencial de transformação configuram-se como pilares da produção do saber, retomando os ideais humanistas que estiveram na origem das disciplinas modernas.

Diante disso, e preparando o caminho teórico para desvendar o principal objeto de estudo que é o espaço social, adiante vai se apresentar e discutir o sistema conceitual que será utilizado para lidar metodologicamente com as duas principais disciplinas que

nortearam esta pesquisa: História e Geografia. Apesar de serem áreas de conhecimento ainda fortemente vinculadas ao ferramental positivista, possuem atualmente novas nuances, que possibilitam um tratamento diferenciado e mais libertário, favorecendo a inclusão de novos sujeitos, novos conceitos, novas práticas, e novos desafios.

CAPÍTULO 2
TEMPO E ESPAÇO, GEOGRAFIA E HISTÓRIA

2.1 Sobre o Tempo: a História e a Construção de sua Metodologia de Pesquisa

Compreender os indivíduos, as relações que concorrem para a formação da sociedade e os desdobramentos dessas ações sobre o espaço e no tempo são objetos de pesquisa das disciplinas Geografia e História. Detentoras da missão de tentar organizar o conhecimento socioespacial, analisando a ação dos homens respectivamente *a priori* sobre o espaço e no tempo, essas áreas de conhecimento utilizam-se de uma linguagem técnico-científica, para a construção de seus saberes. Apesar de se debruçar muitas vezes sobre os mesmos objetos, História e Geografia determinam e são determinadas por fronteiras e limites, às vezes, claros; muitas vezes, imperceptíveis.

Pelo prisma da ciência convencional, a existência de rígidos limites entre as matérias foi algo estruturalmente decisivo para a definição das competências de cada uma das áreas de conhecimento. Tais definições, supostamente foram indispensáveis para determinar os objetos, os objetivos e as metodologias que cada disciplina utilizou na sua busca pela interpretação da realidade.

A crítica à ciência moderna, mesmo necessária, pode conduzir a uma armadilha que merece alguma atenção. Mesmo acreditando-se que a rigidez da metodologia científica deva ser revista, muitos dos métodos usados neste trabalho foram concebidos e desenvolvidos dentro das concepções tradicionais de ciência. Em um primeiro momento, tal opção pode mostrar-se incoerente. Entretanto, o principal objetivo não é se desfazer por completo das metodologias da modernidade, ou mesmo propor um modelo isento e completamente inédito para a pesquisa científica. A intenção, ao tratar da estrutura atual da construção dos saberes, é justamente somar às metodologias tradicionais os novos paradigmas introduzidos com a crítica pós-moderna.

Os modelos e conceitos estruturados pelo Positivismo não podem ser desconsiderados ao se pensar em metodologia científica. Fazer ciência hoje é uma reflexão que se consolidou como atividade interpretativa do real, graças a esse esforço conceitual de desenvolvimento de critérios objetivos, que minimamente caracterizam a Ciência Moderna. Ao optar pela utilização de parte desse repertório metodológico, evidencia-se que eles são, no momento, indispensáveis à pesquisa científica.

Por outro lado, a crítica que está sendo apresentada, refere-se ao acirramento desses critérios objetivos que, levados ao extremo, invalidam a inclusão de outros elementos que

são de extrema importância para a análise social, muitas vezes, negligenciados dentro das perspectivas da ciência tradicional.

Tentar-se-á utilizar as reflexões acerca das disciplinas Geografia e História, para sugerir uma metodologia que seja coerente com as exigências atuais da ciência e, principalmente, que seja eficiente como orientação, diante dos objetos e objetivos da pesquisa. Para tanto, convém iniciar abordando dois conceitos que são cruciais, e que perpassam ideias de tempo e de espaço.

O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana. E, no entanto, raramente discutimos o seu sentido; tendemos a tê-los por certos e lhes damos atribuições do senso comum ou auto-evidentes. Registramos a passagem do tempo em segundos, minutos, horas, dias, meses, anos, décadas, séculos e eras, como se tudo tivesse o seu lugar numa única escala temporal objetiva. Embora o tempo na física seja um conceito difícil e objeto de contendas, não costumamos deixar que isso interfira no nosso sentido comum do tempo, em torno do qual organizamos rotinas diárias. Reconhecemos, é verdade, que os nossos processos e percepções mentais podem nos pregar peças, fazer segundos parecerem anos-luz ou horas agradáveis passarem com tanta rapidez que mal nos damos conta. Também podemos aprender a apreciar o fato de diferentes sociedades (ou mesmo diferentes subgrupos) cultivarem sentidos de tempo bem distintos (HARVEY, 2001, p.187).

Não há como discordar de Harvey, quando assegura que

A história dos conceitos de tempo, espaço e tempo-espaço na física tem sido marcadas, na verdade, por fortes rupturas e reconstruções epistemológicas. A conclusão a que deveríamos chegar é simplesmente de que nem o tempo nem o espaço podem ter atribuídos significados objetivos sem se levar em conta os processos materiais e que somente pela investigação destes podemos fundamentar de maneira adequada os nossos conceitos daqueles (HARVEY, 2001, p.189).

Complementando a afirmativa de Harvey, Soja introduz um terceiro elemento na análise dos conceitos de tempo e espaço na modernidade, que se torna fundamental para compreender esses termos dentro da ideia de ciência social, ou seja, o próprio ser humano.

Como tal, a experiência da modernidade capta uma ampla mescla de sensibilidades, que reflete os sentidos específicos e mutáveis das três dimensões mais básicas e formadoras da existência humana: o espaço; o tempo e o ser (SOJA, 1993, p. 34).

Sobre o estudo do tempo, portanto, convergem os desafios relacionados às mudanças e permanências no vivido dos homens. Independentemente da escala temporal, humana ou geológica, o tempo nunca deixa de operar transformações. Localizar o homem em seu tempo é o primeiro passo para trilhar o caminho do conhecimento socioespacial.

Coube à História a missão de priorizar o estudo do homem no tempo, e de captar as diversas temporalidades que subsistem em um único momento. Como disciplina, a História difere das demais ciências por se ater ao conhecimento do homem no tempo, reafirmando a máxima de que o *homem se expressa no tempo*⁶. Todas as ações da vida humana operam em um determinado tempo e, portanto, não existe um indivíduo atemporal. Entretanto, o historiador não pode, em absoluto, observar os fatos que estuda, apenas por meio de análises de épocas pretéritas, através de testemunhos, registros e documentos. A partir disso, pode-se afirmar que o estudo do passado é indireto e, por conseguinte, realizado a partir de vestígios. Apesar de os fatos ocorridos no passado ser definitivamente imutáveis, o conhecimento que pode ser gerado a partir da análise desses fatos é progressivo e continuamente se transforma e se multiplica.

O passado é por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa (BLOCH, 1976, p. 73).

O conhecimento histórico, muito mais do que uma busca pela reconstituição cronológica linear dos fatos, procura reforçar a figura de uma história viva, que apesar de construída a partir de tempos idos, ainda consegue, no presente, identificar continuidades, rupturas e influenciar a análise da práxis social.

A História é uma ciência que se propõe a estudar as relações entre os homens e os diversos elementos que o cercam, tomando como guia a marca da temporalidade, assim sendo, é um estudo efetivamente realizado, que usa como base os acontecimentos do passado. Esse passado, enquanto presente, não estava pré-determinado a se tornar o mundo que se conhece hoje. Apenas sabe-se que o passado se desenrolou no atual presente, simplesmente por viver dias posteriores aos seus acontecimentos. Os dias atuais não estão definidos quando se olha para o passado e, da mesma forma, não se pode acreditar na existência de um futuro pré-estabelecido. Ao contrário, o presente está à mercê de várias outras possibilidades, que podem determinar diversos futuros possíveis. Logo, inúmeras foram as possibilidades que existiram no passado, que poderiam ter transformado a sua constituição e, dessa maneira, modificado o que hoje se conhece como presente. A pesquisa histórica não pode se limitar aos fatos que realmente ocorreram e que determinaram o presente. Muito mais do que isso, o conhecimento histórico tenta estabelecer as relações entre as possibilidades existentes no passado, e o porquê de uma ou

⁶ Definição utilizada por March Bloch (1997): “A História é o estudo do homem no Tempo”.

outra ter sido levada a cabo em detrimento das demais, definindo o fato histórico identificado no presente. A História irá se preocupar muito mais com o ambiente da produção dos fatos, do que, simplesmente, em determinar as suas causas aparentes.

A História não é, pois, a passagem de um amontoado de fatos desordenados a idéias abstratas atemporais. Como trabalho de pensamento, ela é a retomada de operações culturais começadas antes de nós, seguidas de múltiplas maneiras, e que nós "reanimamos" ou 'reativamos' a partir do nosso presente (NOVAES, 1994, p. 11).

Mesmo que o historiador consiga trabalhar com um elevado número de fatos que foram importantes na transformação do passado, o conhecimento histórico estará sempre trabalhando com a dimensão do possível, pois determinar na totalidade todas as relações ocorridas no passado, mesmo depois de já se conhecer o seu desenrolar, é trabalho praticamente impossível.

A História trabalha sempre com a ideia de possibilidade: com a criação de hipóteses para uma explicação racional do passado. Entretanto, por melhor que seja essa construção, é impossível revelar em plenitude o que realmente aconteceu. Cada nova teoria é verdadeiramente uma possibilidade que, para traduzir uma explicação possível para o real, deve ser elaborada, baseando-se nos vestígios disponíveis, no contexto histórico investigado, e no diálogo constante entre as teorias existentes e as novas evidências.

O ofício do historiador não se resume a catalogar e descrever os fatos ocorridos no passado. Muito mais do que isso, o conhecimento histórico se propõe a compreender os fatos ocorridos e assim entender como o passado produziu e estabeleceu as relações entre os seus indivíduos, a sociedade e o ambiente. O fato histórico passa a ser um recorte do historiador, que é protagonista, ao delimitar as fontes e os métodos que deverão ser utilizados na sua construção teórica. A interpretação dos vestígios torna-se, então, uma atividade subjetiva, baseada no fato real e na experiência do pesquisador.

A síntese histórica não é mais do que essa operação de enchimento; chamá-la-emos retrodicção, pedindo a palavra emprestada a essa teoria do conhecimento lacunar que é a teoria das probabilidades. Há predição quando se considera um acontecimento no futuro: quantas oportunidades tenho ou tinha eu de ter uma mão de ases no poker? Os problemas de retrodicção são pelo contrário problemas de probabilidade das causas, ou melhor dizendo, de probabilidades das hipóteses: tendo um acontecimento já acontecido, qual a melhor explicação? (VEYNE, 1983, p. 27).

O ofício do historiador é fundamentado principalmente na relação dos fatos com o tempo, sendo assim, é essencialmente necessário desenvolver noções de temporalidade,

capazes de abstrair uma compreensão do passado. A História pretende analisar o movimento social — o vivido dos homens — e nem sempre essas relações sociais estão determinadas por uma cronologia única e linear, isenta da análise crítica. É importante considerar que as causalidades estabelecidas pelo conhecimento histórico são geralmente definidas *a posteriori*, ou seja, as relações entre os fatos e os demais aspectos ocorridos no passado só são determinados quando os fenômenos efetivamente já ocorreram. Devemos considerar, então, que o passado só pode ser explicado se for possível compreender as redes de causalidades que revelam os diferentes elementos constituintes desse passado.

O historiador que não quer, ainda que só movido por um sentimento de *charitas* pelos mortos, tudo resumir em uma catalogação dos tempos pretéritos, mas se propõe avançar colhendo o sentido das intenções que enformaram a trama social no interior daqueles sistemas, deverá conviver com volições, atos expressivos, atos cognitivos, produções simbólicas, em suma, significados e valores que constituem o teor do culto e da cultura (BOSSI, 1994, p. 26).

As primeiras reflexões a serem feitas sobre o tempo devem ter em conta os recortes temporais como construções particulares de cada sociedade, muitas vezes, limitadas a seu próprio contexto. Além disso, essas concepções não são homogêneas para todas as análises das ciências humanas, pois dependem do foco e das relações de poder que definem os fatos a serem selecionados, para a construção das diversas temporalidades que subsistem simultaneamente em um mesmo recorte temporal.

Visto dessa maneira, o passado pode ser reflexo de uma mentalidade coletiva, ou da indução de um poder vigente. Ao analisar a psicologia infantil, Le Goff (1984), compara metaforicamente a relação da memória individual com a absorção da memória coletiva. O autor atribui a descoberta da noção de tempo pela criança como a sua liberdade em relação ao presente, conferindo-lhe minimamente o poder de antecipar o futuro em função de regularidades conscientes percebidas no passado. Contudo, essa liberdade, na História, está delimitada pela tradição e a indução de uma memória coletiva simultânea a uma memória individual.

Com efeito, a grande diferença é que a criança — não obstante as pressões do ambiente externo — forma em grande parte a sua memória pessoal, enquanto que a memória social histórica recebe os seus dados da tradição e do ensino, aproximando-se porém do passado colectivo (LE GOFF, 1984, p. 295).

A definição do que se entende como presente não pode se limitar à duração de um instante, mas deve ser compreendida tendo em vista todo um projeto ideológico que ultrapassa a simples noção de cronologia temporal. Ao se considerar a noção de presente,

faz-se necessário analisar em conjunto toda a complexidade do passado, que contribuiu para sua constituição. O presente é fundado também pela memória individual e a sua interação com a memória coletiva, que pode revelar as características de uma dada sociedade, utilizando-se de fatos efetivamente ocorridos no passado e que fazem parte de um imaginário coletivo, que influenciou significativamente a formação das percepções individuais.

A memória articula-se formalmente e duradouramente na vida social mediante a linguagem. Pela memória as pessoas que se ausentaram fazem-se presentes. Com o passar das gerações e das estações esse processo “cai” no inconsciente lingüístico, reafirmando sempre que se faz uso da palavra que evoca e invoca. É a linguagem que permite conservar e reavivar a imagem que cada geração tem das anteriores. Memória e palavra, no fundo inseparáveis, são condição de possibilidade do tempo reversível (BOSSI, 1994, p. 28).

Muitas vezes, a periodização histórica tende a privilegiar as guerras, as revoluções, os grandes heróis, tomando para si uma história simplesmente factual. Entretanto, a distinção entre passado e presente deve ultrapassar os limites da memória coletiva. Muito mais do que considerar os fatos de uma história oficial, a relação passado/presente/futuro é capaz de nos revelar uma história muito mais rica e abrangente, levantando novos personagens, e trabalhando sempre com a ideia de possibilidade.

Algumas sociedades têm como referência a ideia de atemporalidade, ou seja, seus mitos são criados em épocas de impossível determinação temporal. Outras, porém, atribuem ao tempo uma ordenação cíclica, ou seja, os fatos sempre irão ocorrer de formas semelhantes e contribuirão para um retorno às origens. Contudo, essa informação de que há repetições, ou mesmo lições do passado, só tem sentido em situações não históricas.

A construção dos conceitos de passado, presente e futuro como se tem hoje não foram espontâneas, mas os historiadores cada vez mais se esforçam para estabelecer novas relações. Principalmente durante a segunda metade do século XX, a História começa a assumir formas reacionárias de ligação com o passado, caracterizadas por certa nostalgia. O futuro, por sua vez, passou a ser encarado com temor ou esperança. March Bloch propôs como método ao historiador uma análise do duplo movimento, ou seja, compreender o passado pelo presente e o presente pelo passado.

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas é talvez igualmente inútil esgotar-se a compreender o passado, se nada se souber do presente (BLOCH, 1976, p. 73).

Para a historiografia contemporânea, a periodização, ou seja, a determinação crítica e analítica da datação dos fatos, assume papel de vital importância para a compreensão do passado e do presente. Entretanto, datar um fenômeno não significa simplesmente dotá-lo de uma referência no âmbito do calendário. Significa, sim, conseguir enxergar as relações que esses fatos produziram muito além dos seus limites cronológicos naturais.

É indiscutível que o mundo natural nos impõe uma relação temporal, ligada aos fenômenos astronômicos, o que chamamos de cronologia natural. Além disso, as sociedades humanas, para tentar se relacionar com essa cronologia natural, construíram uma noção de calendário, ou seja, determinaram os seus ciclos e as suas divisões. Ainda assim, mesmo o calendário não é único e dentre as variadas sociedades é fruto de várias construções coletivas.

Ao utilizar apenas o rigor do calendário para guiar o estudo dos fatos históricos, interpõe-se uma noção de tempo aprisionado da perspectiva da curta duração, ordenado e identificado com a História não-analítica. A periodização torna-se vazia, insensível às mudanças na duração do tempo e alheia à dinâmica da História.

Narrar a história de um povo a partir apenas do tempo presente, tempo fragmentado, direcionado “instante fugido tido como único tempo real”, é negar a articulação de épocas e situações diferentes, o simultâneo, o tempo da história e o pensamento do tempo. Ora, é essa articulação que permite diferenciar condutas múltiplas no tempo e reconhecer que as práticas políticas e culturais, consideradas estranhas e indesejáveis em determinado momento, sejam vistas de maneira diferente em outro. Esquecer o passado é negar toda efetiva experiência de vida. Negar o futuro é abolir a possibilidade do novo a cada instante. Mais ainda, as idéias de justiça, liberdade, alteridade, pensamento tornam-se abstrações, vazias no espaço e no tempo, a partir do momento, em que qualquer ação já se sabe “eternamente feita e absolutamente irreparável” (NOVAES, 1994, p. 9).

Para o historiador, todas as explicações de um fato não podem estar contidas somente na referência ao calendário. Muito mais do que isso, cabe a ele desvendar as relações dos fatos com os períodos que o antecederam e o sucederam. A datação consciente marca um processo histórico: não é a data em si, mas sim o processo que explica o acontecimento. O historiador deve construir uma cronologia crítica e estabelecer uma ordem sensível aos movimentos da História. É interessante utilizar noções de temporalidade variável, pois a datação com consciência leva à compreensão das mudanças históricas. Periodizar significa dividir o tempo em uma unidade de análise. Conhecer o passado, o presente e o futuro está relacionado a essa visão de recortes críticos dos fatos. São as variadas temporalidades que explicitam a movimentação da História.

O anacronismo é o pesadelo do historiador, o pecado capital contra o método, do qual basta apenas o nome para construir uma acusação infamante, a acusação — em suma — de não ser um historiador, já que se maneja o tempo e os tempos de maneira errônea. Assim o historiador em geral evita cuidadosamente importar noções que sua época de referência supostamente não conheceu, e evita mais ainda proceder a comparações — por princípio indevidas — entre duas conjunturas separadas por séculos. Mas, com isso, o historiador corre inevitavelmente o risco de ser entravado, impedido de audácia, ao contrário do antropólogo que, em condições análogas, recorre sem perturbação de consciência a prática da analogia (LORAUX, 1994, p. 57).

Segundo Bloch (2002), a metodologia de investigação histórica só pode ser realizada pela análise indireta de objetos que constituíram o fato histórico.

Como primeira característica, o conhecimento de todos os factos humanos no passado, o conhecimento da maior parte deles no presente, tem de ser, segundo a expressão feliz de François Simiand, um conhecimento por vestígios (BLOCH, 2002, p. 52).

Por definição, como já foi dito, a História não pode ter contato direto com os objetos a que se refere, sendo concebida como um conhecimento indireto, baseado nos vestígios que sobrevivem no presente. O estudo da História é intermediado por um elemento essencial dentro de sua existência — o vestígio. O conhecimento histórico é, grosso modo, iniciado quando o historiador transforma um vestígio em um documento histórico. Mas o que pode ser compreendido como vestígio? Essa resposta, apesar de nem sempre ter figurado com esse teor, pode ser encontrada em Le Goff (1984, p. 98): "*Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência aí está a história*".

Considerando tal argumento, os vestígios que sobreviveram ao tempo e que, de forma proposital, foram utilizados para a compreensão do passado pela ação do homem, no caso do historiador, podem se transformar em um documento histórico. Mas na constituição de um documento histórico ainda vão ser necessários outros cuidados e desdobramentos, que Thompson (1984) bem exemplifica, ao analisar como algumas cartas anônimas, enviadas ao editorial de um jornal inglês no século XVIII, se tornaram documentos históricos importantes para a análise da sociedade naquele momento.

Ao aprofundar na análise da metodologia utilizada por Thompson, ficam evidentes alguns cuidados que o historiador deve tomar ao efetivamente iniciar uma pesquisa documental. Vários dos aspectos salientados pelo autor serão de grande importância quando esta pesquisa se debruçar sobre os vestígios ligados ao objeto de pesquisa. Cabe

ressaltar a importância do tratamento das fontes, para obtenção do material mínimo necessário à análise socioespacial que se pretende fazer.

Ao considerar-se a obra de Thompson, *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*, observa-se que o seu principal objeto de pesquisa são as cartas anônimas enviadas ao jornal *The London Gazette: Published by Authority*, que continham ameaças e provocações nitidamente favoráveis ao acirramento da disputa de poder entre trabalhadores e empregadores na cidade de Londres, no início do século XVIII. Utilizando esse contexto específico, pode-se estabelecer algumas relações importantes entre esta pesquisa específica e a metodologia histórica que se deseja evidenciar.

Para Thompson, o principal motivo para a análise das cartas anônimas não está limitado ao conteúdo delas, mas na possibilidade desta ação — o envio de cartas de ameaça ao jornal — revelar traços do comportamento da sociedade inglesa do século XVIII, prenunciando situações indispensáveis para se pensar o contexto histórico daquele momento. Para isso, o autor investiga a relação que essas cartas poderiam ter com o comportamento da sociedade inglesa daquela época, e as possíveis relações sociais existentes entre os remetentes e os destinatários das cartas. Para confirmar essa ideia, verificou-se que as cartas de ameaça só se tornaram objetos de estudo quando a sua ocorrência atingiu números consideráveis. Se fossem restritos os exemplos dessas cartas, é provável que elas não tivessem alcançado a mesma repercussão. Logo, não é o fato histórico — a existência de cartas anônimas de ameaça — que é a maior preocupação do autor, mas sim as relações sociais e as prováveis situações que essas cartas poderiam revelar.

A princípio, o conceito de documento defendido pela historiografia contemporânea, remete-nos a qualquer tipo de objeto construído pelo toque humano. Todavia, o documento só se constitui como tal se a proposta inicial do historiador prever a sua utilização e atribuir a esse vestígio significado capaz de torná-lo uma evidência histórica. As cartas anônimas analisadas por Thompson só foram entendidas como documentos históricos porque, dentro do estudo proposto pelo autor, elas continham informações de vital importância para revelar o contexto histórico daquele momento. O que não significa que em outro tipo de abordagem histórica essas fontes possam ser adotadas com a mesma ênfase.

Os vestígios sobreviventes do passado só serão importantes para o conhecimento histórico se o historiador, na sua pesquisa, pretender considerá-los como documentos. Há que se ponderar também, que na produção do conhecimento histórico o fato será sempre uma construção entre o objeto (documento) e os recortes que o historiador se propõe a

fazer. É impossível que o historiador reúna todos os fatos existentes de certa realidade. Ele junta uma parcela desses acontecimentos, completada com a própria subjetividade, experiência e deduções.

Reconstruir um acontecimento, ou antes uma série de acontecimentos, ou uma situação, ou uma instituição, com base nos documentos, é elaborar uma conduta de objetividade de tipo próprio, mas irrecusável; pois essa reconstituição supõe que o documento seja prescrito, obrigado a falar; que o historiador vá ao encontro de seu sentido, arremessando-lhe uma hipótese de trabalho; é essa pesquisa que simultaneamente eleva-o à dignidade de documento significativo, e eleva o próprio passado à dignidade de fato histórico (RICOEUR, 1968, p. 26).

O primeiro passo da metodologia de pesquisa utilizada por Thompson consistiu em determinar quais seriam as suas “fontes primárias” e, definida essa questão, o autor investigou as limitações e características dessas fontes, procurando conferir a imparcialidade necessária à identificação de um documento histórico. Thompson caracteriza o jornal *La Gazzete* como uma fonte não preocupada exclusivamente com as cartas anônimas, mas cita os outros assuntos que são de abrangência do jornal e que lhe conferem credibilidade.

La Gazzete, que salía dos veces a la semana, era, sin duda, la publicación de más augusta autoridad. Em sus páginas aparecían las proclamaciones de reyes y consejos privados, disposiciones de la Corte, comunicaciones de nombriamientos navales y militares, promociones e comisiones, notas oficiales de Whitehall, el Almirantazgo, el War Office, la Fiscalía; listas de bancarrotas; la prórroga o reunión del Parlamento (THOMPSON, 1984, p. 174).

O autor teve a preocupação de revelar todos os fatores que atestam a veracidade da fonte, cuidando de, dentro do possível, explicitar a sua origem, expor a data da publicação e, às vezes, até o número do exemplar do jornal em que a carta foi publicada. E mesmo com esse zelo em relação à veracidade, ele tratou de evidenciar por que algumas cartas foram publicadas e outras, não, revelando o interesse na escolha da publicação de cartas com determinadas mensagens, capazes de aumentar o interesse do público no jornal. Tais cuidados demonstram a atenção especial necessária para a seleção do documento histórico, pois como sua produção é subjetiva, é indispensável perceber o quão isenta tal fonte pode se apresentar e quais as mensagens ela pretende divulgar.

Determinadas as fontes primárias, o autor conduziu uma análise quantitativa e qualitativa das fontes. Muito mais do que determinar a ocorrência e a frequência com que as cartas eram enviadas e publicadas no *La Gazzete*, Thompson fez uma separação e uma comparação entre as diversas cartas, para tentar retirar delas algum tipo, atitude ou

tendência identificada nas relações sociais. Nesse esforço, manifesta-se a necessidade de o documento histórico dialogar com a sociedade que o produziu, para identificar a relação entre *eles e determinar* quais fatores possuem maior relevância e autenticidade para a análise histórica.

Thompson realiza a análise crítica interna ao documento, para verificar o vocabulário utilizado; o tipo de carga social que a carta poderia possuir; quais as pessoas envolvidas no descritivo das cartas; quais os tipos de relações que as pessoas citadas nas cartas poderiam ter com seus remetentes; quais os tipos de sentença a que essas pessoas estariam submetidas, caso não cumprissem o que lhes fosse determinado, entre outras variáveis. A partir dessa análise qualitativa, o autor propõe uma discussão sobre quais os motivos fariam com que o remetente chegasse a enviar uma carta de cunho ameaçador. Thompson utiliza-se do documento em si mesmo e do diálogo e comparação entre os documentos, para revelar uma realidade social mascarada, ou não, pelo texto da carta anônima de ameaça.

É interessante notar que Thompson distribui as suas fontes por uma linha imaginária do tempo e mapeia a sua localização, analisando esses documentos sempre no diálogo com os fatos sociais e os acontecimentos que ocorrem na mesma época. Com isso, o autor pode ter uma noção cronológica da incidência dessas cartas, de modo a ajustá-las aos diversos períodos estudados.

La producción de éstas era tan habitual (em épocas de escasez y altos precios), los agravios que se expresan son de tal autenticidad y tan a menudo acompañados por acciones de regulación de precios o “motín”, y aparecen en tantos lugares del país, que sería ridículo sugerir que son obra de “locos” (THOMPSON, 1984, p. 203).

Segundo Josep Fontana (1984), autor do prólogo desse mesmo livro, Thompson desenvolve a noção de “economia moral”, que se apoia nos conceitos anteriores de “luta de classes” e “classe social”, acrescentando neles várias outras formas de se observar a cultura inglesa, na transição para o capitalismo. O autor assume o pensamento de que cada conceito deveria ser primeiro historicizado, para, então, ser corretamente utilizado no trabalho do historiador, evitando-se o pecado mortal do anacronismo histórico. Essa nova ideia seria aproveitada para analisar as formas de protestos utilizadas pela população no Antigo Regime que, por falta de mecanismos para expressão, se utiliza das cartas anônimas de ameaça como saída. Thompson vale-se desse sistema de conhecimentos para verificar

as transformações ocorridas na sociedade inglesa, não só com relação ao trabalho, mas em todos os aspectos de sua cultura.

Para quienes se han acostumbrado a identificar la historia marxista con una elemental aplicación de fórmulas de un recetario catequístico, las páginas de Thompson van a resultar una revelación: la de una historiografía que puede superar a la academia en cualquier terreno; que va más rica del hombre: del hombre entero, desde su lucha por la subsistencia hasta las manifestaciones más elevadas de su cultura (THOMPSON, 1984, p. 11).

Ao tomar como base a obra de Thompson (1984) para servir como referência a uma metodologia histórica de pesquisa, a intenção foi exemplificar, a partir de uma experiência bem-sucedida, quais os processos iniciais para a produção de conhecimento histórico, contribuindo para fornecer elementos para uma análise crítica da sociedade e para definições iniciais de uma metodologia de pesquisa científica. O cuidado dispensado pelo autor no tratamento das fontes é condição *sine qua non* para obter das fontes históricas elementos capazes de orientar a análise do contexto socioespacial que se pretende realizar.

Principalmente em relação ao tratamento dos vestígios, acredita-se que o método científico positivista possui seus méritos. Muitos dos procedimentos utilizados por Thompson — dos quais essa pesquisa também irá se valer — foram cunhados diante das orientações de uma mentalidade racional e objetiva. A preocupação com a veracidade, que pode ser obtida com a análise dos documentos, é procedimento legítimo e não pode ser desconsiderado, independentemente do contexto teórico em que a pesquisa for concebida. Esse reconhecimento vem reforçar o que já foi dito anteriormente em relação à metodologia a ser adotada neste projeto, que se propõe a somar vantagens metodológicas, independentes de sua rotulação teórica.

Outra preocupação importante, que deve orientar uma pesquisa histórica, se concentra no tratamento das temporalidades distintas, que coexistem dentro de um mesmo sistema. Essas diferentes relações estabelecidas com o tempo determinam os ritmos dentro da História. Fernand Braudel é um dos mais qualificados autores quando se trata desse assunto. Essa questão será tratada mais adiante, quando se discutir a metodologia geohistórica, que é baseada, principalmente, nas considerações deste autor.

2.2 Espaço e Geografia: os Desafios Diante da Crise dos Saberes

O espaço e a própria Geografia são termos que, diante dos desafios da Pós-Modernidade, estão sendo revistos em suas definições e funções, procurando-se reafirmá-los dentro de uma teoria de análise espacial crítica e para os estudos sociais contemporâneos. Durante um longo período o espaço não se inseria nas ciências sociais como objeto de interesse na pesquisa. Era entendido, como sintetiza Foucault, como “fixo”, “imóvel”, “não dialético”, e tratado na periferia da metodologia científica. De acordo com Soja (1993) o espaço geográfico permaneceu à sombra do historicismo, enquanto objeto de estudo da ciência social. A imaginação geográfica ou espacial permaneceu obscurecida, periferizada e impotente diante das barreiras impostas às suas análises da vida social e da teoria dos saberes. O triunfo silencioso do historicismo acabou por definir as referências históricas dos últimos anos.

As últimas décadas do século XIX, examinadas em retrospectiva, podem ser vistas como uma era de crescente historicismo e de submersão concomitante do espaço no pensamento social crítico. (...) Esta ascensão de um historicismo desespacializante, que só agora começa a ser reconhecida e examinada, concluiu com a segunda modernização do capitalismo e com a instauração de uma era de oligopólio imperialista e empresarial. Tamanho foi o sucesso do discurso social crítico, que até mesmo a possibilidade de uma práxis social emancipatória desapareceu do horizonte por quase um século (SOJA, 1993, p. 11).

A visão e análise crítica de viés espacial tornou-se cada vez mais ausente o que, na verdade, revelava a perda de seu papel no uso de instrumentalidades e metodologias e como elemento crucial na estruturação de um discurso político e social espacializado. A Geografia humana praticamente foi silenciada.

A Geografia se isolou numa estreita ilhazinha própria, construindo um reservatório de conhecimentos factuais que só ocasionalmente eram divulgados no âmbito público. O marxismo, entretanto, escondeu a imaginação geográfica num sótão superestrutural, deixando-a acumular poeira (SOJA, 1993, p. 57).

Santos (1997) assume que a ausência do viés espacial da discussão conceitual nas ciências sociais se deu por uma carência da própria Geografia em traduzir a sua importância dentro das análises sociais. Claramente, a falta de discussões epistemológicas sobre os objetos e metodologias geográficos contribuíram para agravar essa situação.

De modo geral, é por falta de uma epistemologia, claramente expressa, que a própria Geografia tem dificuldade para participar de um debate filosófico e interdisciplinar. A nosso ver, essa é a razão pela qual especialistas de outras

disciplinas, não sabendo claramente o que fazem os geógrafos, renunciam a incluí-los nos seus próprios debates (SANTOS, 1997, p. 39).

A importância do conceito de espaço na discussão social emergiu com mais força a partir da década de 1970, quando o espaço passou a ser encarado como elemento essencial na interpretação das relações sociais. Seu principal defensor foi Henri Lefébvre que, juntamente com outros nomes importantes como Edward Soja e David Harvey, introduziu a concepção de espaço como *espaço social vivido* e receptáculo de múltiplas contradições espaciais.

Atualmente, a submissão do *Espaço ao Tempo*, tornou-se uma perspectiva obsoleta, enquanto cresce à legitimidade de um olhar espacial independente, apoiada em interpretações capazes de reformular uma nova Geografia humana crítica, sintonizada com as demandas da Pós-Modernidade. O espaço ganha primazia na análise do ser social e conflui para uma nova maneira de ver tempo e espaço juntos, livres da rigidez disciplinar e dos limites impostos ao conhecimento transdisciplinar. Nas palavras de Soja (1993) o ser social estaria ativamente posicionado no espaço e no tempo, em uma contextualização simultaneamente histórica e geográfica. É esse relacionamento dialético entre espaço, o tempo e o ser social que permite transformações mais criativas no tratamento desses entes diante da modernidade.

Aquilo que Soja chama de Pós-Modernidade introduz novas sensibilidades, que interferem diretamente na análise das três dimensões básicas de reflexão socioespacial, formadoras das teorias humanas: o espaço, o tempo e o ser social. Nessa direção, os debates sobre a História e a Geografia trazem novos limiares dentro de conjunturas da modernidade.

A associação entre a modernização e a sobrevivência do capitalismo é, segundo Soja (1993), fundamental para se entender as mudanças sociais e culturais ligadas diretamente às alterações radicais estampadas nos modos de produção. A modernização desenvolve-se de forma diferente no tempo e no espaço. Na atualidade, o ritmo acelerado das transformações tem afetado simultaneamente todas as sociedades capitalistas, o que nos coloca diante de um patamar único de relação com o espaço.

Esse novo viés histórico-geográfico ultrapassa a simples possibilidade de utilização da teoria espacial como elemento de análise social, e revela-se uma oportunidade de reformulação da teoria social, na qual o espaço não será conceituado e representado apenas em si, mas definirá toda uma gama de relações essenciais, que determinam o próprio espaço, o tempo, e o ser social, em todos os níveis de abstração (Soja, 1993).

O mérito do conceito de formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicar teoricamente que uma sociedade se torna concreta através de seu espaço, espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos *a posteriori*, mas sim de formação sócio-espacial (CORRÊA, 1997, p. 25).

O desafio de compreender o espaço ultrapassa, assim, a simples ideia de mapear os elementos físicos que o compõe. O conceito de espaço inclui variáveis, das quais se pode, a partir de múltiplos olhares, extrair diversos elementos importantes para desvendar a realidade social. O espaço mostra-se no plano físico, identificado no relevo, clima, fauna, flora, e águas. Esses elementos servem de base para a expressão humana, primeiramente exposta na ocupação do solo, na absorção dos territórios, na formação das sociedades, na consolidação das cidades, nas relações de trabalho, no domínio da natureza.

Além disso, o espaço é também imagem, formada pela percepção que dele se tem. É, portanto, uma construção mental carregada de simbolismo, subjetividade e de valores que muitas vezes são repassados de geração para geração, o que torna o espaço também um patrimônio: testemunho material e imaterial de uma história. O espaço interage com os planos cultural, social e ambiental, por ser o resultado das ações humanas sobre a natureza. Participa do processo de construção da identidade, por isso, demanda cuidados especiais quando se discute gestão e planejamento. Nesse espaço conflitivo e dialetizado é que Lefebvre (1976) sublinha a riqueza das contradições que influenciam e são influenciadas pela reprodução das relações de trabalho e produção. A interpretação dessas contradições é essencial para se compreender o que se esconde por detrás do véu espacial⁷.

Uma das discussões centrais em relação à natureza da Geografia se dá necessariamente em torno do objeto de estudo que possa distingui-la das demais ciências. Corrêa (1987) tenta identificar mais claramente qual seria esse objeto, assumindo que a Geografia se constitui como uma ciência social, que tem como objeto a sociedade.

O longo processo de organização e reorganização da sociedade deu-se concomitantemente à transformação da natureza primitiva em campos, cidades, estradas de ferro, minas, voçorocas, parques nacionais, shoppings centers etc. Estas obras do homem são as suas marcas apresentando padrão de localização que é próprio a cada sociedade. Organizadas espacialmente, constituem o espaço do homem, a organização espacial da sociedade ou, simplesmente, o espaço geográfico. A objetivação do estudo da Geografia faz-se através de sua organização espacial, enquanto as outras ciências sociais concretas estudam-na através de outras objetivações (CORRÊA, 1987, p. 52).

⁷ Cf. LEFEBVRE, H. **The Survival of Capitalism**, Londres: Allison and Busby, 1976.

Concorda-se com o autor, quando assume que a Geografia, ao priorizar o estudo da organização espacial de uma sociedade, deverá fazê-lo considerando vários aspectos de análise, que lidam com sua forma, função, processo e estrutura — categorias indispensáveis ao processo —, mas somam-se a esses aspectos questões como a da percepção, sentimento, simbolismo e suas relações com a sociedade no tempo.

Como materialidade, a organização espacial é uma dimensão da totalidade social construída pelo homem ao fazer sua própria história. Ela é no processo de transformação da sociedade, modificada ou congelada e, por sua vez também modifica e congela. A organização espacial é a própria sociedade organizada (CORRÊA, 1997, p. 53).

Para Santos (1978), a compreensão do espaço implica também na observação de vestígios naturais, que revelam a organização da paisagem física no tempo. Essas marcas, ele chama de "rugosidades", um termo da geomorfologia utilizado para demonstrar que os sinais do passado são percebidos e acabam por condicionar o cotidiano dos indivíduos. Para Corrêa (1987),

Ao se projetar este raciocínio no tempo, pode-se afirmar que o presente condiciona o futuro, ou seja, as formas espaciais presentes têm um importante papel no futuro da sociedade (CORRÊA, 1987, p. 71).

Santos (1994), fazendo eco a Corrêa, assume que a paisagem também é um indicativo da relação passado-presente-futuro.

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que tem idades diferentes, é uma herança de muitos momentos (SANTOS, 1994, p. 65).

O espaço não é um “reflexo da sociedade”, ele é a própria sociedade. As formas espaciais encontradas em nosso planeta são produzidas, incondicionalmente, pela ação humana. Logo, o espaço deve ser estudado em toda a sua multiplicidade de aspectos, inclusive, considerando sua vertente empírica e pragmática, norteadas pelos campos de testes da práxis social. A própria metodologia de interpretação do conceito de espaço passa por mudanças, adotando uma análise mais social e política do tema, em detrimento de um método homogeneizante, utilizado dentro do paradigma da ortodoxia marxista, que favorecia uma redução empobrecedora da interpretação da realidade social.

Durante vários anos o paradigma marxista sustentou a omissão do espaço nas análises realizadas por todas as ciências sociais. Os aspectos econômicos eram suficientes para explicar as relações que diziam respeito à apropriação do espaço, para processos de produção e para dinâmica social, em uma fase capitalista, na qual a dinâmica industrial e a estruturação dos meios de produção se baseavam em uma lógica fordista, que favorecia o processo de aglomeração. O paradigma marxista, aparentemente se mostrava suficiente para resolver todos os conflitos da análise do espaço social, abafando todas as outras formas de interpretação que não favorecessem a primazia dos aspectos econômicos. Os grandes complexos industriais, a consolidação das grandes aglomerações urbanas e os conflitos de classe eram fortes indicativos de que a lógica marxista poderia ser aplicada sem maiores contestações, consolidando, assim, uma tendência homogeneizada na análise espacial. O espaço havia se transformado em mercadoria e toda a sua dinâmica social era ignorada, privilegiando-se apenas a tendência econômica de interpretação.

Nas últimas décadas do século XX, com a crise do historicismo marxista, o espaço, ao invés de uma massa homogênea e definitiva, que definia a sua aplicação teórica, passou a ser entendido como um sistema, onde poderiam ser identificados múltiplos atores de um processo dinâmico e complexo. O sentido de espaço ampliou-se, envolvendo elementos físicos e toda uma conjuntura cultural, política, ambiental, social e econômica, que influi na realidade.

O desafio era claro. Havia uma interação complexa e problemática entre a produção das Geografias humanas e a constituição das relações e práticas sociais, que precisava ser reconhecida e aberta à interpretação teórica e política. Isso não poderia ser feito em se continuando a encarar a Geografia humana apenas como um reflexo dos processos sociais. A espacialidade criada da vida social tinha que ser vista como algo simultaneamente contingente e condicionador como um resultado e um meio da construção da história — em outras palavras, como parte de um materialismo histórico aplicado às questões geográficas (SOJA, 1993, p. 74).

Entretanto, a preocupação em determinar qual o tema central dos estudos geográficos não deve impedir que essa ciência se relacione com as demais, principalmente aquelas que possuam objetos comuns de estudo, tal como a sociedade. Santos (1997) reconhece a necessidade de definir melhor o objeto de estudo da Geografia, sem perder de vista as fronteiras com as demais ciências.

O mundo é um só. Ele é visto através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos. É isso, aliás, o que une as diversas disciplinas e o que, para cada qual deve garantir como forma de controle, o critério da realidade total. Uma

disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente, do saber geral. É assim que se transcendem as realidades truncadas, as verdades parciais, mesmo sem a ambição de filosofar ou de teorizar (SANTOS, 1997, p. 17).

Enfim, a organização do espaço não é apenas produto social, mas simultaneamente, repercute na moldagem das relações sociais nos mais amplos aspectos. É nesse espaço, onde se realizam múltiplas contradições sociais, que está o objeto de estudo da Geografia. A superação do historicismo abriu novos patamares ao olhar geográfico, e a Pós-Modernidade foi indispensável para introduzir novas sensibilidades em relação ao espaço e ao tempo.

O atual ritmo das transformações sociais tem atingido, em diversas escalas, várias sociedades, aumentando a necessidade de se observar os fenômenos sociais, considerando uma dimensão espacial. A partir dessa nova perspectiva de inclusão capitalista em escala mundial a reformulação da teoria social se fez necessária, definindo novos conceitos, novos paradigmas e novas perspectivas metodológicas, capazes de abarcar o espaço, o tempo e o ser social, sem desconsiderar a noção de transdisciplinalidade, que deve acompanhar a produção das análises socioespaciais.

2.3 Por uma Metodologia Geoistórica: O Espaço e o Tempo na Análise da Transformação Socioespacial

Nos primeiros capítulos deste estudo, apontou-se as principais características da dinâmica de produção do conhecimento social crítico, baseadas nas premissas das disciplinas História e Geografia, e nas discussões sobre os conceitos de espaço e tempo dentro das ciências sociais. Essa revisão representa um suporte metodológico, que procurou integrar as abordagens geográficas e históricas, avaliando que a relação entre Geografia e História se daria não somente na metodologia, mas no diálogo entre espaço, tempo e o ser social, como propõe Soja (1993):

A reafirmação do espaço na teoria social crítica não requer a subordinação antagônica do tempo e da história, uma substituição e uma reposição simplista. Ela constitui, ao contrário, a convocação a um equilíbrio interpretativo adequado entre o espaço, o tempo e o ser social, ou aquilo que agora é possível denominar, mais explicitamente, de criação das Geografias humanas, construção da história e construção da sociedade (SOJA, 1993, p. 33).

Estabelecer uma análise científica da práxis social é, por si só, um desafio que envolve inúmeras dificuldades: definição do objeto, criação de hipóteses, determinação da metodologia de pesquisa, clareza na linguagem utilizada para a produção do conhecimento, subjetividade do autor, entre outras. Ao considerar uma metodologia que se propõe transdisciplinar e geoistórica, os desafios tornam-se ainda mais complexos.

As regiões de fronteiras entre as ciências sociais são habitadas por relações de afinidade e conflito, que tornam o estabelecimento de paradigmas algo evidentemente complexo. Nas discussões envolvendo a História e a Geografia, o desafio de elaborar teorias e metodologias convergentes possui elementos característicos, que interferem na maneira como cada disciplina lida com o saber socioespacial.

Como se viu, ao considerar um caráter mais positivista, torna-se pura formalidade técnica apontar as características de determinado objeto do conhecimento ou da sociedade real. A ciência, em sua tendência cartesiana, solicita ao pesquisador que ignore a variável subjetiva do contexto da produção. As aspirações, sentimentos e preferências dos autores devem permanecer externas ao conhecimento produzido. Amparada por essa metodologia científica, que se considera universal e infalível, a produção do conhecimento foi moldada por padrões de conduta que isolaram o pesquisador de seu objeto, mantendo-o preso a regras para a realização das pesquisas e para a elaboração dos textos científicos. Ao se

optar por esse processo, a produção do conhecimento pode transformar-se apenas em um mero preenchimento de formulários.

Essa forma de se proceder na pesquisa científica tem sido muito questionada, dentre outros motivos, principalmente pela dificuldade de se isentar a subjetividade do autor do contexto da produção do conhecimento. Afirmar que somente pelo “método científico” é possível se produzir conhecimento, é no mínimo, admitir que a complexidade do mundo possa ser reduzida ao contexto de um “laboratório”. A forma cartesiana de pensar, muitas vezes, tem limitado o alcance de olhar dos pesquisadores atados ainda às mazelas do Positivismo e à “obrigação” das ciências humanas, em especial da Geografia, de se afirmar enquanto ciência.

A fragilidade dos limites permite ao pesquisador uma infinidade de abordagens mais coerentes com a complexidade do mundo. O conhecimento elaborado com essa diretriz revela, que por mais amplo que seja o conteúdo abarcado por uma produção científica na Geografia ou na História, ela nunca será conclusiva e, é com essa certeza, que se dá o desafio de produzir o conhecimento socioespacial.

Quando o pesquisador consegue imaginar seu objeto sem as correntes que o confinam à ciência positivista, a orientação da pesquisa passa a ser direcionada para a produção do conhecimento, e não mais para a metodologia ou para o rigor dos ditames cartesianos. Essa liberdade só pode vir de uma ampla pesquisa, que passa a ser termômetro da produção dos saberes. Quanto mais vasta, mais complexa e mais diversificada for a pesquisa, melhor chance o pesquisador terá de desvendar as características de seu objeto de estudo.

De qualquer modo não há dúvida que, antes de experimentar estes novos critérios, deve-se procurar — até para evitar confusão de linguagem e de terminologia — um esclarecimento honesto acerca dos fins, objecto e método das nossas investigações; a sua utilidade deverá ser verificada não através de raciocínios e discussões mais ou menos abstractos, mas dos resultados concretos da investigação de campo (FERRO, 1985, p. 49).

Para se propor uma nova abordagem sobre um objeto já existente, faz-se necessária uma base de conhecimentos sobre esse objeto, sem o qual não se pode improvisar, olhar por novos prismas, criar. Libertos do rigor e das limitações dos métodos científicos, sustentados por uma sólida base de conhecimentos anteriores sobre o objeto e, principalmente, cientes das escolhas subjetivas que serão realizadas durante a pesquisa,

serão maiores as chances de produzir conhecimento socioespacial pautado pela originalidade.

Discute-se a necessidade de se desenvolver uma linha de raciocínio perfeitamente coerente, e uma metodologia “precisa” de estudos. Parece pertinente que o conhecimento produzido a partir da análise da sociedade não seja limitado e conduzido por uma única, definitiva e totalitária forma de se enxergar o mundo. A “metodologia científica”, apesar de essencial, não é exclusiva e nem pode ser autossuficiente, limitada aos conceitos de apenas uma disciplina. Para a produção do conhecimento não podem existir barreiras.

História e Geografia, ciências irmãs no “nascimento” e separadas na “adolescência”, tornaram-se disciplinas independentes, muito mais por convenções externas ao conhecimento e ao objeto estudado, do que pela ausência de afinidades e similitudes entre elas. Buscando a autonomia sugerida pelo Positivismo, essas disciplinas desenvolveram metodologias distintas para o tratamento e análise de informações, objetivando de forma independente a realidade social da qual extrairiam suas teorias.

Diante do desafio de debruçar-se sobre uma discussão epistemológica, tem-se aqui uma tentativa de conciliar metodologias de pesquisa, utilizadas principalmente para o estudo da História e da Geografia na construção dos saberes socioespaciais, ultrapassando os limites teóricos estabelecidos pela ciência tradicional para essas disciplinas. Tal esforço pretende democratizar o acesso ao desenvolvimento dos saberes científicos, partindo do princípio de que as rígidas cátedras da ciência tradicional se tornaram insuficientes para lidar com os conflitos da Pós-Modernidade. Imaginando convergir às vantagens presentes em ambas as disciplinas, e dialogando com a atuação de historiadores e geógrafos, impõe-se o desafio de extrair a gênese de uma metodologia de pesquisa, que se propõe a ser geohistórica e, por consequência, mais transdisciplinar.

Desse esforço busca-se elaborar uma metodologia de pesquisa mais liberada dos entraves da ciência tradicional e que proporcionará a análise da sociedade a partir de uma perspectiva espacial e histórica, contribuindo para o pensamento crítico e — se conseguir alcançar os objetivos propostos — para a ação e conscientização política.

A necessidade do estabelecimento de novos paradigmas para a prática da análise social é empreendimento não só possível, mas indispensável para atender às novas demandas da educação contemporânea, o que certamente se viabilizará a partir da adoção de referenciais teóricos apropriados. O desafio de rompimento com a tradição acadêmica, obviamente, não é simples e, sem dúvida, enfrentará incompreensões e resistências. Por isso, deve resultar de um processo cuidadoso, cujo primeiro passo parece estar na

integração de campos do conhecimento com maior afinidade, tais como a Geografia e a História.

Os geógrafos oferecem aos historiadores novos paradigmas, que servem de inspiração para uma concepção renovada do tempo histórico e de seus desdobramentos. A historiografia, assim, reencontra o espaço, criando um novo modelo para o tempo histórico, que soma ao seu ritmo acelerado, dinâmico e efervescente, visões de profundidade, densidade e cadência. Como se os novos desafios estabelecidos fossem para se entender geograficamente a História e se pensar historicamente a Geografia.

A Geo-História introduz a Geografia como grade de leitura para a história, e ao trazer o espaço para primeiro plano e não mais tratá-lo como mero teatro de operações — e sim como o próprio sujeito da História — possibilita o exame da longa duração, esta história quase imóvel que se desenrola sobre uma estrutura onde os elementos climáticos, geológicos, vegetais e animais encontram-se em um ambiente de equilíbrio dentro do qual se instala o homem (DOSSE, 1994, p. 136).

Soja (1993) ressalta a redescoberta do espaço pelos historiadores ao admitir que a autonomia do social em relação ao espaço, defendida pela historiografia tradicional, havia sido ultrapassada, e as condições espaciais se tornariam elementos irrefutáveis ao se analisar a realidade social.

A sociedade e a história estavam sendo separadas da natureza e ingenuamente providas de ambientes que lhes conferissem o que se poderia chamar de relativa autonomia do social em relação ao espacial. Impedida de ver a produção do espaço como um processo social, enraizado na mesma problemática da construção da história, a teoria social crítica tendeu a projetar a Geografia humana no pano de fundo físico da sociedade, assim permitindo que seu poderoso efeito de estruturação fosse jogado fora juntamente com a água suja de um determinismo ambiental (SOJA, 1993, p. 46).

Um dos primeiros autores a tratar do aumento das fronteiras entre as ciências sócias foi Fernand Braudel (1902–1985). Braudel foi um renomado historiador francês, reconhecido mundialmente por ser um dos principais nomes da chamada "*Escola dos Annales*"⁸. Ancorado nos argumentos dos representantes mais ilustres desse grupo — Lucien Febvre (1876–1878) e March Bloch (1886–1944) —, Braudel aprimora uma nova

⁸ A Escola dos Annales constitui-se como um movimento historiográfico de grande importância para as ciências sociais. Recebeu essa designação por incorporar métodos das Ciências Sociais à História. Sua trajetória, em geral, é dividida em três fases: a primeira delas (1920-45), liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre, caracterizou-se pela maior preocupação com a história econômica e social, procurando se distanciar ao máximo da história política. A segunda fase (1946-68), marcada pela figura de Braudel, distinguiu-se pela ampliação de conceitos (estrutura e conjuntura) e novos métodos, como a história serial. A terceira, liderada por historiadores como Jacques Le Goff e Peter Burke, é marcada pela fragmentação e maior aproximação com a história cultural.

maneira de se fazer História que passa a ser estudada de uma forma mais ampla, envolvendo outros aspectos da realidade que não a política, principal temática tratada pelos historiadores positivistas daquela época⁹. Ao questionar uma História exclusivamente política, Braudel introduz novas questões ao debate histórico, que passaria a analisar não somente as ações do Estado, mas traria à luz os problemas humanos dispostos de maneira espacializada.

Segundo Reis (2000) As principais inovações introduzidas com a Escola dos Annales preocupavam-se em interrogar o passado a partir do presente e, para isso, sugeriam maior interação entre as ciências sociais com a ampliação das fontes de pesquisa, o que seria indispensável para reforçar a percepção da pluralidade dos níveis de temporalidade existentes simultaneamente na realidade social.

A influência dos estudos geográficos de Paul Vidal de La Blache (1845–1918) é percebida claramente na obra de Braudel, principalmente com as contribuições em relação aos conceitos de espaço e região. O modelo geográfico sugerido por La Blache ultrapassa as análises superficiais de um “determinismo geográfico”¹⁰, trabalhando com a ideia de um “possibilismo geográfico”, que, em outras palavras, considerava o meio geográfico como o centro da análise da vida humana e procurava enfatizar as diversas possibilidades de resposta que poderiam ser colocadas pelos seres humanos, diante dos desafios impostos pela natureza e pelo meio físico. Essas considerações eram diametralmente opostas às afirmações de Ratzel, da escola geográfica alemã, que enxergava uma influência quase linear do meio físico sobre o destino humano. Entretanto, para Braudel, o objetivo final da geoistória, vista a partir de uma perspectiva espaço-temporal, não compartilha com a ressurreição do determinismo geográfico, o que é criticado nas palavras de Soja (1993):

A contingência espacial cheirava demais ao ambientalismo errante de um passado embaraçoso e se chocava com a posição conferida a Geografia dentro da moderna divisão acadêmica do trabalho, inocentemente descritiva da diferenciação por área, mas empenhada na promessa de nunca mais voltar a afirmar nenhuma determinação geográfica do social, pelo menos não ao alcance dos ouvidos das ciências diligentemente sociais (SOJA, 1993, p. 75).

⁹ Cf. REIS, José C. **A escola dos Annales**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

¹⁰ O “Determinismo Geográfico” foi uma teoria que se iniciou na Alemanha, principalmente a partir dos estudos do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844–1904). Essa teoria versa sobre a influência que as condições naturais exerceriam sobre a humanidade, sustentando a tese de que o meio natural seria uma entidade determinante da fisiologia e psicologia humana. Ratzel foi influenciado pela teoria da evolução de Charles Darwin, e deduzia que a luta entre as espécies se aplicaria à humanidade e envolvia a luta pela espaço. Dessa forma, acreditava-se que o meio natural mais hostil proporcionaria um maior nível de desenvolvimento, ao exigir um alto grau de organização social, para suportar todos os desafios impostos pela natureza.

A obra de Braudel insere-se em um movimento filosófico de grande importância na definição do pensamento histórico ocidental. Conhecido como *Nouvelle Histoire*, esse movimento privilegiava o diálogo permanente entre as disciplinas, incentivando práticas interdisciplinares para a discussão de problemas ligados às ciências sociais. Segundo Benatte (2007), a rigor, o campo intelectual da chamada Nova História é constituído por uma ampla e complexa rede de cruzamentos interdisciplinares, facilitados pela afirmação de ciências relativamente novas, como a sociologia, a demografia e a antropologia, que favoreceram práticas interdisciplinares e deram origem a uma série de ciências compostas, tais como a matemática social; a etno-história; a história sociológica; a demografia histórica, entre outras.

Ao propor a convergência das ciências sociais, principalmente História e Geografia, Braudel assume que, sendo o homem e a sociedade os principais objetos de pesquisa dessas disciplinas, a aproximação das mesmas em uma pesquisa científica traria vantagens metodológicas significativas para se compreender a sociedade e, mais especificamente, os conceitos de tempo e espaço. Ganha-se em clareza quando se concebe essa relação como uma via de mão dupla e não como uma rua de mão única.

Braudel (1946) desenvolve o conceito que ele chamou de “geo-história” aprofundando discussões acerca da relação indissociável entre o espaço e o tempo, retirando dessa afinidade a sua teoria das múltiplas temporalidades. A geoistória de Braudel considerava pertinente toda a dialética da relação entre o homem e a natureza, principalmente nas ações cotidianas, que favorecem interpretações sobre o homem inserido no espaço, e ciente da sua condição mais frágil diante desse cenário, considerando-se, especialmente, a sua breve existência diante de um sistema temporal de longa duração.

Mas esse tempo, finito, condição da finitude do ser humano, é, como temporalização, feita ou no sentido do presente ou do passado ou do futuro, a origem dos vários tempos que se apresentam no mundo, cada qual legítimo em seu domínio ôntico próprio, na medida em que resultam de uma modificação da mesma temporalidade extática de que derivam (NUNES, 1994, p. 133).

O tempo dos homens encontrou o atrito do espaço e a resistência do meio geográfico, obrigando-os a perceber o quanto são localizados, limitados e condicionados por circunstâncias objetivas de sobrevivência. Segundo Lima (2006) a geoistória é o estudo de um duplo vínculo, da natureza ao homem e do homem à natureza; é o esboço de uma

ação e de uma reação, emaranhada, dispersa, recomeçando ininterruptamente na realidade cotidiana¹¹.

Ao criticar uma ideia de "geopolítica" apenas como pano de fundo para a História, Braudel desenvolverá uma história espacial, uma geoistória, que trata de abordagens tradicionais, tal como a história dos Estados, mas propõe novos problemas, ligados a percepções no presente de ações acontecidas no passado e remetem a uma ideia de coletividade e de movimentos estruturais tais como a economia, o comércio, os meios de circulação, os eventos ligados à política, enfim, que confirmam o fato de que espaço, tempo e o ser social fazem parte de um mesmo e complexo sistema de escolhas, ações e valores. As diversas temporalidades históricas identificadas pelo autor permitem analisar também as múltiplas respostas e as diversas reações de uma dada sociedade às condições de sobrevivência que lhe foram apresentadas.

A abordagem geoistórica difundida por Braudel sugere também uma retrospectiva aproximação com o dia-a-dia, um estudo quase antropológico, do qual emergem práticas coletivas e hábitos do passado, que sugerem elementos regulares e repetitivos, criando uma atmosfera familiar, para facilitar a identificação de valores quase inconscientes e tratá-los com o cotidiano das pessoas comuns. Tal preocupação acarreta um efeito de realidade capaz de nos transportar a tempos muito diferentes daqueles que experimentamos. São através dessas análises detalhadas do cotidiano que se percebem as permanências e rupturas que corroboram o desenrolar da história da sociedade: *“Reencontra-se a idéia fundamental do passado e do presente como construção, organização lógica, e não como dado bruto”* (LE GOFF, 1984, p. 296).

Braudel (1992) propõe uma divisão dos processos históricos segundo a velocidade com que acontecem, como resultado de três temporalidades que dariam a visão mais plena do conjunto¹². A primeira temporalidade, de duração mais longa, corresponderia a uma percepção mais lenta em relação às transformações. Não se trata de um tempo maior, a partir de uma perspectiva cronológica, mas o autor entende essa temporalidade como a mais favorável para se perceber a relação entre o homem e o meio que o rodeia. É desse ponto de vista que surgem conhecimentos oriundos da observação no plano geográfico e da “história das mentalidades”, na qual as modificações são lentas e muitas vezes

¹¹ Cf. LIMA, Luiz C. **História, Meio Ambiente e Cultura**: A Contribuição de Fernand Braudel. Revista Em Debate, Fascículo n. 2, 2006.

¹² Cf. BRAUDEL, F. "História e ciências sociais: a longa duração". **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

imperceptíveis, ocorrendo em ciclos de longa duração. Le Goff traduz assim a concepção de Braudel:

A longa duração não é forçosamente um longo período cronológico; é aquela parte da história, a das estruturas, que evolui e muda o mais lentamente. Pode-se descobri-la e observá-la por um lapso de tempo relativamente curto, mas subjacente à história dos eventos e à conjuntura de médio prazo (LE GOFF, 1984, p. 17).

Em uma segunda temporalidade, Braudel teoriza o que seria o tempo social e econômico, e embora mais dinâmico que o tempo geográfico, as mudanças recorrentes nessa temporalidade dizem respeito às transformações estruturais, que atingem os grupos humanos, favorecendo perspectivas mais econômicas, sociais e no âmbito do Estado.

Na terceira temporalidade, o autor trata o ser humano relativamente livre de sua coletividade, mas privilegia a história individual, em que as variações são rápidas e o tempo se mostra extremamente dinâmico. Seria a história dos acontecimentos e dos grandes fatos que marcaram uma visão mais tradicional da história positivista e que, por isso, merecem maior cuidado. Braudel chega assim a uma divisão conceitual para a análise do tempo, decompondo a história em três matrizes principais: um “tempo geográfico”, um “tempo social” e um “tempo individual”.

A divisão esquemática da História colabora com a ideia de que parte do atual presente é herança do passado, e tais influências atingem a toda a sociedade. O presente se dá, em grande medida, por uma intervenção do passado, que insiste em sobreviver. Analisar essas permanências é uma das chaves indispensáveis para a compreensão do tempo presente. Ao contrário do que pensava Marc Bloch, a história não seria apenas o que se altera, mas também o que permanece.

Com efeito, a feição actual da “paisagem antrópica” resulta duma “série muito complexa de acontecimentos (incluindo políticos, culturais, artísticos) repetidos no tempo. Para compreender as suas características torna-se necessário “partir das condições originais e seguir as transformações sucessivas, época por época (FERRO, 1985, p. 40).

Partindo da premissa de que “a História é o estudo do homem no tempo”, rompe-se com a opinião de que se deva constar como objeto de estudo apenas o passado. O interesse da História concentra-se nas ações, movimentos, permanências e transformações humanas, que podem ser percebidas em temporalidades distintas de longa, média ou curta duração. Contudo, uma abordagem geoistórica deve considerar uma terceira variável nesse sistema.

Além do interesse pelo tempo e pelo ser social, entende-se que todas as transformações que afetam a vida humana acontecem no espaço geográfico, este sim, constituído por questões que ultrapassam a distribuição locacional, mas envolvem todo o espaço social construído politicamente pela sociedade.

Acredita-se que relações entre o homem e o espaço modificam-se com o tempo, tornando frágeis delimitações regionais mais rígidas, que podem funcionar bem para um período e não para outro. Uma abordagem geoistórica sempre vai considerar as diversas temporalidades que simultaneamente se relacionam no contexto social, e tende a privilegiar análises de longa duração, nas quais as permanências e rupturas são mais profundas e cadenciadas. O que se estuda, na verdade, são as transformações que se estabelecem e se desenvolvem em um determinado período de tempo, considerando sempre o seu ritmo de acontecimento. Nessa passagem pelo tempo, os processos de transformação da vida humana interagem muito intensamente com o conceito de temporalidade e é dessa complexa interação que se percebe seus desdobramentos sobre o meio, a economia, a sociedade, a cultura, a política e os acontecimentos.

A historicidade, com que nos deparamos agora, nada mais é do que a mesma temporalidade, o mesmo tempo finito, transportado aos dois níveis solidários, individual e coletivo da existência do ser-no-mundo, que implicam o agir e, portanto, também, a tomada de decisões. O homem se temporaliza, e o seu acontecer histórico é temporalização (NUNES, 1994, p. 133).

Ao filiar-se às ideias de divisão do tempo histórico em temporalidades distintas — sejam as principais: o tempo geográfico, o tempo social/econômico e o tempo individual —, acredita-se que a análise das rupturas e das permanências que derivam da passagem do tempo seria a principal característica de uma metodologia geoistórica capaz de se ater às demandas eminentes da pesquisa científica socioespacial.

2.4 A “Geografia Oral” como Técnica para Inclusão da Noção de Espaço e de Novos Personagens nos Estudos Socioespaciais

Existe nas ciências uma tendência quase “natural” de se privilegiar os documentos escritos como objetos de pesquisa e fonte para consulta e produção de conhecimento. A linguagem escrita, desde a criação e a adoção maciça da imprensa, representa a ferramenta formal para difusão, criação e validação do conhecimento. Grande parte da história tradicional é construída a partir de registros escritos, sugerindo que o saber esteja de alguma forma concluído, completo e estocado.

A adoção da escrita como ferramenta técnica para a difusão de conhecimento, sugere que os leitores tenham acesso a saberes registrados sobre a forma de documentos, fornecendo certa autonomia em relação aos sujeitos que o produziram. A partir dessa leitura de códigos é que o conhecimento pode ser comparado, criticado, discutido e transformado, sendo apenas os especialistas — aqueles que conhecem os códigos da escrita — os sujeitos da ação. O conhecimento perde um pouco de sua universalidade e de sua consequente utilidade no cotidiano das pessoas e comunidades, para se tornar objeto de exames, cujo principal objetivo será o de alterar os registros já existentes em um ciclo constante de interpretações e críticas.

Le Goff (1984) já havia sustentado que a sociedade letrada utiliza-se dos documentos escritos para expressar seus valores e para transmitir às gerações futuras parte de seu saber. O conteúdo dos documentos escritos que se referem ao passado é, sempre, um produto da sociedade; das relações de poder existentes no momento de sua criação e, por esse motivo, referem-se a uma perspectiva do mundo privado, que, por meio da cristalização em documentos escritos, podem se tornar de acesso relativamente público para as gerações posteriores.

O documento é uma coisa que fica, que dura. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si próprias. O uso do documento escrito pela sociedade possibilitou a expropriação privada do conhecimento público. O saber público, o saber comunitário, ao ser codificado na escrita, tornou-se um saber hermético, que passa a constituir uma ciência dominada só por uns poucos iniciados (LE GOFF, 1984, p. 23).

O documento escrito é um objeto de estudo apenas descoberto pela pessoa alfabetizada e, por essa razão, representa um conhecimento individualizado. Desvendar os códigos que compõem a escrita representa um ritual que se opera no âmbito da dimensão privada e, por se constituir como forma de obtenção de conhecimento, possibilita também

formas de apropriação, dominação e poder. Os indivíduos aptos a decifrar os códigos da escrita possuem um instrumento para exercer a dominação.

Entende-se que o movimento transdisciplinar propõe uma abertura da ciência para novas questões, dentre elas a social, a ética e a política e, por isso, apresentar o documento escrito como forma monolítica de obtenção de conhecimento é, sem dúvida, uma das críticas estabelecidas pela nova postura de se fazer ciência.

Concorda-se com Hissa (2002), quando critica a academia em sua forma tradicional de atuação, na qual a produção de conhecimento tende a priorizar personagens, tendências e fontes. Essa forma de conduzir a produção do conhecimento acaba por ser disseminada na sociedade civil, pautada por esses valores. Na opinião do autor, tais padrões de comportamento limitam a atuação do conhecimento. A possibilidade de interação com outros métodos, outras abordagens, outros personagens e, por que não, outras formas de se registrar o conhecimento, são indispensáveis como inspiração na construção do saber científico.

Assim, a criação, seja ela de qualquer natureza, é compreendida como uma atitude que, carregada de valores, é “leitura sobre leitura” e tem o mesmo significado de crítica. A ciência também depende da imaginação, necessita de histórias anteriores de criação, de imagens de naturezas diversas que mobilizem o pensamento e a ação. A criação é, enfim, a arte de sempre reinventar (HISSA, 2002, p. 60).

Diante desse cenário e, com a intenção de apresentar alternativas para a construção do saber socioespacial crítico, sustenta-se o argumento de que existem outras formas de registro do conhecimento, que são completamente legítimas como fontes de pesquisa, e como objetos de análise dentro das ciências sociais, dentre as quais se destaca a oralidade em sua manifestação mais conhecida, denominada “História Oral”.

Não se sabe ao certo quando se deu a origem da História Oral como instrumento de perpetuação do saber, mas os relatos orais desde os tempos remotos, representam para a humanidade a forma mais comum de conservação do saber. Muito antes de registrar em códigos seu conhecimento, o indivíduo usa a oralidade como instrumento de relacionamento e comunicação. Relatar, através de depoimentos, os fatos acontecidos no passado é, por definição, o que se conhece por História Oral.

Muitos pesquisadores acreditam que a História Oral seja a técnica mais eficaz para se registrar o conhecimento que ainda não foi cristalizado através de documentação escrita e, evitaria que tais informações deixassem de existir. Seria, portanto uma forma de captar o

que não pode ser escrito, um modo de dar voz àqueles que não possuem os códigos de leitura, enfim, uma forma de inclusão de personagens na produção de documentos.

... através dos séculos, o relato oral constituía sempre a maior fonte humana de conservação e difusão do saber, o que equivale a dizer, fora a maior fonte de dados para as ciências em geral. Em todas as épocas, a educação humana (ao mesmo tempo formação de hábitos e transmissão de conhecimentos, ambos muito interligados) se baseara na narrativa, que encerra uma primeira transposição: a da experiência indizível que se procura traduzir em vocábulos (QUEIROZ, 1988, p. 16).

As ciências tradicionais, ligadas diretamente às ideias positivistas de racionalidade e objetividade, foram sempre reticentes em relação ao emprego da História Oral como instrumento de pesquisa, porque a principal tarefa do pesquisador seria descobrir as leis sociais que dirigem uma sociedade. Os relatos orais eram vistos apenas como motivadores para as hipóteses iniciais, sem, contudo, obterem legitimidade para testá-las. Essa restrição, segundo Pereira (1994), viria de uma carga dupla de subjetividade, que incidiria sobre esse tipo de informação. A inviabilidade de se utilizar relatos orais para os positivistas se explicaria no fato de que, tanto o pesquisador, quanto o informante, forneceriam grande carga de percepções pessoais ao conteúdo dos depoimentos orais, distorcendo a realidade a ser analisada.

A preocupação em relação à participação subjetiva do pesquisador e do informante nos relatos orais é, certamente, legítima, e precisa de total atenção, entretanto, todo material utilizado dentro de uma pesquisa científica tem como filtro o pesquisador, e nem por isso, é descartado. Acredita-se, portanto, que a utilização ou não de relatos orais não pode ser inviabilizada apenas por argumentos que trabalhem na perspectiva de uma abordagem subjetiva. Além disso, a subjetividade por detrás dos depoimentos orais, principalmente por parte do informante, é também subsídio a ser utilizado na pesquisa, uma vez que reflete uma forma específica de comportamento adotado pelo sujeito, e pode traduzir alguma intenção subliminar, que deve ser investigada.

Nas entrevistas obtidas em forma de História Oral é possível registrar situações e modos de vida, não só de um ponto de vista individual, mas de um grupo ou de uma sociedade em geral, na qual o indivíduo esteja imerso. Essa técnica de obtenção de dados permite que o pesquisador se aproxime da realidade e do cotidiano de seu entrevistado, como atitude indispensável para se desvendar um emaranhado de desdobramentos possíveis da vida social, facilitando a compreensão do passado e revisitando experiências vividas por outros.

Mesmo creditando à História Oral o status de elemento legítimo a ser investigado, o documento obtido dessa forma não deve ser confundido com a verdade definitiva sobre determinado assunto. O que interessa em um depoimento oral não é a narrativa verídica e precisa dos fatos, ou mesmo uma descrição detalhada de acontecimentos e personagens, mas, sim, as relações que o indivíduo entrevistado tece com o seu entorno, seja nos aspectos sociais, temporais ou espaciais.

Acredita-se que os relatos orais possam elucidar vários elementos disponíveis na realidade social e que, por isso, despertem o interesse das ciências sociais críticas. Ao considerar-se os objetivos específicos dessa pesquisa, os relatos orais podem trazer à luz aspectos muitas vezes ignorados nos depoimentos, e que se referem às noções de espaço e de temporalidade disponível nos testemunhos.

Releva-se o seguinte raciocínio:

O predomínio de uma visão fiscalista do espaço permeou a tal ponto a análise da espacialidade humana que tende a distorcer nosso vocabulário. Assim, enquanto adjetivos como “social”, “político”, “econômico” e até “histórico” costumam sugerir, salvo especificação em contrário, um vínculo com a ação e a motivação humanas, o termo “espacial” evoca, tipicamente, uma imagem física ou geométrica, algo externo ao contexto social e à ação social, uma parte do “meio ambiente”, parte do cenário da sociedade — seu continente ingenuamente dado —, não uma estrutura formadora criada pela sociedade (SOJA, 1993, p. 101).

Ao analisar o argumento de Soja, percebe-se que muitas vezes a noção do espaço, para o senso comum, não ultrapassa os aspectos físicos, que são apenas um dos diversos componentes de uma investigação do espaço social. Além disso, a percepção histórica contida nos relatos orais tende a privilegiar uma abordagem cronológica, na qual a maior preocupação dos pesquisadores e informantes é apenas localizar tal acontecimento em uma “linha do tempo”, sobre uma perspectiva temporal evolutiva, quase sempre negligenciando as diversas temporalidades existentes simultaneamente dentro do momento narrado.

Harvey (2001) reforça a afirmação de Soja ao assumir que as dimensões tempo e espaço são aspectos indissociáveis e definem a maneira como podemos nos relacionar com o mundo que nos cerca

Sob a superfície de idéias do senso comum e aparentemente “naturais” acerca do tempo e do espaço, ocultam-se territórios de ambigüidade, de contradição e de luta. Os conflitos surgem não apenas de apreciações subjetivas admitidamente diversas, mas porque diferentes qualidades materiais objetivas do tempo e do espaço são consideradas relevantes para a vida social em diferentes situações. Importantes batalhas também ocorrem nos domínios da teoria, bem como da prática, científica, social e estética. O modo como representamos o espaço e o

tempo na teoria importa, visto afetar a maneira como nós e os outros interpretamos e depois agimos com relação ao mundo (HARVEY, 2001, p. 190).

Assim, baseado nos conhecimentos até aqui desenvolvidos, e acreditando que a inovação é condição indispensável para a produção do conhecimento na análise dos relatos orais, valer-se-á de uma nova perspectiva de abordagem que se ousou chamar de “Geografia Oral”.

Partindo do princípio de que os relatos orais representam uma técnica mais democrática para a obtenção de informações relevantes sobre um dado objeto, e, entendendo que tais relatos podem trazer dados importantes sobre uma perspectiva geohistórica da pesquisa, serão avaliados os depoimentos recolhidos em campo, considerando esses novos olhares.

Os registros orais serão analisados de modo a se perceber posturas e características em relação ao espaço geográfico que possam colaborar para a definição de uma análise socioespacial individual, mas que culminem em uma definição coletiva desta variável. Espera-se que a produção e análise dos dados obtidos através das técnicas orais permitam incluir informações sobre os aspectos geohistóricos vividos individualmente pelos entrevistados. A partir das informações obtidas com esse artifício serão apresentadas as que podem ser validadas e as que foram descartadas, considerando o cruzamento desse material com outros documentos que fizeram parte do acervo coletado em campo, e nos textos utilizados em laboratório.

Trata-se de um exercício prático de tratamento das informações de campo, essencial para a definição de uma nova abordagem na metodologia de pesquisa, além de possibilitar inferências sobre a geohistória da Região do Gado do rio São Francisco, que é o cenário principal desta pesquisa.

PARTE 2

GEOISTÓRIA DO SÃO FRANCISCO: EXERCÍCIO TRANSDICIPLINAR PARA A CONSTRUÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA DOS SABERES

CAPÍTULO 3
CONSTRUINDO A GEOISTÓRIA DO SÃO FRANCISCO

3.1 O São Francisco como Referência Histórica e Marco Espacial para a Formação do Brasil

Conhecido como “rio da integração nacional”, o São Francisco apresenta elementos instigantes à pesquisa não só pela sua importância econômica, social e simbólica, mas por permitir um exercício singular de reflexão e aplicação dos conceitos de espaço e de tempo definidos sobre o ponto de vista de uma metodologia geohistórica. A história do rio é, em grande medida, confundida com a história de seu povo, sendo que essa epopeia se dá em um espaço concreto que corta o Brasil no sentido Sul-Nordeste, desde a sua nascente na Serra da Canastra, em Minas Gerais, até a sua foz no Oceano Atlântico, na intercessão entre os Estados de Alagoas e Sergipe.

Considerando o espaço como um dos principais elementos que envolvem as relações humanas e o tempo, como caminho percorrido e para se compreender transformações sociais, investigar-se-á a organização espacial e a dinâmica social do São Francisco, a fim de perceber as permanências e rupturas que se definiram nesta área e tiveram seus reflexos na formação histórica mineira e brasileira. Para isso, será analisada a influência das atividades econômicas ligadas principalmente à criação de gado e ao comércio ribeirinho na transformação do espaço e na gênese sociocultural da sociedade são-franciscana. Ao dispor-se a esse desafio, a proposta ultrapassa a necessidade de se somar dados à história oficial, mas em complemento a isso, tal intenção atesta a necessidade de se buscar elementos de historicidade, exatamente como sugere Nunes (1994).

Não é, portanto, a investigação histórica, mas a historicidade o que abre para esse descobrimento do passado, condicionando o conhecimento de uma ordem de fatos, legitimado pelo método de investigação (NUNES, 1994, p. 138).

O meio natural e as manifestações sociais constituem alvo desta pesquisa por estarem associados a uma complexa e variada paisagem cultural construída e reconstruída pelos homens através dos tempos. Ao investigar o Vale do São Francisco do ponto de vista geohistórico, propôs-se identificar marcas culturais, referenciais espaciais, transformações nos processos de produção do espaço, peculiaridades históricas e características sociais responsáveis pela construção da sociedade ribeirinha e que, provavelmente, fornecerão elementos para ajudar a compreender a formação da sociedade brasileira como um todo. A partir da perspectiva geohistórica apresentada na primeira parte, investiga-se a inserção do

São Francisco na formação social e econômica da região delimitada pelo seu vale, mais especificamente na Região do Gado, onde as marcas da pecuária e do comércio são mais evidentes.

Poderíamos compreender, por uma dilatação das vivências individuais, o que outrora foi humanamente vivido. No fundo, o conhecimento histórico seria uma nova espécie de autoconhecimento, o espírito humano mediado pela consciência do historiador (NUNES, 1994, p. 136).

Desde os primórdios da história do Brasil, o rio São Francisco tem papel destacado na ocupação do nosso território. Seu descobrimento é atribuído ao genovês Américo Vespúcio, que navegou em sua foz em 04 de outubro de 1501 (Rocha, 1946). Por ser um meio de transporte para o interior, o São Francisco colaborou na exploração do sertão do país, partindo do litoral e, como rota de interiorização das Bandeiras nos séculos XVII e XVIII, o rio serviu de referência natural às “Entradas”. A pecuária, desenvolvida ao longo de seu leito, foi responsável pelo povoamento de praticamente toda a sua extensão, inclusive do noroeste mineiro. A comunicação e o comércio entre os vilarejos do interior e as cidades do litoral incentivaram o uso do rio como via de transporte e como instrumento de integração do espaço. O transporte fluvial de larga escala, tem seu início a partir de 1871, permanecendo com grande importância até 1960, quando sente a concorrência das malhas viárias e entra em decadência. Nesse período foi atribuído ao rio São Francisco a designação de “rio da unidade nacional”. Para alguns autores, a existência do rio foi o fator preponderante para a não desagregação do Brasil colonial como ocorreu com as demais colônias espanholas na América.

João Ribeiro, Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso, analisando os fenômenos da nossa História, chegaram à conclusão de que devemos a nossa unidade quase exclusivamente ao fator geográfico resultante da existência do grande curso d'água navegável que une partes longínquas do país, em pleno *hinterland* brasileiro. O Vice-reinado do Prata, livre do jugo espanhol pelo gênio Simão Bolívar, contava também com a unidade de língua, de costumes e de crenças, fatores que eram comuns aos originários da Lusitânia. Faltava, porém, aos hispano-americanos o elemento de união geográfica construído pelo São Francisco, e por esta razão se esfacelaram (ROCHA, 1946, p. 17).

Com um comprimento aproximado de 2.700 km, passando por cinco estados brasileiros, o rio São Francisco recolhe as águas de 36 afluentes principais, sendo 19 perenes, o que corresponde a uma área de 640.000 km², e delimita uma das mais importantes bacias hidrográficas do Brasil. Nesse recorte habitam cerca de 15,5 milhões de

pessoas, distribuídas em 503 municípios¹³. As barragens de Três Marias, Sobradinho, Paulo Afonso, Xingó, Apolônio Sales e Itaparica se distribuem ao longo do rio e, muitas vezes servem como marcas referenciais de regionalização.

Essa magnitude demográfica e territorial encerra também uma ampla diversidade geográfica que envolve: desde a força econômica da zona metalúrgica mineira, as duras condições sociais do sertão baiano, as terras altas da Mantiqueira, o Semi-Árido nordestino; o litoral de Sergipe e Alagoas e a Chapada Diamantina. Essa mesma região ainda guarda uma rica diversidade cultural e uma importância social estratégica para o país (MATOS, maio/2007, p. 3).

Dada a grandiosidade dos números apresentados pela bacia do rio São Francisco, principalmente quanto à sua dimensão territorial, este trabalho concentrará esforços para analisar prioritariamente o material de campo coletado e que faça referência à área entre as cidades de Pirapora (MG) e Remanso (BA), que correspondem à dita Região do Gado, conforme ilustrado na Figura 01, onde se observa que a Região do Gado compreende a área da bacia identificada pelas regionalizações oficiais como Médio São Francisco. Nesse ponto, o rio recebe as águas dos rios Verde Grande, Paracatu e Carinhanha. As cidades-pólo que exercem influência nessa área são as cidades de Pirapora, Montes Claros e Januária, em Minas Gerais; e Bom Jesus da Lapa, Barreiras, Barra, Xique-Xique e Remanso, na Bahia. É nessa área que estão as marcas mais profundas da influência da pecuária e dos laços comerciais apoiados no transporte ribeirinho, indispensáveis à criação, engorda e escoamento do gado. Até por isso, essa área é também denominada "Região dos Currais".

De maneira geral, utilizando como referência a classificação estabelecida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais¹⁴, as quatro regiões destacadas no Mapa 01 podem ser apresentadas resumidamente da seguinte forma:

- Alto São Francisco: estende-se da nascente, na Serra da Canastra até a cidade de Pirapora, abrangendo as sub-bacias dos rios das Velhas, Pará, Indaiá, Abaeté e Jequitaiá e a represa de Três Marias. O divisor ao sul está na Serra da Canastra; a leste, na Serra do Espinhaço e a oeste, na Serra Geral de Goiás. Essa região está inteiramente contida dentro do Estado de Minas Gerais. A topografia é ligeiramente movimentada, com serras, terrenos sinuosos e altitudes variando entre 600 e 1.600

¹³ Cf. SANTOS, Márcio. **Rio São Francisco: Patrimônio Cultural e Natural**. Assembleia Legislativa de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2003.

¹⁴ *Idem*.

m. A vegetação é predominantemente de cerrados, com índices altos de pluviometria e temperatura amena. É classificada como uma região de clima tropical úmido e, em algumas áreas, de clima temperado. As principais cidades estão na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), onde a economia é mais dinâmica, diversificada e densa;

- Médio São Francisco: compreende o trecho entre Pirapora (MG) e a cidade baiana de Remanso, incluindo as sub-bacias dos afluentes: Paracatu, Urucuaia, Carinhanha, Corrente, Verde Grande, Parnamirim, Pilão Arcado e Jacaré. O divisor a leste é a Chapada Diamantina e a oeste a divisão se faz pela Serra Geral de Goiás e a Serra da Tabatinga. A região está incluída nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Goiás e no Distrito Federal. É o trecho de maior extensão, com cerca de 1.152 km. É caracterizada pelas planícies da depressão são-franciscana, com altitudes que variam entre 500 e 2.000 m. A vegetação é predominantemente a de cerrado, sendo que em algumas áreas identificam-se ainda a caatinga e pequenas matas serranas. A margem esquerda da bacia é a região mais úmida, com rios permanentes e vegetação perenifólia; na margem direita a precipitação é menor, com rios intermitentes e vegetação típica de caatinga. A temperatura média anual é de 24°C. As condições físicas permitem caracterizar a região como de clima tropical semiárido. As principais cidades são: Montes Claros e Januária em Minas Gerais; Formosa, em Goiás; Barreiras, Guanambi, Irece e Bom Jesus da Lapa, na Bahia; e Brasília, no Distrito Federal;
- Sub-médio São Francisco – Estende-se de Remanso até a cidade baiana de Paulo Afonso, incluindo as sub-bacias dos rios Pajeú, Tourão, Vargem e Moxotó. É limitada ao norte pela Chapada do Araripe e pela Serra dos Cariris e ao sul pelo Raso da Catarina, abrangendo as áreas dos Estados da Bahia e Pernambuco. A topografia é ondulada, com vales muito abertos e altitudes entre 200 e 800 m. A caatinga predomina em praticamente toda a região, que tem baixa pluviosidade e temperatura média anual de 27°C, permitindo caracterizá-la tipicamente como semiárida. As principais cidades são Juazeiro e Paulo Afonso na Bahia; Petrolina, Ouricuri e Serra Talhada, em Pernambuco. No sub-médio São Francisco estão as represas de Sobradinho, Paulo Afonso e Itaparica;

- Baixo São Francisco – Estende-se de Paulo Afonso até a foz, englobando as sub-bacias dos rios Ipanema e Capivara. Situa-se em áreas dos Estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. São característicos os trechos de serras, o *Canyon*, os tabuleiros e a planície costeira. As altitudes variam entre o nível do mar e 200 m, embora, na periferia, algumas áreas atinjam 500 m. A vegetação é de dois tipos: caatinga no trecho mais alto e mata na região costeira. A temperatura média anual é de 25°C e o clima da região é de tipo tropical semiúmido. As suas principais cidades são Jeremoabo, na Bahia; Pesqueira e Bom Conselho, em Pernambuco; Propriá e Nossa Senhora da Glória, em Sergipe; Arapiraca e Penedo, em Alagoas. No baixo São Francisco está a represa de Xingó.

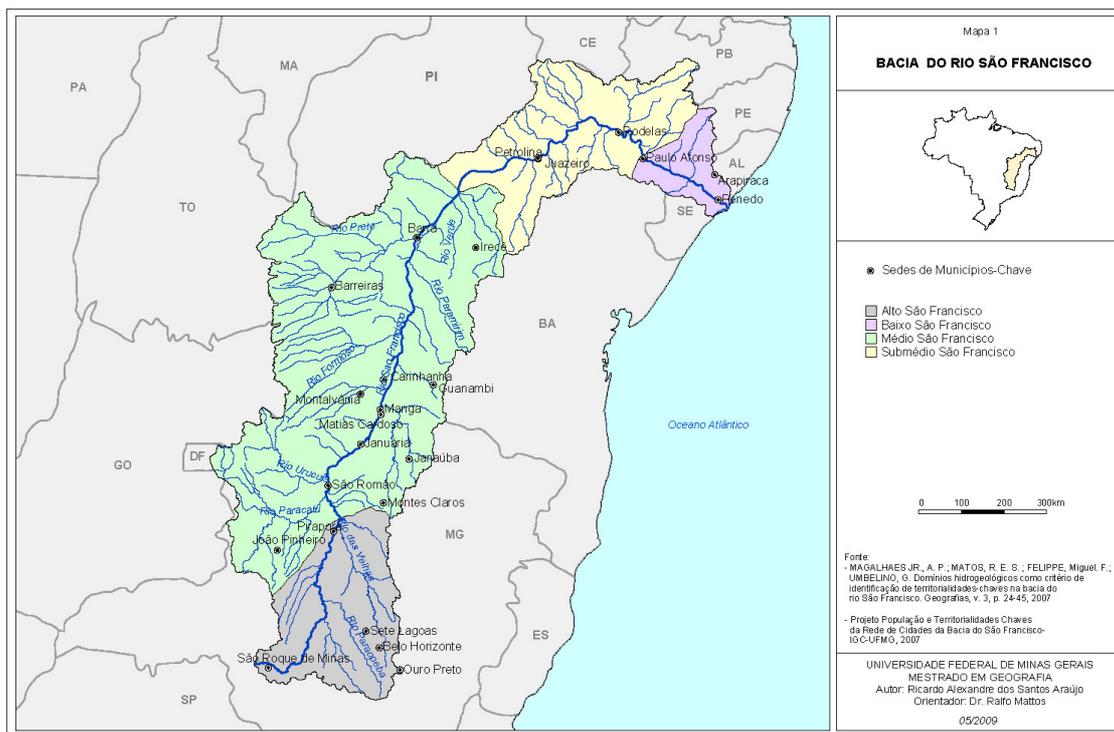


FIGURA 01 – BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

As divisões apresentadas anteriormente pretendem fornecer referências didáticas para estudos focados na bacia de São Francisco estabelecendo, a partir de características naturais minimamente homogêneas, recortes possíveis para avaliação e análise.

Ao considerar-se a sub-região do Médio São Francisco, que corresponde à Região do Gado, verifica-se certas similaridades nas características naturais, a despeito das várias sobreposições socioespaciais e econômicas dentro desta área, o que permitiu destacá-la em relação às demais e torná-la foco desta pesquisa. A ideia de Região do Gado não faz referência apenas a elementos físicos de delimitação, mas somados a esses critérios, elementos socioeconômicos e geostóricos foram utilizados.

Sabendo-se que a história do rio remonta a tempos geológicos, optou-se por ater-se à história recente da bacia, fazendo referência ao período das primeiras explorações portuguesas, mas concentrando-se nas transformações ocorridas ao longo dos séculos XVIII a XX, e que exerceram influência na subsequente organização socioespacial.

De forma a auxiliar o entendimento histórico temporal, apresenta-se uma periodização didática em três grandes etapas, que facilita a inserção dos eventos apresentados na pesquisa dentro de uma conjuntura mais geral. Essa periodização pode ser resumida como se segue:

- 1) **O rio como vetor de ocupação do espaço (1530 a 1709):** nesse período, a conquista do território brasileiro sempre manteve uma íntima relação com as condições naturais. Utilizando o rio São Francisco como vetor de interiorização para o território, os pecuaristas foram gradativamente subindo o rio em direção à nascente e instalando pelo caminho as raízes para a fixação da população e para o surgimento das primeiras cidades. A hipótese defendida reforça esse processo como indispensável para a formação da cultura e das bases sociais da população em toda a bacia do São Francisco;

- 2) **O rio como elemento chave da dinâmica econômica regional (1709 a 1822):** com o contínuo processo de fixação da população à terra pela criação de gado, as primeiras cidades foram se estabelecendo. Assim, o rio São Francisco, além de via para a interiorização, passou a se integrar à dinâmica local como condutor do comércio e como fonte de subsistência por meio da pesca e da agricultura de vazante. A descoberta do ouro na região de Sabará, Ouro Preto e Mariana fez aumentar os fluxos migratórios vindos de toda parte da Colônia. Assim, as vilas e cidades da bacia do São Francisco, passaram a incorporar-se à essa dinâmica como principais provedoras de recursos para as vilas mineiras. O comércio, ao utilizar o rio, prosperava, e as cidades ribeirinhas começaram a despontar como importantes entrepostos de abastecimento, fortalecendo redes comerciais que ligavam o Alto São Francisco ao litoral baiano. O caminho até o litoral pelo traçado do São Francisco ficou conhecido como “Caminho da Bahia” e, durante todo o ciclo do ouro, a sua utilização rivalizava com a Estrada Real¹⁵ por ser uma rota alternativa ao transporte de ouro e mercadorias, normalmente burlando a tributação;

- 3) **O rio frente ao avanço da modernização (de 1822 em diante):** a queda da mineração do ouro nas minas contribuiu para a falência do sistema de comércio, utilizando o São Francisco. Os núcleos urbanos que se beneficiaram das redes comerciais para o nordeste perdem importância econômica. O deslocamento da sede administrativa da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro acelera o

¹⁵ Estrada Real foi o termo que designou o caminho por terra que ligava as cidades de Ouro Preto e Diamantina aos portos das cidades do Rio de Janeiro e Paraty. Devido ao crescente volume de riqueza explorado na região das Gerais, a Coroa Portuguesa procurou garantir o seu controle e fiscalização de maneira rigorosa, instalando postos de inspeção (*Registros*) para arrecadar os diversos tributos sobre minerais. Assim, toda a produção de ouro em Minas deveria escoar pela Estrada Real facilitando assim o recolhimento de impostos.

sucateamento dos caminhos que utilizavam o São Francisco, levando a região à estagnação por décadas. A introdução do transporte a vapor significou um revigoramento temporário da economia regional, mas logo sofreu a concorrência de outros modais de transporte, tais como as ferrovias e rodovias. Foram várias as tentativas do Estado brasileiro de revigorar a região, por meio de entidades de fomento, que conduziram inúmeros projetos de irrigação, criação de gado, desenvolvimento do potencial hidrelétrico, entre outros, mas que produziram apenas resultados pontuais, aumentando o abismo socioeconômico na região. Desde os governos militares são retomadas ações que buscavam tornar o rio São Francisco elemento estratégico para melhor integração nacional não só por interligar o sudeste — região mais rica e dinâmica do país — ao nordeste — região que apresenta os piores índices de desenvolvimento —, mas também como fator de estímulo ao desenvolvimento da região Nordeste por meio de obras de infraestrutura, hidroeletricidade, agricultura irrigada e pecuária. A possibilidade de utilização estratégica do São Francisco como vetor para a diminuição das desigualdades regionais é pauta constante do planejamento estatal, mas que recentemente se confronta com preocupações referentes à prioridade na sua revitalização.

Pelo fato de esta pesquisa estar inserida no projeto “População e Territorialidades Chaves da Rede de Cidades da Bacia do São Francisco”¹⁶, a metodologia utilizada para obtenção dos dados de campo foi coerente com as empregadas pelo projeto maior. Em linhas gerais, o projeto “Territorialidades Chaves” dividiu-se em três subgrupos que privilegiaram determinado aspecto de interesse. O primeiro deles concentrou-se nas questões físico-territoriais; o segundo, nos aspectos socioeconômicos; e o terceiro, nos aspectos geohistóricos, o que, não coincidentemente, tem maior aderência às questões discutidas neste texto. O acesso à documentação e aos dados de campo organizados pelos três subgrupos do projeto maior serviram de referência e comparação para as questões tratadas na dissertação. Mesmo considerando que o tamanho relativo aos depoimentos e documentos representa uma acanhada parcela das inúmeras possibilidades de análise dentro da área-tema, a participação no projeto abrandou essa dificuldade, permitindo o contato com fontes que já passaram por um processo inicial de tratamento e filtragem.

¹⁶ O projeto “População e Territorialidades Chaves da Rede de Cidades da Bacia do São Francisco” aqui é denominado apenas “Territorialidades Chaves” para facilitar a leitura e composição do texto.

Especificamente sobre o enfoque das questões geoistóricas, justifica-se a preferência por utilizar entrevistas de profundidade¹⁷ como instrumentos para a obtenção de dados primários, apoiando-se na ideia de alcançar informações do que se denomina Geografia Oral e que, juntamente com a História Oral obtida junto aos entrevistados, forneceram elementos-chave para a análise socioespacial que se desejava fazer. Esse tipo de fonte, firmado na oralidade, além das peculiaridades para a sua obtenção, requer tratamento diferenciado ao ser analisado em laboratório. Assim, inobstante a riqueza e a enorme quantidade de material recolhido e produzido pelo projeto “Territorialidades Chaves” como um todo, foi necessário limitar as análises aos materiais que se referiam à Região do Gado. Procurou-se reforçar a análise qualitativa do material obtido em campo e privilegiar as entrevistas de profundidade como elemento singular deste texto.

De modo geral, as entrevistas analisadas no contexto desta pesquisa foram resultado do diálogo estabelecido com o entrevistado, tratando-o com cuidado, mas explorando sua espontaneidade em questões que envolvessem sua relação com o rio São Francisco; a própria inserção na comunidade; os aspectos ligados à relação com o espaço físico; o trabalho; a cultura e o saber. Perguntas abertas como "O que o rio São Francisco representa para você?"; "Qual a sua relação cotidiana com o São Francisco?"; "Quais elementos do passado você consegue identificar, que lembram sua relação com o São Francisco?" conduziram a uma linha de raciocínio adequada para reconhecer, no depoimento do entrevistado, aspectos socioeconômicos e geoistóricos que, posteriormente, foram validados a partir de outras fontes e da análise comparativa das entrevistas. Privilegiou-se entrevistar as pessoas mais experientes e antigos residentes na região, procurando sempre contrapor as impressões referentes ao passado às constatações atuais.

O perfil dos entrevistados e as localidades onde foram realizadas as entrevistas se concentraram nos municípios-pólos, geralmente mais capazes de expressar a diversidade encontrada em sua área de influência. Mesmo nas Cidades-Chaves¹⁸, que à primeira vista representam um perfil mais urbano dos entrevistados, a opção por realizar entrevistas também nas periferias, permitiu contemplar os retirantes do campo que

¹⁷ As entrevistas obtidas nos trabalhos de campo estão disponíveis para consulta no acervo do Laboratório de Estudos Territoriais – LESTE, no IGC/UFMG. Trata-se de cerca de 120 entrevistas que são citadas bibliograficamente neste trabalho como “Acervo do Leste”.

¹⁸ Foram consideradas “Cidades-Chaves” nesta pesquisa, onde foram realizadas as entrevistas e coletados os materiais utilizados na análise da “Região do Gado”, as seguintes cidades: Montes Claros, São Francisco, São Romão, Pirapora, Paracatu, Janaúria, Janaúba, João Pinheiro, Unai, Patos de Minas, Montalvânia e Manga, em Minas Gerais; Barreiras, Irecê; Juazeiro, Rodelas, Carinhanha, Paulo Afonso e Jacobina, na Bahia; Petrolina, em Pernambuco e Penedo, em Alagoas.

tentavam construir nova vida na cidade, mas que conservavam suas raízes no meio rural.

Um segundo perfil de entrevistado foi composto pelas “autoridades locais”, que, em geral, representou a opinião “oficial” do município e, de certa forma, contribuiu para evidenciar as relações de poder que se desenrolavam na região. Para isso, foram realizadas audiências específicas com indivíduos detentores de cargos institucionais.

A partir das entrevistas e do material recolhido nas cidades-chaves da Região do Gado do São Francisco, foi possível traçar linhas gerais para a condução da pesquisa de laboratório, na perspectiva de que as informações obtidas em campo seriam provocações iniciais para aguçar a elaboração das análises sobre os aspectos socioespaciais da área pesquisada. Várias das reflexões e conclusões aqui apresentadas foram resultados do cruzamento das informações preliminares com bibliografia disponível e tratamento das inferências.

3.2 O Espaço Físico e as Características Naturais do Vale do São Francisco

A metodologia geoistórica que conduz esta pesquisa, ao contrário da perspectiva de uma ciência tradicional, não considera essencial hierarquizar o tipo de conhecimento produzido, seja ele de viés mais físico ou mais cultural. Ao contrário, independentemente da sua origem e do objeto que o inspirou, a sua utilização e o seu potencial transformador é que assumem destaque com esta abordagem.

Além disso, consonante com o que sugere Novaes (1994), a forma de tratamento dos acontecimentos históricos iluminados por este trabalho, não tem a pretensão de se tornar, como se esperaria, mais uma parcela da soma de constatações que compõem a história oficial. Diferentemente disso, preocupou-se em produzir conhecimentos que contribuam para esclarecer o cotidiano e a formação da região do São Francisco.

A história pode produzir acontecimentos ou ainda impedir que eles sejam produzidos; pensada assim, o que a história produz são certezas absolutas construídas fora do tempo que jamais dão respostas às questões do tempo; acontecimentos produzidos em oposição à atividade prática, que abolem a possibilidade da gênese do sentido ou de um vir-a-ser inteligível das idéias. No máximo, ela é a soma de acontecimentos, postos uns em seguida aos outros, sem sedimentação, aos quais geralmente somos submetidos sem que tenhamos deles nenhuma perspectiva (NOVAES, 1994, p. 11).

Como principal eixo para o estabelecimento de limites, foi adotada a definição geográfica de bacia hidrográfica para, inclusive, justificar a denominação coloquial de Vale do São Francisco (Figura 01). Essa opção esclarece duas preocupações que acompanharam esta pesquisa desde a sua origem: apresentar como objeto de estudo uma porção mensurável do espaço possível de ser compreendida e identificada pelo leitor e outra, tácita, com a valorização do elemento água, que se mostra como um vetor fundamental da história e formação socioespacial do São Francisco.

A preocupação da pesquisa não é o detalhamento técnico das condições físicas da região, e sim, apresentar tais características como fator indispensável para visualizar e compreender as transformações socioespaciais aqui discutidas. As considerações físicas e os mapas produzidos expõem toda a área da bacia do São Francisco, de forma a possibilitar uma visão de escala mais ampla.

Mesmo considerando que os aspectos naturais são variáveis indispensáveis à compreensão da intrincada rede de relações socioespaciais existentes dentro Vale do São

Francisco, foi prudente limitar a análise desses fatores a três grandes variáveis: o relevo, o clima e a vegetação.

O Vale do São Francisco é uma área heterogênea. Seja baseada em critérios de distribuição espacial dos recursos naturais, seja utilizando a comparação entre elementos históricos, seja empregando critérios econômicos ou de distribuição populacional, o Vale do São Francisco, desde que interessou aos registros humanos, apresenta diversidade significativa.

Se por um lado, uma específica compartimentação morfológica macrorregional delimita a unidade da Bacia do São Francisco no cenário físicoterritorial brasileiro, por outro, as condições fisiográficas em seu interior, somadas às atividades humanas aí estabelecidas, são, por assim dizer, as mais diversas, ainda que, em alguns casos, extensões “infindáveis” de suas paisagens possam induzir ao reconhecimento de uma suposta homogeneidade, sobretudo, a cerca das condições de vida das populações ali inseridas, e dos recursos naturais à sua disposição, a exemplo do que acontece na porção da Bacia do São Francisco que está inserida no território da Região Nordeste do Brasil (MATOS, 2007, p. 2).

Tomando como referência inicialmente os aspectos naturais, existe dentro da bacia do São Francisco uma enorme diversidade. Entretanto, será considerado, para efeito didático, que existem áreas de relativa homogeneidade, seja física ou socioeconômica, que serão indispensáveis ao entendimento e validação dos argumentos aqui apresentados. Ao analisar-se a influência dos aspectos físicos na identificação das sub-regiões do São Francisco, não é difícil perceber que a relação com a água tem papel fundamental.

O São Francisco, como um oásis no deserto, através dos sertões da Bahia ao Ceará, de Pernambuco ao Piauí é, na verdade, a terra da promessa e o refúgio daqueles povos assolados pela seca prolongada e periódica (SAMPAIO, 2002, p. 66).

A percepção de Sampaio reflete o sentimento da população em relação à bacia e, principalmente, em relação ao rio São Francisco. As condições naturais são, certamente, elementos fundamentais para se entender o processo de ocupação e o desenvolvimento socioespacial contido na região, mas não é o único fator que determina esse complexo sistema. Zarur (1947), ao tratar das causas das imensas desigualdades sociais que permanecem na região, apresenta outros aspectos preliminares, em conjunto com as características físicas.

A aparente esterilidade do solo e a semi-aridez de parte da região não são as únicas causas desta situação. Estes elementos não invalidam o uso das zonas

mais férteis da região. Entre as muitas outras causas incluem-se a falta de capital, de transportes e de mercados, as doenças endêmicas e os preços baixos da produção local (ZARUR, 1947, p. 54).

Nos três mapas seguintes, serão mostradas as características gerais do clima, do relevo e da vegetação que, juntamente com a divisão da bacia hidrográfica apresentada na Figura 01, farão a delimitação física da região estudada. Essas características básicas servirão de referência para compreender a relação do espaço físico com as principais transformações socioespaciais que se operaram na bacia no período de sua ocupação.

Do ponto de vista mais técnico é possível reconhecer a indissociabilidade entre águas superficiais e águas subterrâneas, que formam um mesmo sistema de aquíferos e interferem diretamente em outros elementos do quadro físico. No entanto, para fins de análise, esta pesquisa irá limitar-se apenas ao sistema aparente de águas, uma vez que a maior parte da população ribeirinha desconhece a associação entre essas duas variáveis.

Um fato impressionante referente à Bacia Média do São Francisco é que, apesar de possuir um bom sistema de irrigação, com vários lagos perenes margeando o rio principal, sofre secas periódicas. A estação seca anual e a variabilidade de precipitação de uma época para outra, aumenta grandemente a dificuldade de obter suprimento de água. Além dos afluentes maiores, que apresentam quase os mesmos problemas do rio São Francisco, muitos cursos menores, sobretudo na região ocidental da Bacia, de Barra para cima, desempenham importante papel na economia da região (ZARUR, 1947, p. 37).

Observando a Figura 02, que trata dos compartimentos de relevo da bacia, verifica-se que a totalidade da área apresentada é salpicada de planaltos e chapadas, que moldam o caminho do rio São Francisco e de seus afluentes. Ao longo de sua descida para o mar o rio principal atravessa uma área de planalto que acompanha o seu leito principal, variando de espessura até a foz, o que acontece em menor escala com alguns de seus principais afluentes. Essa característica do relevo é fundamental para entender uma das principais dificuldades das populações ribeirinhas. A planície que margeia o rio na época das chuvas torna-se um grande alagadiço, fazendo com que a distribuição das plantações, principalmente para as famílias que a usam para sobrevivência, seja sempre ameaçada pelo volume de águas do rio.

As margens do Médio São Francisco são caracterizadas geralmente por barrancos de altura relativamente pequena sendo cobertas pelas enchentes. As terras marginais, assim baixas, prolongam-se por grandes extensões, constituindo vasto leito maior cuja largura alcança, em certos pontos, mais de uma dezena de quilômetros (PORTUGAL, 1952, p. 10).

Em uma análise da Figura 03, verifica-se que, na escala apresentada, à exceção do Alto São Francisco, as demais regiões da bacia tendem a apresentar clima semiárido, com escassez de chuva em vários meses do ano. Na Região do Gado, a distribuição do clima acompanha a resto da bacia, sendo que na área próxima a Minas Gerais, o clima é semiúmido, com distribuição de chuvas menos acentuada durante o ano, mas, ainda assim, com predominância de clima mais seco.

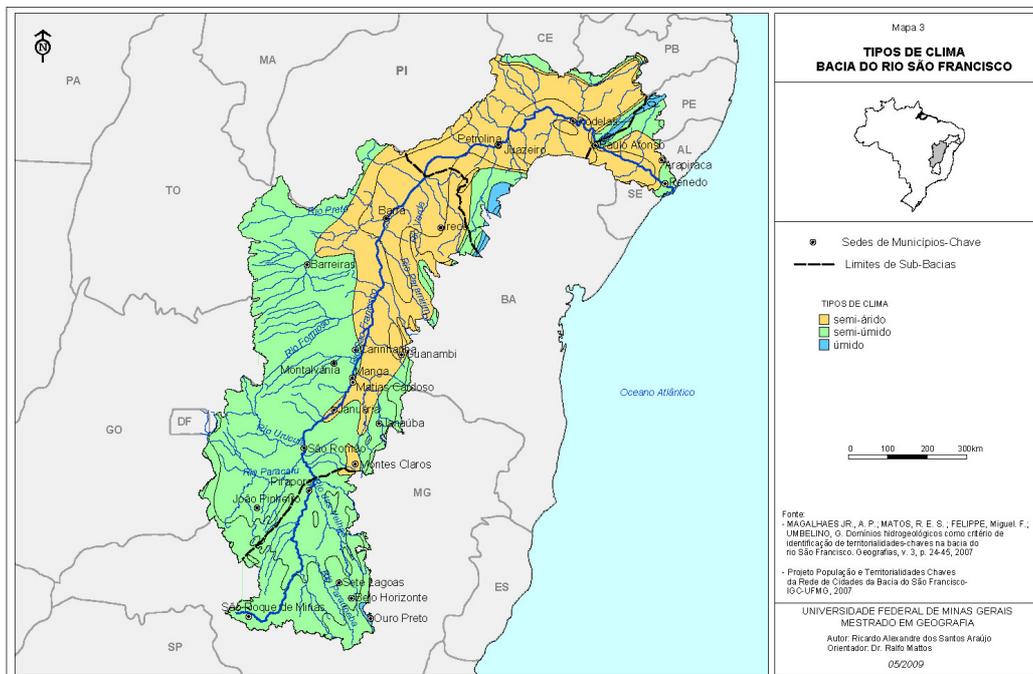


FIGURA 03 – TIPOS DE CLIMA DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

As principais características de muitos dos climas da Bacia Média do São Francisco são: a pequena precipitação anual, curta estação chuvosa, longas estações de seca e grande irregularidade na ocorrência das chuvas e na sua intensidade. Em algumas estações as chuvas acarretam inundações desastrosas; em outras, uma precipitação baixa provoca secas alarmantes (ZARUR, 1947, p. 33).

É parte do senso comum acreditar que boa parte das desigualdades socioeconômicas encontradas dentro da bacia podem ser creditadas ao clima da região, que se apresenta com

configurações mais rudes e, muitas vezes, dificulta o estabelecimento de formas convencionais para o desenvolvimento de atividades produtivas, tais como a agricultura e a criação de gado. Entretanto, concorda-se com Matos (2007), quando minimiza os efeitos do clima sobre a condição social da população da região e aponta outros elementos que contribuíram para sustentar o problema da distribuição de renda na região.

Para além da questão climática, destaque-se que o baixo desenvolvimento econômico e social de sua população é resultante de décadas marcadas pelos ditames de uma elite concentradora de poderes político e econômico, que, para garantir o *status quo*, faz promover, a partir de ações assistencialistas locais e de intervenções junto a projetos governamentais padronizados, a reprodução de fatores que potencializam situações de pobreza e dependência (MATOS, 2007, p. 2).

Zarur (1947) faz coro com Matos e cita uma série de outros entraves que influenciaram na diminuição da competitividade da região do São Francisco e, conseqüentemente, favoreceram a migração de pessoas que vão em busca de melhores condições em outras partes do país.

Na maior parte, a população do vale médio São Francisco deseja condições econômicas melhores e mais estáveis. Excetuando os mais abastados, o povo tem um nível que impede o uso total dos recursos humanos e naturais. O transporte inadequado, o sistema desfavorável de impostos, a especulação comercial, e a falta de capital e crédito, dão em resultado a baixa cotação dos produtos locais. Estas condições impedem também boas oportunidades para os trabalhadores. Os baixos salários são a causa principal da grande falta de braços em todo o vale (ZARUR, 1947, p. 21).

As duas características naturais analisadas anteriormente, relevo e clima, são claramente demonstradas na Figura 04, que apresenta a distribuição das formas vegetacionais da bacia do São Francisco.

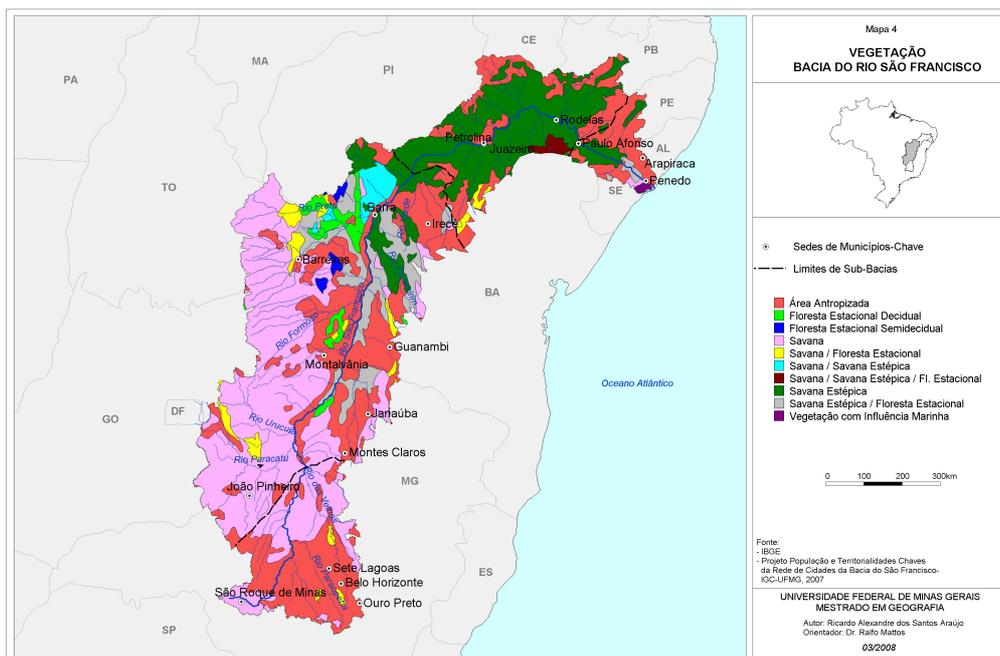


FIGURA 04 – VEGETAÇÃO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

É importante ressaltar que mesmo havendo uma variedade de grupos de vegetação distribuída em toda região, chama-se a atenção para as áreas antropizadas, seja pela urbanização, que é mais recorrente nas sedes dos municípios; seja pela extração do cerrado para a indústria do carvão; seja pela pecuária extensiva, que tem como característica a utilização de grandes áreas de pastagem.

A diversidade vegetal encontrada na região do São Francisco possibilitou, principalmente nos primeiros anos de ocupação, uma intensa atividade extrativista, que apesar de muito comum, nunca foi explorada de forma industrial e, por isso, apresenta-se apenas como atividade suplementar.

As atividades econômicas no vale médio do São Francisco consistem principalmente na pecuária e na lavoura. A indústria extrativa vegetal, apesar de intensa, é apenas suplementar. A transformação industrial dos produtos rurais constitui uma pequena parte da economia regional e têm muitos dos característicos de uma atividade rural (ZARUR, 1947, p. 47).

Apenas a extração da madeira nativa ainda hoje se conserva como uma atividade lucrativa, mas bem estratificada. O comércio de madeira de lei e a produção do carvão são opções de produção que evidenciam a relação pouco sustentável das atividades econômicas que se desenvolvem dentro da região. Na época dos vapores que trafegavam no São Francisco, a madeira

do cerrado foi amplamente utilizada e, atualmente, algumas das consequências dessa ação verificam-se com o assoreamento do leito e a destruição das nascentes.

Apesar da imensa dificuldade econômica em que se encontra a maior parte da população ribeirinha, é comum encontrar depoimentos que enaltecem o ecossistema da bacia, como sendo alternativa à sobrevivência desses indivíduos. Sampaio (2002), por exemplo, exalta a riqueza do rio e a sua utilização como elemento de sobrevivência.

O homem pobre nunca é suficientemente pobre que precise viver do salário. O mundo aqui é largo demais para que se faça sentir a pressão das necessidades. A natureza pródiga não deixa haver verdadeira pobreza, o rio é um enorme viveiro no qual nunca escasseia o peixe e as catingas e matas marginais são um imenso e inesgotável tesouro (SAMPAIO, 2002, p. 32).

Todavia, mesmo que o rio consiga suprir as necessidades básicas de uma população pequena e rarefeita, entende-se que a existência do indivíduo ultrapassa a simples sobrevivência, e demanda uma inserção mais digna nas relações com a sociedade e com o meio. Por essa razão, acredita-se que tais afirmações ufanistas tentam apenas esconder a condição social de miséria e adversidade, nas quais vivem e viveram essas populações.

3.3 Reflexões Sobre a Ocupação do Vale do São Francisco

A ocupação da área da bacia do São Francisco deu-se de forma diferenciada ao longo do tempo. Apesar do conhecimento da foz do rio logo nos primeiros anos da descoberta do Brasil, apenas nos séculos XVII e XVIII, com a mineração em Minas Gerais, é que as áreas a montante receberam uma ocupação mais efetiva. A historiografia tradicional, ao tratar do pioneirismo na ocupação do território mineiro, sempre atribuiu tal feito aos bandeirantes paulistas, que ao final do século XVII, descobriram o ouro em Minas Gerais e estabeleceram ali os primeiros povoamentos. Tal interpretação permaneceu inquestionável até recentemente, quando revisões históricas esboçaram novas teorias sobre esse tema. Sugere-se que a conquista do interior mineiro se deu, em grande medida, por intermédio do rio São Francisco, mediante a migração de habitantes de Pernambuco e da Bahia, para as áreas mais ao sul, acompanhados de suas boiadas.

Essa teoria defende que os primeiros povoamentos surgidos ao longo do São Francisco, em função da pecuária, permitiram não só a conquista de grandes áreas do sertão, como contribuíram para o abastecimento dos engenhos de açúcar do litoral nordestino, logo nos primeiros anos de colonização e, posteriormente, sustentaram a região mineradora, fornecendo itens de primeira necessidade.

Na fase açucareira da Colônia, quando o Brasil detinha o cetro do fornecimento de açúcar ao mundo civilizado, era o gado originário do vale do grande rio que abastecia de carne a população lavradora do litoral, acionava as engenhocas ou transportava cana nos pesados carros coloniais para as proximidades das moendas. Por ocasião da descoberta do ouro e do desenvolvimento da mineração no século XVIII já o Vale do São Francisco se achava repleto de gado, com várias vilas florescentes (ROCHA, 1946, p. 15).

O fator principal que sugere a ocupação do sertão mineiro, principalmente no Alto São Francisco, é a descoberta do ouro na região da lendária Sabarabussu. Entretanto, são vários os indícios que confirmam a presença consolidada de propriedades rurais especializadas na criação de gado ao longo do rio São Francisco, e o esboço de uma rede comercial já estabelecida entre esta área e o litoral. Uma delas, como analisa Santos (2001), é a existência de um caminho terrestre ligando a região do rio das Velhas — principal afluente da margem direita do São Francisco no interior de Minas Gerais — à região do Recôncavo Baiano, principalmente a cidade de Salvador, na Bahia, que funcionava como canal de condução para as boiadas utilizadas no consumo da população baiana. Esse caminho era conhecido como “Caminho da Bahia”, “Caminho dos Currais”, ou “Caminho do São Francisco”.

O que é certo é que, já na primeira fase da mineração, o caminho do rio das Velhas para o Recôncavo Baiano era uma realidade que servia para duas ordens fundamentais de objetivos: estabelecer a ligação mercantil entre a região das novas minas e a “cidade da Bahia”, como chama Antonil a Salvador, e prover de gado a mesma região, trazendo dos vales dos rios das Velhas e São Francisco as famosas boiadas para o consumo da sua população (SANTOS, 2001, p. 118).

Essa hipótese é compartilhada por vários autores¹⁹, defensores de que, inobstante o papel do conquistador paulista no desbravamento do sertão, os criadores de gado baianos e pernambucanos, estabeleceram-se às margens do São Francisco, próximos a área do ouro, antes mesmo das primeiras bandeiras de exploração alcançarem aquela região. Tais considerações sugerem que os caminhos terrestres, partindo do litoral e seguindo pelo São Francisco, permitiram fixar o homem à terra com o desenvolvimento de fazendas de gados e de pequenos povoados ao longo do grande rio. Esses pequenos arraiais, localizados à beira do rio, contribuíram para fomentar o comércio fluvial, indispensável à criação das primeiras redes de comércio ribeirinho.

As pastagens atraíram os primeiros colonizadores para o rio São Francisco. A criação de gado nos primeiros tempos da colonização foi a única atividade bem apropriada para o sertão, pois: 1) o gado poderia conduzir-se facilmente para os mercados litorâneos mais distantes, e 2) as pastagens naturais e as condições físicas gerais da região eram favoráveis. O capital necessário para começar um estabelecimento criatório era pequeno. A terra era adquirida por sesmarias ou pelo pagamento dum pequeno aforamento anual. Um tanto de cabeças de gado e um par de cavalos bastavam para iniciar um rebanho. O gado requeria pouco trato, pois era, e ainda é criado em campos abertos; as instalações que outras zonas do país requeriam ali tornavam-se desnecessárias. Quatro ou seis escravos, geralmente mestiços ou índios, bastavam para guardar um enorme rebanho. Manter um curral requeria poucos gastos. A maior parte do sal era trazida da costa, mas alguns solos do sertão possuíam uma quantidade apreciável de sal, que era usada diretamente pelos animais (ZARUR, 1947, p. 71).

O pioneirismo na ocupação de praticamente toda a área do Vale do São Francisco, pelos criadores de gado baianos e pernambucanos, acontece paulatinamente, a partir do litoral, logo nos primeiros anos da exploração efetiva do Brasil. Em meados de 1549, chega ao Brasil Tomé de Souza, primeiro Governador Geral da Colônia. Lançar as bases do Império Português nas terras de além-mar, era a sua principal missão, compartilhada com Gárcia d’Ávila, personagem conhecido e emblemático da história do São Francisco.

Na comitiva de Tomé de Souza vinha Garcia d’Ávila, o precursor de nossos bandeirantes. Circunscritas ao litoral na primeira metade do século XVI, só após a chegada de Tomé de

¹⁹ Essa teoria é compartilhada também pelos autores Magalhães (1935), Vianna (1935), Carvalho (1953) e Vasconcelos (1974).

Souza começaram as penetrações pelo sertão. O gado trazido pelas caravelas multiplicou-se com rapidez. Garcia d'Ávila penetrando o São Francisco em correrias contra os selvagens, lobrigou as vantagens de aproveitar os vargeados, vazantes e carnaubais para o desenvolvimento da pecuária no vale (ROCHA, 1946, p. 15).

Observando-se o contexto político externo, verifica-se que as ações quase espontâneas de interiorização do país não foram totalmente reguladas pela Coroa Portuguesa, que se encontrava em dificuldades para encontrar a própria estabilidade política. Mesmo com a vigência do Tratado de Tordesilhas²⁰, um apoio velado a essas empreitadas pelo sertão pôde ser percebido. A conjuntura política na Metrópole favorecia as expedições para o interior do Brasil uma vez que, de 1580 a 1640, Portugal esteve sob o domínio da Espanha, no período que ficou conhecido como União Ibérica²¹. O Tratado de Tordesilhas, que dividia as descobertas marítimas na América entre Portugal e Espanha, funcionava como barreira simbólica às penetrações para o interior, uma vez que transpor esse limite significava invadir os territórios espanhóis na América. Contudo, no período da União Ibérica, a fusão das duas monarquias possibilitava o deslocamento para o oeste das colônias portuguesas, sem que isso significasse um desarranjo diplomático.

Com a retomada da autonomia em relação ao reino espanhol, as terras exploradas pelos colonizadores portugueses no Brasil continuariam em poder dos Portugueses que, já vislumbrando essa possibilidade, se adiantaram na conquista do território, mediante incentivo às expedições rumo ao sertão. A conjuntura que envolveu a demarcação de terras das colônias ibéricas na América revela a habilidade dos diplomatas portugueses, ao se anteciparem às mudanças na demarcação de territórios (que deixariam de ser realizadas por linhas imaginárias convencionadas, para basear-se em marcas naturais, como rios, serras, divisores de águas e outras referências espaciais²²). Com a

²⁰ O Tratado de Tordesilhas, assinado na povoação castelhana de Tordesillas, foi firmado em 7 de junho de 1494, entre Portugal e Castela. Estabelecia a divisão das áreas de influência dos países ibéricos, cabendo a Portugal as terras "descobertas e por descobrir", situadas antes da linha imaginária que demarcava 370 léguas (1.770 km) a oeste das ilhas de Cabo Verde, e à Espanha, as terras que ficassem além dessa linha.

²¹ Com a morte do rei português Dom Sebastião, na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, Portugal se vê em uma crise dinástica sem precedentes, pois o rei não havia deixado herdeiros. O cardeal Dom Henrique, tio-avô do monarca, assumiu o trono como regente, mas em 1580, por ocasião de sua morte, chega ao fim a dinastia de Avis, estabelecida desde 1385. Filipe II, rei da Espanha, reivindica para si o controle das duas coroas e, a partir de um controle militar, estabelece até 1640 o período da União Ibérica, que chegou ao fim com a ascensão de Dom João IV, iniciando em Portugal a Dinastia de Bragança.

²² O Tratado de Tordesilhas não foi impeditivo para que espanhóis e portugueses trafegassem livremente entre as colônias na América. Todavia, depois do fim da União Ibérica e as constantes disputas territoriais entre os dois países, foi firmado o Tratado de Madrid. Assinado na capital espanhola por D. João V de Portugal e D. Fernando VI de Espanha, em 13 de janeiro de 1750, esse acordo vem para definir os limites entre as colônias americanas. O objetivo do tratado era substituir o de Tordesilhas, que já não era mais respeitado na prática. As negociações basearam-se em referências naturais, privilegiando a utilização de rios e divisores de águas, para a demarcação dos limites territoriais entre as duas cortes. Cf. BUENO, Beatriz P. Siqueira. "Definição de Fronteiras — Razão & Técnica na Selva"; *Revista História Viva*. Ano VI, nº 65, 2008.

exploração de ouro e diamantes nas serras de Minas, Portugal promove uma política de estímulo à ciência geográfica, incentivando a vinda de engenheiros, naturalistas e pesquisadores, a fim de realizar um efetivo mapeamento do território. As vantagens obtidas nas negociações com o reino de Castela, após o fim do Tratado de Tordesilhas, refletem a preocupação da Coroa Portuguesa em controlar os caminhos e formas de penetração na cobiçada Colônia.

Em terras brasileiras, o gado — que inicialmente era um complemento às atividades de produção de cana de açúcar no litoral brasileiro, sendo utilizado também para o consumo — aos poucos, começa a competir com os engenhos de açúcar, fazendo com que a antiga tendência de deslocamento para o interior, acompanhando o curso do rio, fosse incentivada a partir de uma resolução da Coroa Portuguesa, de 1701, que proíbe a pecuária a menos de dez léguas da costa atlântica, evitando, assim, que o gado interferisse na produção de açúcar e incentivando ainda mais a conquista do interior²³.

Já nas primeiras ações para a conquista das terras a montante do São Francisco, fica claro o caráter complexo dessa ocupação e da constante disputa por terras produtivas da região. Os efeitos da expansão recaíram de imediato sobre as tribos indígenas que povoavam essas áreas. As constantes investidas das frentes de expansão e de ocupação dos colonizadores forçaram o indígena a se deslocar cada vez mais para o interior, na tentativa de garantir sua sobrevivência e evitar o confronto. Esse processo não foi sem resistência, e são vários os registros de intensas batalhas entre o conquistador português e os índios, principalmente os Kariris, que habitavam o baixo e médio São Francisco. Tais combates foram se intensificando à medida que os colonos necessitavam de mais terra para a criação de gado.

Pode-se perceber que as entradas para o sertão, mais do que representar a necessidade de exploração de novas terras, eram verdadeiras expedições militares para o combate de grupos indígenas, visando a captura e escravização do nativo, ainda utilizado nas tarefas ligadas à produção de cana de açúcar no litoral. Além dessa atividade imediata, as entradas para o sertão contribuíram para a pesquisa de metais preciosos e para a condução do gado para o interior.

O povoamento começou do norte e espalhou-se rio acima para as melhores pastagens naturais, dando ao vale uma colonização esparsa. Além das grandes doações para pastagens as bandeiras e entradas, durante o século XVII, criaram muitos currais novos e, depois de 1690, os soldados que tinham combatido os índios estabeleceram muitos outros, com o auxílio do índio cativo (ZARUR, 1947, p. 72).

²³ Cf. SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil (1520-1820)**. São Paulo: Nacional, 1962, 4 ed., p. 150-152.

Na linguagem nativa dos índios, “*Opará*” era o nome que designava o São Francisco. Seu significado é Rio-Mar. Por não encontrar um termo equivalente na língua portuguesa, o “*Opará*” foi batizado como São Francisco, em homenagem ao santo comemorado no dia de sua descoberta, ditando, então, a tônica dessa ocupação, que seria executada segundo os interesses exclusivos dos conquistadores.

As relações estabelecidas com os indígenas após a ocupação de suas terras foram reconhecidamente conflitantes, embora tenha havido também relações de acomodação e aculturação. Por desenvolver práticas culturais e produtivas usando o mesmo espaço, coexistiram índios, portugueses e, posteriormente, os escravos africanos, apesar de suas matrizes culturais distintas. As práticas comuns ao cotidiano, que forçavam a convivência dessas culturas, por muito tempo desencadearam um processo de sobreposição, mistura de costumes e hierarquização de culturas, que se moldaram a partir de influências recíprocas.

O elemento humano na Bacia Média do São Francisco, apesar de sofrer em geral vários cruzamentos, apresenta um tipo especial, completamente diverso do que habita a região costeira e os platôs do sul. O habitante de ascendência cruzada do vale, tanto quanto o do nordeste e do interior, é chamado sertanejo. Ainda que puramente brancos, negros e índios somem um pequeno total a maior parte pertence ao tipo caboclo, que é principalmente, um produto dos troncos branco e índio, com traços de sangue negro (ZARUR, 1947, p. 8).

Esse olhar antropológico sobre a condição imposta aos indígenas e negros durante a ocupação é uma visão que só pode ser aplicada atualmente com as novas revisões historiográficas, que entendem o índio como personagem histórico dotado de interesses e necessidades, ao contrário da percepção da época, que o identificava quase como um animal de trabalho. O mesmo pode ser dito em relação aos negros, que até pouco tempo figuravam na historiografia tradicional, apenas como mão-de-obra para as ações dos brancos.

Desde as investidas de Garcia d’Ávila sobre o Vale do São Francisco, desafiando os obstáculos de uma terra desconhecida, dotada de ecossistemas bem diferentes, surgem os embriões das primeiras vilas e arraiais.

Penetrando pelo Vale do São Francisco, do norte para o sul, em direção oposta a corrente, ele escolheu pontos apropriados, construindo currais primitivos, deixando em cada um deles um casal de escravos, dez novilhas, um touro e um casa de equinos, lançando assim a semente da maior e mais notável das riquezas nacionais (ROCHA, 1946, p. 16).

É notório o fato de que a criação de gado e a agricultura de subsistência foram as principais formas produtivas exercidas pelos primeiros habitantes do São Francisco, ao lado das ações

extrativistas, da caça e, principalmente da pesca, atividades complementares extremamente difundidas nos primórdios da ocupação.

Apesar de serem o pastoreio e a agricultura as fontes mais lucrativas da região, houve desde logo uma ativa devastação da riqueza natural. As florestas foram derrubadas. Ceras e óleos de diferentes espécies de palmeiras eram extraídos de maneira rudimentar. Empregavam-se sistemas primitivos para pescar e os animais selvagens eram caçados intensamente para a utilização de suas peles (ZARUR, 1947, p. 6).

Em uma de suas viagens ao São Francisco, Saint-Hilaire²⁴ confirma a ocorrência constante desses métodos, cujas ações desordenadas sobre os recursos naturais formavam os embriões das condições ambientais hoje existentes em várias partes do vale.

Durante todo o dia, o único animal que encontrei foi um macaco. Como já disse, os habitantes do sertão são todos caçadores entusiastas, matando qualquer animal cuja pele possa ser objeto de comércio. Não passei por uma única propriedade que não contasse com numerosos cães de caça (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 108).

Com o início da ocupação das áreas mais ao interior, instituiu-se o sistema de sesmarias, como incentivo a fixação do homem à terra. Às margens do São Francisco, as grandes sesmarias de Antônio Guedes de Brito e dos Garcia d'Ávila, datadas do século XVII, subsidiaram esse processo de ocupação e de povoamento.

Estabelecido um governo regular na Bahia, com a criação da Província do Brazil, tendo como primeiro governador Thomé de Souza erigiram-se três casas que se dedicaram a conquista e a colonização: Niza, representada pelo Conde de Castanheira e D. Violante da Camara; Casa da Torre, com os Avilas inolvidáveis e Casa da Ponte, com o mestre de Campo Antonio Guedes de Britto. A casa Niza limitou sua acção ao litoral, pouco ou nada fazendo pela colonização (...) A Casa da Ponte teve papel mais relevante que a primeira, estendendo sua acção de Jacobina para o rio Verde e dahi para o São Francisco. (...) Sobrelevou a todas a Casa da Torre, a legendária Casa, cujos representantes se enaltecem nas campanhas da conquista dos sertões brasileiros, da colonização e da Independência (PIMENTEL, 1936, p. 11).

Entende-se que no Brasil Colônia a relação de poder está diretamente vinculada ao acesso à terra, e a sua concentração foi responsável pela centralização da renda e exclusão social. No Vale do São Francisco essa realidade possui origens profundas, que remontam os primeiros anos da ocupação, com a chegada de Tomé de Souza, quando grandes lotes de terra foram distribuídos entre as três principais Casas Senhoriais, que tinham como principal tarefa cuidar de sua colonização.

²⁴ Trecho extraído dos relatos da viagem realizada ao São Francisco no ano de 1816.

Essa estratégia de ocupação colonial incentivava a concentração de terras e estabelecia o embrião de futuros problemas fundiários no sertão do São Francisco.

... a história do rio é um contínuo pedir de sesmarias que se vão justapondo pelas duas margens, entram pelos vales dos tributários e depois de ocupá-los, refluem para a calha do S. Francisco prosseguindo na subida. Com o tempo novas sesmarias virão, por caminho diverso, ao encontro destas, descendo da chapada Diamantina pela rampa dos vales. A servidão da água para os rebanhos dará a este marcha e aspecto de um líquido paradoxal que se alastra rio acima, procurando as linhas de menor declive, acompanhando o baixo relevo dos vales, desenhando com o pontuado dos rebanhos a árvore hidrográfica da bacia (PROENÇA, 1944, p. 52).

Proença (1944), ao discutir a distribuição das sesmarias, apresenta algumas justificativas para tentar entender o processo de distribuição e concentração de terras característico da ocupação do São Francisco.

A ganância de ampliar desmedidamente as propriedades, criando latifundiários como Garcia d'Ávila, dono de terras de criação maiores que o território de Portugal, é mais que um traço psicológico, porque é uma necessidade. A criação de gado não enriquece facilmente, não tem comparação com os lucros que deixam os engenhos, é ridícula numa terra onde existem minas de ouro e pedras preciosas. Outros motivos determinam o sistema extensivo de criação: as terras nem sempre são boas para a agricultura, que exige solo humoso obtido pela destruição das matas, segundo sistema aprendido dos índios (PROENÇA, 1944, p. 68).

A descoberta do ouro em Minas foi efetivada a partir dos descaminhos dos bandeirantes paulistas, que saindo da Capitania de São Vicente, tinham como missão aprisionar índios e prospectar novas fontes de riquezas pelo interior. Anunciada a descoberta das minas de ouro na região de Sabará, os bandeirantes paulistas reivindicaram junto à Coroa a exclusividade na exploração das jazidas descobertas. A despeito das reivindicações paulistas, a Corte Portuguesa, tão logo foi informada da descoberta do ouro, reivindicou todo o controle da exploração do ouro, sendo este um dos principais causadores da "Guerra dos Emboabas".

A Guerra dos Emboabas, que se passa na região central de Minas²⁵, entre os anos de 1707 a 1709, configurou-se como um conflito armado entre os paulistas — originários da Capitania de São Vicente — e os Emboabas. Em linhas gerais, o termo "emboaba" fazia referência a qualquer indivíduo que não pertencesse ao grupo dos paulistas. Incluíam-se nesse grupo, os reinóis, pernambucanos, baianos, fluminenses e estrangeiros, pois a alcunha era utilizada para representar o *outro*. Conforme Romeiro (2001):

²⁵ Região do Ouro: Sabará, São João Del Rei, Ouro Preto e Mariana.

... segundo uma velha tradição, geralmente aceita pela historiografia, mas insuficientemente documentada, a palavra emboaba deriva de “Mbuãb”, palavra que os índios empregavam para se referir às aves que têm penas até os pés. Como os reinóis usavam calças ou polainas que lhes cobriam os peitos dos pés, ao contrário dos paulistas que andavam descalços, estes lançaram mão da palavra emboaba para associá-los, de forma pejorativa, ao pinto calçudo (ROMEIRO, 2001, p. 195).

É equivocado pensar que o grupo dos Emboabas mantivesse uma homogeneidade de interesses e valores que justificasse essa composição, fato é que o único elo que os unia era a oposição ao grupo paulista.

O conflito estendeu-se por quase dois anos e, sem os privilégios desejados e não dispendo de mais forças para se opor, os paulistas deixaram as áreas das novas jazidas e dirigiram-se para a região de Goiás. Com o fim da refrega, a região das minas abrigou uma variedade enorme de indivíduos, com culturas e valores diferentes, sendo que rapidamente as cidades ali constituídas se tornaram as mais populosas e com a economia mais diversificada da colônia.

Não se pretende apontar aqui o derradeiro desbravador das terras mineiras. Contudo, tratar desse assunto revela uma série de elementos úteis para o entendimento não só do processo de ocupação do Alto São Francisco, mas de todo o simbolismo que envolve essa questão.

O bandeirante paulista, na historiografia nacional, durante muito tempo representou a figura do herói. Um indivíduo, que apoiado apenas na coragem pessoal, desbravava o sertão a fim de levar a “civilização ao não civilizado”. Como símbolo nacional, a representação do herói bandeirante surge no momento em que o Brasil, já independente de Portugal, tenta elaborar uma história nacional. Carente de mitos “genuinamente” brasileiros, a historiografia oficial utiliza a figura do bandeirante como elemento simbólico para formatar os valores nacionais.

As revisões historiográficas recentes criticam essa figura estigmatizada do paulista do sertão, identificando seus hábitos e costumes, muito mais com os indígenas que eles perseguiram, do que com os senhores portugueses que eles representavam.

A verdade é que os homens do planalto (paulistas) teriam compreendido que para levar a cabo a empresa de enfrentar e dominar grupos indígenas, era preciso ser como eles — virar índio — aprender o mundo do ponto de vista dos indígenas. Precisavam entender o sertão para conseguir sobreviver nele. Portanto, era preciso aprender com sua presa. Na cosmologia indígena verifica-se a noção de que no embate com o outro é preciso usar as categorias de percepção do outro. (...) Contudo, os homens do planalto não saíram ilesos. O resultado, como uma espécie de jogo dialético, foi a elaboração de um modo de ser paulista estreitamente relacionado à sua proximidade com o indígena. A partir daí, a percepção desse grupo sobre a alteridade pelos emboabas, era sempre referida à sua mescla com o indígena. Mescla cujo sentido não se limitava a miscigenação biológica, mas pela assimilação de seu aparato cultural. A formação de uma identidade paulista não se deu por oposição ao indígena, mas sim pela assimilação de seu aparato cultural (NASCIMENTO, 2007, p. 34).

Essas constatações somam-se a uma nova interpretação que revaloriza o papel do criador de gado, do pequeno comerciante fluvial, enfim, do sertanejo do São Francisco na historiografia regional. Em conjunto com o bandeirante paulista e com o minerador, os pecuaristas do São Francisco, o sertanejo e os comerciantes ribeirinhos talvez sejam os personagens principais da consolidação do que entende-se como sociedade e cultura mineira.

Até esse momento, tratou-se de um recorte temporal, que se passa aproximadamente entre os anos de 1530 (quando se inicia oficialmente a ocupação da colônia brasileira pelos portugueses) a 1709 (quando chega ao fim a Guerra dos Emboabas, o que facilitaria o acesso às minas de ouro recém-descobertas em Minas). Tais considerações refletem sobre a paulatina ocupação do rio até próximo de suas nascentes já em terras do Alto São Francisco. A descoberta do ouro ao final do século XVII acelerou o processo de ocupação das áreas a montante, uma vez que esse acontecimento teve repercussão, em toda a Colônia, na Metrópole, bem como em boa parte do mundo. Observa-se que nas áreas de criação de gado os processos de ocupação e consolidação social ocorreram mais lentamente. Em contrapartida, nas áreas mais a montante do São Francisco, em função da descoberta do ouro e da chegada dos imigrantes, foi notável uma dinâmica social mais diversificada, com transformações que ocorreram de forma mais rápida. A própria urbanização, favorecida pela concentração populacional, proporcionou o surgimento de novas ocupações e ofícios, que algumas vezes, possibilitaram a alguns uma relativa flexibilização nos critérios para a mobilidade social.

Tais averiguações remetem aos princípios que nortearam a ideia das temporalidades múltiplas, apontadas por Fernand Braudel e apresentadas na primeira parte deste trabalho. As diferenças nas dinâmicas sociais e econômicas, dispostas comparativamente na região da pecuária e na região da mineração, vão ao encontro das constatações do autor, no que diz respeito às relações diversas com a temporalidade, que dependendo do aspecto e da escala analisada, apresentam comportamentos distintos diante das mudanças e permanências.

Chegaremos assim a uma decomposição da história em planos sobrepostos; ou se se quiser à distinção, no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social, e de um tempo individual. Ou ainda, se se preferir, à decomposição do homem num cortejo de personagens (BRAUDEL, 1946, p. 26).

A maior dinâmica econômica, social e cultural, propiciada pela descoberta do ouro no Alto São Francisco, possibilitou a maior assimilação das transformações culturais e sociais que acompanharam o processo de formação da sociedade, que se consolidava a partir da extração mineral. Diversamente do que sucedeu na Região do Gado, os indivíduos que se arriscavam na

mineração possuíam formação, interesses e necessidades bem diferentes dos fazendeiros do São Francisco.

A descoberta das minas de ouro representou desde o início a esperança de cabedal para muitos homens. E nessa busca verificou-se um fluxo migratório para a região das minas, o qual refletiu um processo de decréscimo populacional não só das demais capitanias, mas também da Metrópole. Nesse contexto, visando garantir a posse de seus descobertos, os paulistas redigiram uma petição reclamando a prioridade da exploração das datas auríferas, enquanto seus legítimos descobridores (NASCIMENTO, 2007, p. 25).

Rapidamente, os pequenos vilarejos surgidos da exploração do ouro foram se tornando mais urbanizados e com uma dinâmica tal, que atingiu a sociedade em todos os seus aspectos, econômicos, sociais ou culturais. A consolidação das primeiras cidades com vocação mineradora, tais como Sabará, Mariana, Ouro Preto e Caeté, foram marcos importantes para se compreender as mudanças que se processariam não só na região mineradora, mas em todo o Vale do São Francisco.

O povoamento das Minas Gerais foi efetivamente impulsionado pelo comércio, que representou para a Coroa a possibilidade de interiorização da Colônia. A possibilidade de auferir grandes lucros através da atividade comercial favoreceu o estabelecimento de redes de abastecimento na região, incentivadas pelo caráter urbano do povoamento promovido pela economia aurífera (NASCIMENTO, 2007, p. 19).

Zarur (1947) afirma que a maior dinâmica econômica incentivada pela urbanização nas vilas ligadas à mineração teve papel preponderante para o desenvolvimento do comércio também na região do médio São Francisco. Inclusive, o autor salienta a íntima relação entre essas duas áreas, atestando que os eventos situados na região da mineração sempre interferiam na dinâmica econômica da Região do Gado.

Nos meados do século XVIII, a criação e, em menor escala, a lavoura, floresceram como conseqüência dos mercados das regiões auríferas. Os povoados ao longo do rio São Francisco também começaram a mostrar desenvolvimento nas suas atividades comerciais e muitas fortunas foram feitas no vale (ZARUR, 1947, p. 72).

Um dos principais motivadores para a maior dinâmica da região aurífera foi justamente o florescer do comércio. Com o crescimento populacional e maior agilidade econômica, a exploração do ouro favoreceu o fortalecimento das relações comerciais interregionais, possibilitando que áreas próximas à região das minas servissem como sustento aos indivíduos que se aventuravam na busca do ouro. A possibilidade de estabelecer comércio com as cidades do ouro incentivou ainda mais as trocas mercantis já consolidadas entre as cidades do médio São Francisco.

Pelo Caminho da Bahia formou-se, então, uma das mais amplas redes de circulação de mercadorias para a região das minas. E os criadores de gado dos rios São Francisco e das Velhas puderam se consolidar como os responsáveis pelas grandes reservas da mercadoria de que, juntamente com o escravo negro, as minas gerais mais necessitavam: a carne bovina para a manutenção dos arraiais, povoados e vilas mineradoras (SANTOS, 2001, p.,133).

Segundo Matos (2007), a consolidação da rede de cidades no médio São Francisco foi consequência das relações comerciais estabelecidas tanto com o litoral nordestino, quanto com a região das minas.

Como consequência de uma primeira fase de incursões pioneiras a partir da foz do São Francisco, e da descoberta de riquezas minerais em algumas áreas no interior de sua bacia, dá-se no transcurso dos séculos XVI, XVII e XVIII, uma progressiva ocupação do Vale do São Francisco. Com o tempo, a integração econômica e a constituição de uma rede de localidades, catalisaram a formação de um complexo de caminhos que, historicamente, constituíram vetores fundamentais no processo de territorialização da Colônia portuguesa, podendo-se citar dois dos mais importantes: a Estrada Real e a Hidrovia do São Francisco (MATOS, 2007, p. 4).

Santos (2001) compartilha as afirmações referentes aos caminhos do São Francisco, afirmando que a possibilidade de utilização de uma via alternativa para o escoamento da produção de ouro seria um artifício para burlar os mecanismos de tributação instituídos pela Metrópole, na Colônia, em Minas Gerais, e um dos principais fatores que incentivaram a rota são-franciscana após a descoberta do ouro. Formalmente escoado pelas estradas oficiais, o caminho do São Francisco, tornou-se rota alternativa para o contrabando e a saída ilegal da produção aurífera.

O Caminho da Bahia era o descaminho do ouro, outra razão da preferência por ele. A expressão, que tem hoje um sentido alegórico, tinha no século XVIII um significado bem preciso. Pelos descaminhos se evitava o pagamento de quintos, direitos de entrada, direitos de passagem e todos os outros atributos que pesavam sobre a população envolvida com o conjunto de atividades geradas pela mineração. Eram os caminhos do contrabando (SANTOS, 2001, p. 143).

Durante todo o período da mineração em Minas, o Caminho do São Francisco serviu como elemento de integração entre o Nordeste e o Sudeste do país. Somente após a transferência oficial da sede da Colônia da Bahia para o Rio de Janeiro, o Caminho da Bahia perde importância.

Foi somente quando a cidade do Rio de Janeiro se firmou efetivamente como o grande entreposto da capitania das Minas Gerais que o Caminho da Bahia perdeu em significação. Em 1724, os direitos de entrada pagos na via baiana deixam de crescer; em 1725, o Caminho Novo está definitivamente consolidado com a abertura da variante Proença; em 1763, a capital do governo geral da colônia é transferida de Salvador para o Rio de Janeiro. As três datas, emblemáticas, espelham a longa e inexorável derrocada da Bahia como o eixo econômico da colônia e a ascensão da cidade fluminense como pólo econômico e

político do território brasileiro. Daí se seguiu o fim do Caminho da Bahia como via de circulação mercantil historicamente significativa (SANTOS, 2001, p. 145).

Ao final do século XVIII, com a diminuição da extração de ouro em Minas Gerais, o sistema da mineração declina e as cidades surgidas a partir do ouro perdem população. Com a decadência da mineração, a porção mineira da bacia do São Francisco, principalmente a Região do Gado, permaneceu durante décadas semiabandonada. Mesmo sendo o rio São Francisco um importante meio de transporte fluvial local, a economia do médio São Francisco, entra em declínio, pois não conseguiu, nos períodos áureos, implantar processos econômicos que ultrapassassem o mero fornecimento de itens primários para a manutenção da área de mineração. Com a mudança da capital da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, o processo de desenvolvimento da região estagnou-se e o rumo do comércio de Minas Gerais orientou-se para o sul, em direção ao litoral do sudeste.

Como era natural, a crise da mineração atingiu a economia dos criadores que nunca mais se apuraram, visto que, ao tempo em que Minas se refez economicamente, esse já era um fenômeno de influência litorânea, alheio portanto à vida do São Francisco. Minas Gerais voltara-se para o mar em sua economia, dispondo do caminho de Garcia Pais, que levava ao Rio de Janeiro, para onde se mudara o Governo Geral desde 1763, onde viera a ter a corte portuguesa no começo do século dezanove. Conservavam-se fiéis ao sertão apenas as populações mineiras do vale, fidelidade que pode ser caracterizada por uma pobreza sem remédio, desamparo dos governos, pouca saúde e um traço comum de infelicidade que une os ribeirinhos do São Francisco (PROENÇA, 1944, p. 94).

A decadência da exploração do ouro em Minas Gerais é um marco essencial para se compreender o desuso dos caminhos do gado, a diminuição do comércio fluvial e menor utilização dos caminhos terrestres na região do São Francisco. Segundo Matos (2007),

Com a vinda da família real para o Brasil em 1808, estavam lançadas as bases para um processo de modernização do Brasil meridional que se irradiaria até perto da Independência em 1822. As melhorias econômicas demandadas com a transferência da sede do Império português para o Brasil contribuíram para o relativo abandono da região do São Francisco. Mais tarde, outras regiões mineiras sobressaíram-se na atividade agropecuária ultrapassando a região do São Francisco em termos de produtividade e planteis raciais. Regiões mais próximas do Rio de Janeiro, como o Sul de Minas, e depois o Triângulo Mineiro gradativamente se tornaram prósperas em decorrência da criação de gado leiteiro, produtos lácteos, carne e derivados (MATOS, 2007, p. 23).

Com o esgotamento das minas, grande parte dos habitantes que viviam da mineração passa a dedicar-se à agricultura e à criação, tornando-se competidores dos seus antigos fornecedores. Assim, ao mesmo tempo em que prosseguia a exportação de gado da bacia média do São Francisco,

começava a concorrência dos criadores vizinhos dos mercados consumidores. Favorecidos por melhores condições naturais e pela proximidade dos grandes centros, pouco tempo depois, essas novas áreas de pecuária ocupariam o lugar da região do São Francisco como fornecedor do gado.

Após a conclusão do processo de Independência, a elite brasileira responsável pelo movimento praticamente desinteressou-se pela região do sertão são-franciscano. Pressionada por exigências de modernização do país, principalmente das áreas de produção do café e da embrionária indústria nacional, grandes áreas do interior do Brasil ficaram em compasso de espera. A construção de uma nação independente solicitava melhorias significativas em áreas de infraestrutura básica que, devido à baixa densidade demográfica da região do São Francisco e ao primitivo sistema de produção disponíveis na região, não conseguiu capturar recursos para a modernização. Mesmo o comércio fluvial pelo São Francisco, que conservava parte de sua relevância regional, não foi capaz de captar investimentos, uma vez que as características do transporte pela via fluvial não atendiam mais às demandas da modernidade.

Entretanto, a viabilidade natural da navegação utilizando o São Francisco foi fator decisivo para que na década de 1870²⁶, se iniciasse a utilização dos barcos a vapor, como importante veículo de transporte de cargas e passageiros de Minas Gerais até próximo da foz. Essa iniciativa fez com que a região do São Francisco figurasse em consonância com a modernidade, uma vez que a utilização de tais equipamentos de navegação traduziu um alinhamento com as tendências de vanguarda da época.

O Governo Imperial, percebendo a importância da viação fluvial do S. Francisco, cogitou seriamente melhorar as condições do rio, tornando-o uma via de penetração integral, com a utilização dos portos situados em sua barra (REGO, 1935, p. 204).

A condição de destaque no período inicial de adoção dos vapores foi facilitada pela abundância de material utilizado como combustível para movimentação dos motores. A fartura da lenha encontrada no cerrado e no sertão, ao longo do leito do São Francisco foi essencial para se manter comercialmente viável a viagem fluvial, inobstante as consequências dessas práticas na própria conservação das condições de navegabilidade do rio.

O quase total desaparecimento da vegetação ciliar do rio São Francisco, que serviu para extração da lenha que movimentou o vapor Presidente Dantas, utilizado pela Comissão

²⁶ No dia 3 de fevereiro de 1871, o barco Álvares de Araújo inaugurou a era da navegação fluvial a vapor nas águas do rio São Francisco, passando pelas vilas de Guaicuí, Januária, Carinhanha, Barra do Rio Grande, Xique-Xique, Pilão Arcado, Remanso, Juazeiro e Boa Vista.

Hidráulica, provocou o assoreamento de partes do rio que seguramente não seriam reconhecidas pelos viajantes de então (SAMPAIO, 2002, p. 38).

A utilização do transporte fluvial via vapores, aliada a incipiente malha ferroviária que interligava algumas das principais cidades do São Francisco ao litoral foi, durante algum tempo, responsável por manter relativa dinâmica comercial, utilizando o rio e favorecendo os núcleos urbanos às suas margens, principalmente as cidades de Pirapora e Juazeiro, que eram terminais ferroviários.

As linhas férreas, que procuram o vale do S. Francisco, em sua maioria vias de penetração na mais legítima acepção, tem a diretriz mais ou menos perpendicular à costa. Assim: a antiga linha do centro da E. F. Central do Brasil, que encontra o S. Francisco em Pirapora; a E. F. Oeste de Minas, apoiada em Angra dos Reis (...) e a E.F do S. Francisco, que liga a Bahia a Joazeiro (REGO, 1935, p. 212).

Entretanto, o sucateamento das ferrovias e as crescentes dificuldades na navegação favoreceram o desuso desses modais de transporte, que gradativamente foram sendo substituídos pelas rodovias. Somado a isso, os processos de degradação do rio, com o crescente assoreamento da calha principal, dificultava fortemente a navegação. Proença (1944) faz uma descrição simplificada desse processo de erosão, causado pela destruição das matas ciliares e que contribuiu para inviabilizar a navegação de larga escala, utilizando o rio São Francisco.

A navegação vai se tornando cada vez mais difícil, vão surgindo as coroas de areia que mudam de lugar a cada nova enchente, ora no meio do rio formando ilhas, ora colada a uma das margens. (...) É possível descobrir em muitos casos a origem das coroas pela destruição da mata ciliar. Encontrando o barranco desprotegido da trama das raízes, a correnteza o desmonta e o rio adquire uma largura desproporcionada; a água fica mais rasa, a velocidade da corrente diminui e não possui força capaz de arrastar as areias que vem rodando, e que amontoam em bancos extensos, dificultando a navegação (PROENÇA, 1944, p. 126).

Uma interpretação superficial dessa conjuntura poderia levar a concluir que a gradativa destruição das condições naturais disponíveis na hidrovía são-franciscana seriam as únicas justificativas para limitar a utilização da via como eixo de transporte comercial. Entretanto, vários estudos encomendados pelo governo brasileiro comprovaram o potencial natural do rio para uma utilização específica como meio de transporte, apesar das limitações inerentes aos deslocamentos fluviais que possuem restrições, principalmente em relação à velocidade.

Segundo o Engenheiro Affonso Portugal, que em 1952 realizou um estudo detalhado das características de navegabilidade do rio São Francisco²⁷, o advento de outros meios de transporte mais rápidos e mais baratos representaram uma concorrência bastante significativa em relação ao transporte fluvial. O autor afirma, todavia, que as características naturais do leito do São Francisco não o inviabilizavam enquanto meio de transporte, sendo ainda economicamente viável, desde que utilizado para fins de transporte de mercadorias específicas, que suportassem um prazo maior de deslocamento, compensado por um custo mais baixo no frete.

... uma via navegável, com o advento e o progresso de outros meios de transporte, mais rápidos, e com as faculdades de poder atingir qualquer ponto de um país, longe de ser relegada ao abandono, pode prestar inestimáveis serviços, porém dentro de suas características e com função toda especial. (...) Uma das suas principais características é a lentidão e não há como fugir economicamente de tal circunstância, porquanto, além de outros fatores menos ponderáveis, a potência das máquinas propulsoras e, por conseqüência, o consumo de combustível crescem proporcionalmente ao cubo da velocidade. Tal contingência — a lentidão, faz com que grande numero de mercadorias não a suportem, escoando-se pelos outros meios de transporte, como a ferrovia, a rodovia, a aerovia mesmo, mais rápidas embora mais onerosas; é o caso das mercadorias de custo elevado, em que o frete representa uma parcela mínima do seu valor, a ponto de permitir o confronto entre os juros do capital empatado nas mercadorias durante o tempo de transporte e o respectivo frete. Também as mercadorias facilmente deterioráveis fogem dos meios de transporte lentos (PORTUGAL, 1952, p. 7).

O fato é que a partir dos anos 1930, começava a desvalorização do uso do rio como vetor do comércio em larga escala para o interior. O Estado brasileiro, após a ditadura de Getúlio Vargas, para promover o desenvolvimento integrado da região, cria a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), a fim de explorar o potencial hidrelétrico do rio. Em 1946, é criada a Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), como instrumento para auxiliar no desenvolvimento da região, lidando com fatores tais como os fluxos migratórios, secas, inundações e uma eminente preocupação com a conservação dos recursos naturais da bacia.

A exploração do potencial elétrico da bacia do São Francisco também se apresentou como uma das alternativas de desenvolvimento da região. A primeira grande usina a operar no São Francisco foi a de Três Marias, localizada na região central do Estado de Minas Gerais e inaugurada em 1952 pela Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A (CEMIG), com uma barragem de 2.700 m de comprimento, formando um reservatório com aproximadamente 21 bilhões de m³ cúbicos de água.

²⁷ Compartilha de conclusões similares em relação à utilização do rio como elemento economicamente viável para transporte de carga, o Engenheiro Teodoro Sampaio, que entre 1879 e 1880 realizou, a mando da Comissão Hidráulica Brasileira, uma viagem da foz do rio São Francisco, até a cidade de Pirapora para avaliar as condições de navegabilidade e do potencial hidrelétrico do mesmo.

A essa primeira usina seguiram-se outras²⁸, sendo as principais as usinas de Paulo Afonso (1954)²⁹; Sobradinho (1979)³⁰; e Xingó (1994)³¹. Apesar da relevância dessas usinas no cenário nacional, os benefícios locais gerados pelas mesmas são muito tênues e não foram suficientes para sustentar ações distributivas de renda e para a diminuição da pobreza.

A dificuldade por parte das autoridades federais, que não conseguiram fomentar ações de desenvolvimento econômico; a baixa densidade populacional, agravada pela constante emigração de mão-de-obra; o isolamento geográfico e a dificuldade de acesso à região do médio São Francisco, são alguns dos fatores que contribuem para entender a estagnação econômica da área. Governo após governo, projeto após projeto, as iniciativas de desenvolvimento do São Francisco não lograram êxito em reativar a economia da região. Segundo Matos (2007), apenas algumas áreas pontuais obtiveram relativo sucesso ao absorver os incentivos governamentais.

A história dessa hidrovia é marcada por ciclos de maior ou menor intensidade em sua utilização, orientada quase sempre por aspectos conjunturais. Uma ciclicidade que, de certo modo, contribui para que toda uma região, especificamente os sertões mineiro e baiano, apresentassem dinâmicas de crescimento econômico mais lentas e descompassadas em relação a outras regiões do país. Mesmo projetos de desenvolvimento direcionados a essas regiões, com destaque para aqueles referentes ao semi-árido, não conseguiram potencializar uma melhor e mais eficiente utilização da hidrovia são franciscana e seus recursos (MATOS, 2007, p. 6).

Na história recente do Brasil, principalmente no período da ditadura militar, constata-se a preocupação crescente com a modernização e gestão eficiente do território. Nesse sentido, a bacia do São Francisco voltou a ser colocada como um importante instrumento para permitir o controle e integração do território. Outras fronteiras no interior do país foram visualizadas e a necessidade de desenvolvimento conduziu os principais investimentos do Estado, como as aplicações feitas em grandes obras de infraestrutura e os projetos de irrigação recorrentes no Vale do São Francisco. Do ponto de vista da gestão foi possível identificar a tentativa de homogeneização forçada do território. A ideia de integração nacional foi uma das bandeiras levantadas pelos militares na tentativa de modernização do espaço através do desenvolvimento técnico, com a extensão das redes de

²⁸ Informações fornecidas pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), principal gestora das usinas hidrelétricas dispostas na bacia do rio São Francisco.

²⁹ Formado pelas usinas de Paulo Afonso I, II, III, IV e Apolônio Sales (Moxotó), o Complexo de Paulo Afonso produz 4 milhões e 279 e 600 mil kw.

³⁰ O reservatório da hidrelétrica é um dos maiores lagos artificiais do mundo, com 4 mil km² e 34 bilhões de m³ de capacidade de acumulação. Tem capacidade para produzir 1 milhão e 50 mil kw de energia elétrica.

³¹ A usina de Xingó pode gerar em torno de 3 milhões kw.

transporte, telecomunicações, energia e centralização política dos Estados em Brasília, o que traz a errônea impressão de coesão do território brasileiro.

Esse contraste veio à tona, quando a partir dos anos 70 o Estado entra em crise e não é mais capaz de manter os projetos desenhados para atender às novas fronteiras. O investimento seletivo do Governo acabou por contribuir para a fragmentação do território. A modernização brasileira, que aparentou ser tecnicamente homogênea, acabou por contribuir para as graves diferenças socioeconômicas, embriões de espaços sociais altamente segregados.

Ao analisar-se a região do São Francisco, é fácil perceber a contradição. Os investimentos realizados pelo Estado não foram suficientes para proporcionar índices de desenvolvimento, que contribuíssem para diminuir as diferenças sociais encontradas na área da bacia do São Francisco. Mais recentemente, os investimentos no agronegócio e nas grandes obras de irrigação, ao invés de forçarem a melhor distribuição de renda, contribuiram para a maior centralização. Apenas um pequeno número de produtores conseguiu aproveitar-se da infraestrutura disponibilizada pelo Estado e alavancar a produção agrícola. Matos (2007) examina essa situação e acrescenta que o relativo sucesso do agronegócio talvez possa significar a possibilidade de revitalização da hidrovia são-franciscana, como eixo para o escoamento da produção agrícola rumo à exportação.

Marcado por velhas e novas contradições, trata-se de um espaço que, se outrora vivenciou momentos de grande destaque econômico e demográfico, vem apresentando nas últimas décadas um quadro de persistente perda de dinamismo, não obstante, a presença de algumas áreas prósperas e modernizadas. De fato, a existência dessas verdadeiras “ilhas” de crescimento econômico, sobretudo aquelas cujo cerne está relacionado ao agronegócio e à exploração mineral, tem propiciado, por exemplo, uma espécie de sobrevivência útil à hidrovia do São Francisco, que, certamente, na sua totalidade, não apresenta mais a mesma pujança, intensidade, em termos das relações entre localidades de outros tempos. A presença desses espaços geradores de riquezas tem sido tratada como justificativa fundamental para a implementação de novos projetos relacionados à infra-estrutura logística, assim como, ações no sentido de revitalizar a própria hidrovia são franciscana, focalizando, sobretudo, aspectos relacionados a sistemas de integração multimodal de transporte (MATOS, 2007, p. 4).

A história recente da bacia tem sido tomada de discussões acaloradas sobre a reutilização do São Francisco como instrumento para o revigoramento econômico das regiões mais carentes do sertão nordestino. A própria ideia da transposição, apesar de não ser nova, ganha força atualmente, sugerindo à sociedade uma discussão mais séria sobre o aproveitamento do rio ou dos recursos naturais que fazem parte do ecossistema que o ajuda a mantê-lo.

Vários são os movimentos que sugerem a revitalização das nascentes, a proteção das matas ciliares e a despoluição das águas dos afluentes, antes de se pensar qualquer forma de distribuição

das águas do rio principal, colocando assim, mais variáveis na discussão sobre a transposição. Como informou-se, não cabe a esta pesquisa debruçar-se sobre as questões ligadas à avaliação de viabilidade ou não da transposição do São Francisco. No entanto, tal decisão terá influência nas discussões futuras sobre a disposição socioespacial da bacia.

Apesar de não ser foco deste estudo, o projeto de transposição do rio São Francisco, que ganhou força no Governo Lula, chama a atenção para aspectos de interesse, uma vez que trata de assuntos-chaves para a pesquisa, principalmente no que diz respeito às transformações socioespaciais que podem ocorrer com tamanha empreitada. Independentemente do resultado dessa questão, o interesse do Estado em conduzir esse processo contribui para difundir uma atenção especial à região, que, certamente, merece melhor tratamento, principalmente em se tratando da história oficial.

3. 4 Considerações sobre a Geoistória do São Francisco através da Oralidade: Permanências e Rupturas; o Movimento Temporal e as Transformações Socioespaciais

As considerações expostas neste capítulo são frutos de uma preocupação que transcorreu toda a pesquisa, desde a sua concepção até a consolidação do produto final. Muito mais do que um resumo dos relatos recolhidos em campo, o texto aqui apresentado traduz uma tentativa de contribuir para a maior democratização do processo de produção de saberes, dando voz ao indivíduo comum, tornando-o co-participante da construção de conhecimento científico. Procura-se romper com uma concepção de ciência, que desde suas origens, sempre foi seletiva em relação aos seus colaboradores, fontes, públicos e personagens. A introdução das novas perspectivas trazidas pela Pós-Modernidade e a crise da Ciência Moderna corroborou para a adoção de uma postura mais flexível e mais ampla na relação com os saberes e com as disciplinas chamadas científicas. A adoção de novos elementos na elaboração do conhecimento favorece o debate, que é indispensável para a edificação da democracia.

A historicidade, com que nos deparamos agora, nada mais é do que a mesma temporalidade, o mesmo tempo finito, transportado aos dois níveis solidários, individual e coletivo da existência do ser-no-mundo, que implicam o agir e, portanto, também, a tomada de decisões. O homem se temporaliza, e o seu acontecer histórico é temporalização (Nunes, 1994, p. 133).

Possibilitar que o indivíduo comum, mesmo que de forma incipiente, participe da produção de conhecimento pode significar correr riscos maiores, inovar, lidar com o imprevisível, complementar o saber técnico, e expressa a notória preocupação de construir-se uma ciência, não para restringir a realidade em modelos imaginários, mas para compreender a mesma realidade em toda a sua complexidade e dinamismo.

Nas práticas espaciais e temporais de toda a sociedade são abundantes as sutilezas e complexidades. Como elas estão estreitamente implicadas em processos de reprodução e de transformação das relações sociais é preciso encontrar alguma maneira de descrevê-las e de fazer uma generalização sobre o seu uso. A história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções (HARVEY, 2001, p. 201).

Ao optar-se pela oralidade como instrumento de diálogo com o indivíduo comum, a intenção foi, inicialmente, obter informações primárias que permitissem uma pesquisa focada nos fatos e

objetos que se desejava elucidar. Contudo, após percorrer as várias etapas para a concretização deste trabalho, verificou-se que a oralidade, mais do que fornecer dados primários para as ações iniciais do processo de análise da realidade, contribuiu de forma ímpar para construção de um panorama geral sobre os mais variados aspectos da vida socioespacial atualmente pulsante dentro das áreas visitadas da bacia do São Francisco.

O uso da oralidade, ainda assim, foi acompanhado de preocupações em relação à veracidade e autenticidade das afirmações. Todos os depoimentos registrados foram submetidos a outros meios de verificação, para atestar sua precisão. Uma condição encontrada na adoção da oralidade foi o fato de que, nas entrevistas, as afirmações referentes ao tempo presente e ao passado próximo foram mais ricas e detalhadas. Ao afastar-se da realidade cotidiana o entrevistado muitas vezes forneceu informações imprecisas ou historicamente equivocadas. Nesse momento é que os outros métodos de validação foram utilizados. Tal limitação metodológica já era conhecida antes mesmo de sua adoção, mas ponderou-se que os benefícios de sua utilização seriam bem maiores do que as restrições quanto ao seu uso. Thompson (1992), uma das referências na utilização da metodologia oral, ressalta tais dificuldades quando afirma:

Conseguir ir além das generalizações estereotipadas ou evasivas e chegar a lembranças detalhadas é uma das habilidades, e das oportunidades básicas do trabalho de história oral (THOMPSON, 1992, p. 261).

A partir dos depoimentos e das pesquisas complementares realizadas em trabalhos de outros pesquisadores, foi possível traçar um esboço das permanências e rupturas ligadas às variáveis geoistóricas pertinentes às transformações socioespaciais que foram objetos desta pesquisa. A análise desse material revelou-se uma rica experiência para se constatar novos aspectos muitas vezes desconhecidos da região do São Francisco e que, como afirma Novaes (1994), as versões oficiais da História podem ofuscar. Dar a versão “verdadeira” dos fatos nos estudos tradicionais resulta de lutas com outras versões, incompletas ou equivocadas, que nesse momento também foram objetos de interesse. Assim “o caráter geográfico” dos estudos não procede somente da procura das causas geográficas da distribuição da população nas várias épocas, mas também — e principalmente — da descrição dos quadros regionais de cada época, como paisagens sociais.

Ao deparar-se com o conteúdo dos depoimentos de campo, identificou-se o movimento temporal: as transformações, a estabilidade, as mudanças e os elementos de longa duração. Valorizando as fontes não oficiais, muitas vezes ignoradas em estudos tradicionais, percebeu-se o

cerne do movimento temporal. A temporalidade é, sobretudo, mudança, e é a transformação que marca o ritmo de nossa história interior.

Não percebemos, por exemplo, o tempo e o movimento, mas o esquema de mobilidade e da sucessão, isto é, pontos em que se divide uma trajetória e posições que os objetos ocupam no tempo. Não percebemos o mover-se propriamente, assim como não percebemos o passar do tempo, que é sua característica mais intrínseca. O que percebemos do tempo são instantes que se sucedem como pontos sobre uma linha imaginária: os objetos que se movem são percebidos, a cada vez, imóveis num ponto do espaço e fixos numa posição da linha temporal. Reconstruímos depois o tempo e o movimento relacionando esses pontos e essas posições, e dizemos então que o objeto se moveu, isto é, passou de um ponto a outro, ou então que ele evoluiu, transformou-se no tempo porque comparamos entre si duas posições, o antes e o depois. Mas o que se dá entre os pontos e as posições, o processo pelo qual o objeto se move e muda, transformando-se no seu evoluir temporal, isto não percebemos, e são essas as características mais profundas da realidade (SILVA, 1994, p. 143).

As mudanças ocorridas no tempo têm influência, também, na relação com a dimensão espaço. Como afirma Soja (1993), o espaço não é reflexo da sociedade, ele é a sociedade e, por isso, há de ser produzido pela ação humana. A transformação do espaço no tempo é, portanto, variável importante para se compreender a dinâmica socioespacial. O espaço é moldado a partir de elementos históricos e naturais, e esse é um processo de dimensão política. O espaço é, ainda, um processo cultural no qual a sociedade interage com elementos, valores e conceitos dos mais diversos, para determinar a sistemática da sua existência. É um elemento que complementa a ação histórica e contribui para introduzir contradições e dúvidas. É o espaço quem corrobora os múltiplos movimentos da história, municia a formação da cultura e as transformações socioespaciais.

O mérito do conceito de formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos *a posteriori*, mas sim de formação sócio-espacial (CORRÊA, 1995, p. 26).

Assim, paralelamente às análises ligadas à História Oral, os depoimentos foram investigados, levando-se em conta, também, a possibilidade de identificar as transformações, permanências e outras reflexões que envolvessem a variável espaço. Entendendo o conceito de espaço como elemento essencial para a formação da sociedade, e constatando que essa relação, apesar de ter aplicação coletiva, manifesta-se também individualmente, procurou-se verificar nas entrevistas percepções do espaço através da oralidade, o que se chamou de Geografia Oral.

É possível individualizar na história dos homens "constantes", "tempos longos" (correspondendo ao que se designa por "estrutura"), e o ambiente natural pode ser caracterizado pela sua variabilidade em tempos "curtos" (acontecimentos). Esta via admite a premissa de uma nova síntese entre a história e a natureza, entre os homens e o "ambiente", de conseqüências interessantes no campo da investigação geohistórica (FERRO, 1985, p. 31).

Na análise dos documentos e depoimentos disponíveis, distinguiram-se vários elementos no Vale do São Francisco, que convergem para as afirmações acima. As entrevistas de campo revelaram uma história que ultrapassa a realidade registrada nos livros e expõem um complexo desenvolvimento social, possível de ser captado pela tradição oral, que o perpetua, passando de pai para filho. Os relatos permitiram resgatar as percepções espaciais e temporais enraizadas na população e que, de uma forma ou de outra, se modificam ou permanecem dentro da tradição e da sabedoria popular, algo que a ciência tradicional muitas vezes não se preocupa em perceber.

Não percebemos os aspectos do real que não interessam à nossa prática porque não prestamos atenção neles. A atenção é o mecanismo seletor da percepção e é ela que faz com que vejamos no real apenas aquilo que preenche nossas expectativas de ação. E nos relacionamos intelectualmente com o real da mesma forma na medida em que para nós ele é um instrumento e não um fim. O real é a disponibilidade instrumental pela qual as coisas se dispõem para nós em vista do uso que podemos fazer delas. A atenção mantém nossa consciência perceptiva e intelectual ligada aos aspectos instrumentais do real. Trata-se de uma tensão e de um esforço continuamente desenvolvido para que o homem se mantenha na condição de senhor das coisas e de usuário da natureza. Aquilo que de direito perceberíamos, se nosso espírito se pusesse diante da realidade desarmado de qualquer critério pragmático, se obnubila: nosso espírito se concentra, tensionado, estreitando-se como um cone para que só a ponta deste cone toque o real, o adentre e o domine naquilo em que ele nos pode ser útil (SILVA, 1994, p. 146).

Os depoimentos recolhidos em campo, juntamente com o acervo documental utilizado como base de consulta para esta pesquisa, tornaram-se ponto de partida para a realização de inferências iniciais ligadas às mudanças e continuidades que podem ser identificadas nos quatro séculos da história de ocupação do Vale do São Francisco. Entende-se que tais permanências e rupturas são fundamentais para se compreender as principais transformações socioespaciais que se operaram na região.

Manuel Proença (1944), ao escrever sobre a ribeira São Francisco, descreve algumas das etapas para a formação da sociedade, da política e da cultura naquela área. Dos apontamentos do autor, fica evidente que todo o processo de ocupação da região foi cercado por conflitos de toda natureza.

O estabelecimento dos currais é uma experiência que demonstra a fibra enérgica do povo, pois a ocupação dos sertões não foi feita sem lutas. Estas a princípio confrontavam índios e

colonos pela posse da terra, evoluíram mais tarde para lutas de clans, disputando campos de pastagens e ainda posteriormente influências políticas (PROENÇA, 1944, p. 80).

Desde os primórdios da ocupação da área, foram constantes os embates pela posse de terras. As primeiras batalhas de expansão das pastagens para o gado, aquelas travadas contra os indígenas, permanecem ainda no imaginário popular, revelando a primitiva visão de que o colonizador branco seria o verdadeiro condutor da civilização e que deveria se impor sobre os índios. Em depoimento registrado na cidade de Carinhanha (BA), o Sr. Wanderley Barbosa³², recorda-se do destino dado aos indígenas que, primordialmente, habitavam o sertão da Bahia e gradativamente foram expulsos para o interior do país: “*Os índios kaipós foram empurrados para o norte de Goiás, hoje Tocantins, sul do Pará e Mato Grosso. Olhando a história de Goiás existem relatos de lutas contra os kaipós que duraram quase 30 anos*”. Vários foram os depoimentos que apontavam o apresamento e expulsão de indígenas como elemento primordial para o estabelecimento das primeiras vilas ao longo do São Francisco. Essa condição inicial do território é indispensável para se perceber o processo de estruturação socioespacial, face à disputa por terras férteis ou de localização privilegiada dos assentamentos humanos.

Caetés bárbaros e comedores de gente, tupinambás e potiguaras cediam terreno à custa de muita mortandade. Porém os herdeiros de Duarte Coelho aliam-se aos Tupinambás e Tupinaés e partem sobre os Caetés, apartando-os de encontro ao S. Francisco onde são arrazados. Tal foi o estrago e a crueldade empregada que os índios se entregavam feito ovelhas e eram vendidos a dois crusados ou um mil réis que é o preço de um carneiro (PROENÇA, 1944, p. 51).

A vitória dos criadores sobre os índios, no fim do século XVII, foi decisiva para a expansão da sociedade pastoril, pois abriu o caminho para a conquista das terras do sertão e para o avanço da pecuária.

Em várias das cidades visitadas, os moradores atribuem a origem do povoamento a um possível embate com os índios nativos. Em muitas localidades tais afirmações possuem comprovação por registros históricos oficiais; em outras, no entanto, os elementos gerais da história da região são utilizados como referências locais. Muitos dos entrevistados citaram as disputas com os indígenas como origem das cidades em que residem, muito mais por isso ser difundido em um contexto regional do que por constar em referências históricas concretas. A organização do espaço não era apenas produto social. Simultaneamente, repercutia na moldagem das relações sociais e era

³² Entrevista realizada no município de Carinhanha (BA), em 2007. Disponível no “Acervo do LESTE”.

nesse espaço que se realizava a reprodução das relações de produção, introduzindo contradições múltiplas.

O depoimento do Sr. Ivan da Mota, recolhido na cidade de Pirapora (MG), deixa claro que a população local reconhece o contato com os indígenas como uma das primeiras condições para o estabelecimento das bases da cidade, mesmo que os dados apresentados não possuam a precisão científica necessária. *“Apesar de não se ter um registro seguro, consta na tradição que teria passado por aqui uma bandeira lá pelos anos de mil seiscentos e tanto, e tiveram uma disputa com os índios cariris. Pelos registros que se tem dos cariris, eles defendiam com muito afínco suas propriedades e, por isso, teria havido uma batalha que chamou a atenção para a região e que antecipou a chegada dos fazendeiros pelo São Francisco”* (Ivan da Mota, Pirapora-MG, 2006).

Como visto em capítulos anteriores, a ocupação do São Francisco deu-se a partir da criação do gado, que foi incentivada, uma vez que a área pela qual desliza o rio reunia condições adequadas à pecuária extensiva. Zarur (1947), em seus escritos sobre o processo de ocupação do São Francisco, apresenta a criação de gado como elemento fundamental para o avanço sobre as terras do vale e a expulsão dos indígenas.

Ainda que correndo paralelamente ao litoral e constituindo um meio de transporte barato entre o Brasil nordeste e o Brasil meridional, a escravatura, o ouro e as pastagens foram os fatores básicos do povoamento do Vale do São Francisco. Desde 1553 as expedições iniciaram a penetração no vale, buscando principalmente escravos para a região litorânea. Mais tarde, tendo a Coroa portuguesa doado grandes áreas do território, começou o povoamento baseado na indústria agro-pastoril. A criação de gado teve como propulsores máximos a boa pastagem, o clima relativamente salubre e a existência de sal no solo arenoso-argiloso da região. O curral foi o símbolo da penetração do homem civilizado no vale. Os meios vegetais de subsistência, fornecidos pelo braço escravo, índio e negro, multiplicaram-se na medida das necessidades dos povoadores, mas até fins do século XVII o gado constituiu a base da riqueza regional (ZARUR, 1947, p. 6).

Somado às características naturais que favoreceriam a criação de gado, o fato desse tipo de produção exigir um número menor de braços também foi determinante para a sua adoção em terras do São Francisco. A possibilidade de demarcar grandes porções de terreno com escassa mão-de-obra favoreceu a utilização da pecuária como modo de produção. Como consequência, para atender às condições da criação de gado, a população do São Francisco instalou-se espaçadamente pelo território. As cidades que se edificaram a partir do comércio e da criação de gado tinham dimensões pequenas e a população estava distribuída de forma desigual dentro da bacia, especialmente, a região do médio São Francisco, onde imperava a pecuária. Essa conjuntura corrobora os

pensamentos de Soja (1993), quando especula que a estrutura do espaço se dá a partir da relação das formas de produção com as condições espaciais que a envolvem.

A estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada, com suas leis autônomas de construção e estrutura de classes que emerge das relações sociais (e por isso, a-espaciais) de produção. Ela representa, ao contrário, um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais (SOJA, 1993, 99).

Durante praticamente um século, a ocupação do São Francisco ocorreu de forma lenta, seguindo o ritmo da criação de gado e da luta contra os indígenas. Os principais vínculos da região se mantinham com as cidades litorâneas do nordeste, principalmente Salvador e Recife, que durante os primeiros anos da conquista da Colônia foram os principais centros urbanos. A partir do final do século XVI, com o incentivo das “Entradas”, introduz-se na história do vale a figura do bandeirante a quem compete a missão de mapear e explorar mais rapidamente o sertão.

As insurreições de índios nunca cessaram de todo, ameaçando a existência dos vaqueiros, impedindo ou retardando o estabelecimento de currais novos. Tal foi a importância dos prejuízos causados nas ribeiras do São Francisco em 1677 que o governador pede socorro aos paulistas, autorizando a viagem pelo interior, suspendendo a proibição que pesava sobre as rotas terrestres. A carta patente que nomeia Matias Cardoso de Almeida governador e administrador dos índios tem data de 1684 (PROENÇA, 1944, p. 60).

Mesmo que as informações registradas nos depoimentos sejam muitas vezes imprecisas em datas e personagens, alguns nomes e períodos são recorrentes e confirmam os fatos apresentados na história “oficial”. É o caso, por exemplo, da figura do bandeirante paulista Matias Cardoso. Consta que ele embrenhou-se pelo sertão mineiro à caça de indígenas, em meados do século XVI e foi contratado para vencer os índios cariris no Nordeste. Porém, o principal fato em torno da vida desse bandeirante foi ter sido apontado como fundador da vila de mais antigo registro na história de Minas Gerais, e que não por outro motivo, leva o seu nome, fato reconhecido por Santos (2001).

Terminada a campanha contra os índios cariris no Nordeste, onde foram vitoriosos no comando de tropas contratadas para o combate, em 1694 estavam os paulistas Matias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira de volta à enorme zona então conhecida como dos “currais da Bahia”. Haviam fundado dois anos antes, a caminho do Nordeste, arraiais no norte do que hoje é o estado de Minas Gerais, que funcionariam como reservas de provisão quando do seu retorno. Sitiou-se Matias Cardoso no arraial então conhecido pelo seu nome (SANTOS, 2001, p. 128).

A data de fundação do município de Matias Cardoso tem sido motivo de controvérsias, principalmente pelo fato de simbolizar o mais antigo vilarejo de Minas Gerais, sendo fundado antes mesmo da cidade de Mariana, que atualmente conserva tal primazia. Em depoimentos registrados em vários municípios do norte mineiro, paira o desconforto em relação a essa questão. *“A fundação de Matias Cardoso é anterior à fundação de Mariana. Então, dá pra gente entender um pouco e buscar de novo essa recuperação da identidade do povo do norte mineiro, na consolidação da sociedade de Minas Gerais. Porque existem as Minas, mas existem também os Gerais* (Sr. João Santana³³, Montes Claros-MG).

A exemplo do Sr. João Santana, muitos foram os entrevistados que citaram esse equívoco histórico, ao conferir a Mariana o título de povoamento mais antigo do Estado.

Essa situação, para a população do norte mineiro, confirma o descaso que a maioria dos indivíduos têm para com a história de ocupação do São Francisco, imaginando que a formação de Minas Gerais se deu apenas a partir do bandeirantismo e da mineração. Tal sentimento fica claro no depoimento do Sr. Leonardo Avelar³⁴, de Montes Claros (MG), quando afirma que *“Minas hoje são duas, o imaginário de Minas é das montanhas pra baixo, e a população do norte de Minas entende que a importância da criação do gado é o que sustentou Mariana. Se não houvesse esse transporte do alimento, da carne, da rapadura, da cachaça, não haveria Mariana”*. Reforça tal desconforto o depoimento da Sra. Anildes Evangelista, Secretária de Meio Ambiente de Montes Claros (MG): *“Matias Cardoso foi identificada como a origem da ocupação; o pessoal costuma comemorar o Dia de Minas em Mariana, e nós queremos trazer para comemorar em Matias Cardoso, porque é mais antiga do que Mariana. Temos de reconhecer essa existência aqui”*.

Diante desses depoimentos, retomou-se a ideia de Harvey (2001), ao sugerir as diferentes formas de percepção do indivíduo em relação aos conceitos de espaço e tempo sociais, que variam de acordo com as práticas individuais e o cotidiano.

A objetividade do tempo e do espaço advém, em ambos os casos, de práticas materiais de reprodução social; e, na medida em que estas podem variar geograficamente e historicamente, verifica-se que o tempo social e o espaço social são construídos diferencialmente. Em suma, cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos de tempo e do espaço. (HARVEY, 2001, p. 189).

³³ Entrevista realizada no município de Montes Claros (MG), em 2006. Disponível no “Acervo do LESTE”.

³⁴ *Idem*.

Um morador do município de Matias Cardoso, Sr. Pedro Lima³⁵, além de reafirmar o pioneirismo da cidade como primeira vila do Estado, oferece ainda outros indícios que justificam essa afirmativa. O entrevistado afiança que a posição estratégica do município em relação às rotas comerciais existentes com a Bahia favoreceu a criação de uma pequena vila comercial, ainda no final do século XVI: *“Matias Cardoso foi a primeira vila, o primeiro povoado de Minas Gerais. Aqui começou as Minas Gerais, aqui começou as Minas. E o que se fazia em Matias Cardoso? Era o comércio. O comércio que era o forte de Matias Cardoso. Em 1700, aproximadamente, Matias Cardoso era o maior centro comercial das Minas Gerais, era o ouro que descia da região mineradora até aqui, pelo rio e daqui então faziam-se trocas e as permutas com o sul da Bahia. Então, aqui era o ponto de encontro. Perdurou-se por algum tempo, mas depois outro caminho foi encontrado”* (Pedro Lima, Matias Cardoso-MG, 2006). Essas informações são confirmadas por pesquisadores que admitem ter sido o município um importante entreposto para a criação de gado e comércio regional.

Juntamente com o sertanista Antônio Figueira e os que se lhe seguiram, participou Matias Cardoso, assim, da primeira onda povoadora da região do rio São Francisco. Não se sabe ao certo, como se viu, quando terão chegado os criadores de gado baianos e pernambucanos, mas não há dúvida que aos colonos do norte se juntaram os paulistas no povoamento da área, estabelecendo a sua ligação com as distantes minas do rio das Velhas e, daí, com os centros mineradores da região de Ouro Preto e Serro Frio (SANTOS, 2001, p. 130).

Investigando-se a controversa questão ligada à origem dos primeiros povoados mineiros, o embate revela-se para além do âmbito simbólico, sendo importante ressaltar o imenso valor histórico e cultural que engloba o assunto. Ao sustentar que os primeiros vilarejos ao longo do São Francisco foram formados a partir das investidas dos pecuaristas do Nordeste, fica comprovada a noção de que os caminhos do gado possuem papel decisivo na determinação da cultura mineira e, também, na conquista do território.

Sob a superfície de idéias do senso comum e aparentemente “naturais” acerca do tempo e do espaço, ocultam-se territórios de ambigüidade, de contradição e de luta. Os conflitos surgem não apenas de apreciações subjetivas admitidamente diversas, mas porque diferentes qualidades materiais objetivas do tempo e do espaço são consideradas relevantes para a vida social em diferentes situações. Importantes batalhas também ocorrem nos domínios da teoria, bem como da prática, científica, social e estética. O modo como representamos o espaço e o tempo na teoria importa, visto afetar a maneira como nós e os outros interpretamos e depois agimos com relação ao mundo (HARVEY, 2001, p. 190).

³⁵ Entrevista realizada no município de Matias Cardoso (MG), em 2006. Disponível no “Acervo do LESTE”.

Parece que está bastante solidificado dentro da cultura do São Francisco o reconhecimento do papel primordial dos caminhos dos currais e do comércio regional na manutenção da atividade mineradora nos séculos XVII e XVIII. As atividades agropastoris realizadas nas fazendas ao longo do rio são reconhecidas como verdadeiros celeiros para a manutenção da urbanização crescente das cidades ao sul do Estado. Com destaque, constatou-se que nos depoimentos foram apontadas possibilidades de construção de grandes fortunas a partir das atividades agropastoris e comerciais. “*A região das Minas — Ouro Preto, Diamantina — era muito rica em diamante e ouro, mas muito pobre em terra de cultura e o alimento era pouco. (...) O pessoal tinha muito dinheiro, mas pouca comida, então o negócio era produzir pra fornecer pra eles. Achava o pessoal com fome e com o bolso cheio de ouro, e querendo comer, eles pagavam bem*” (Virgílio de Paula³⁶, Montes Claros-MG).

A restrição da Coroa em relação à permissão para as atividades complementares disponíveis na área da mineração podem, segundo Proença (1944), cooperar no desenvolvimento da dependência entre a área da mineração e o médio São Francisco, que funcionava como suporte à atividade mineradora.

... [na área da mineração] não há indústria nem agricultura desenvolvida, mesmo por que o governo proíbe engenhos e lavouras para não desviar braços da mineração. O tecido ali fabricado é apenas um “teçume” para uso dos escravos, e tudo mais vem de fora, por preços fabulosos. Fazendas finas, quinquilharias chegam através do litoral, o gado vem do S. Francisco, bem como o sal acondicionado em bolsas de couro no lombo dos cavalinhos sertanejos (PROENÇA, 1944, p. 90).

O depoimento do Sr. Wanderley Barbosa³⁷, reforça o uso constante do Caminho da Bahia como alternativa de comércio e de contrabando de ouro, o que valida a convicção de que a região do São Francisco teve papel primordial na construção de grandes riquezas no Nordeste. “*Naquele período o ouro ia para a província da Bahia. Até o gado tinha o comércio feito com Salvador. Não era só a Estrada Real (...) o Nordeste era muito mais rico do que o Sul*” (Wanderley Barbosa, Carinhanha-BA).

Vários dos centros urbanos do médio São Francisco eram pouco mais do que aldeias rurais, originárias de primitivos povoados que serviram como centros de aprovisionamento dos sertanejos pioneiros e como base de alimentos para o usufruto dos bandeirantes. A dispersão pelo território, muito evidente no sertão baiano e semiárido, e a fragilidade dos aglomerados urbanos situados no

³⁶ Entrevista realizada no município de Montes Claros (MG), em 2006. Disponível no “Acervo do LESTE”.

³⁷ Entrevista realizada no município de Carinhanha (BA), em 2007. Disponível no “Acervo do LESTE”.

São Francisco ajudam a entender alguns traços que podem ser percebidos nas entrevistas e que fazem alusão ao constante movimento de migração existente na região há séculos.

Com o desenvolvimento das primeiras cidades originadas da mineração, um forte movimento migratório pode ser constatado utilizando o Vale do São Francisco, por ser o elo mais barato com o sul do país. Os primeiros lampejos desse movimento acontecem logo após a mineração, mas a ligação com a migração praticamente permanece durante toda a história da região, tornando-se uma marca referencial da população do sertão.

Os deslocamentos populacionais regidos pelos rigores das secas nordestinas e as medidas paliativas que levam parte da população para as frentes de trabalho fazem parte do cotidiano nordestino. (...) No desenvolvimento histórico do país, o São Francisco representou sempre papel de condensador e distribuidor das correntes povoadoras de nossa terra (SAMPAIO, 2002, p. 52).

Seja em busca de melhores condições de vida, seja para fugir da seca e das dificuldades naturais, os sertanejos fizeram da região do São Francisco, há muito tempo, uma área de emigração. O constante movimento para fora, praticamente está incorporado na conduta da população local. Em depoimento registrado no município de Carinhanha (BA), o Sr. Honorato dos Santos ressalta a preocupação com as migrações para outras províncias, lembrando que no período da exploração aurífera na região de Ouro Preto, a Metrópole portuguesa teve de limitar tais deslocamentos: “*A região de Ouro Preto devia ter em torno de 50.000 pessoas. A Corte tinha muito medo de revoltas na Colônia e chegou a interferir, proibindo a descida dos nordestinos, porque as outras províncias estavam ficando vazias*” (Honorato dos Santos, Carinhanha-BA, 2007).

Apesar de a pecuária ter se desenvolvido e deixado marcas profundas na região do Vale do São Francisco, essa atividade não conseguiu criar vínculos efetivos para a fixação do homem na terra. Os excedentes populacionais não aproveitados na lida com o gado somavam-se às ondas de retirantes, que rumavam para o sul do país à procura de melhores condições de vida e de oportunidades nas promissoras cidades que iam se formando, atraindo esse público.

A pecuária é ali uma indústria extrativa, a sesmaria garante a posse de um determinado espaço coberto de grama natural que o boi transforma em carne e couro, sem necessidade nenhuma de interferência do homem. Por isso se nota uma ânsia de latifúndios que não corresponde ao amor pela terra. As fazendas não deixarão, nesta fase, nenhum monumento duradouro da sua existência porque os currais são de varas, os ranchos de pau a pique e vivem menos que seus construtores; o pasto não guardará também a história desses rústicos estabelecimentos porque as queimadas sucessivas agirão, perturbando e alterando as associações primitivas (PROENÇA, 1944, p. 68).

A pecuária, como modo de produção mais comum nos primórdios da ocupação da bacia, fornece elementos suficientes para concordar com as ideias de Harvey (2001) em relação às práticas socioespaciais. Segundo o autor, a formação do espaço social é, em muitos casos, determinada pela relação direta com os modos de produção.

As práticas temporais e espaciais nunca são neutras nos assuntos sociais; elas sempre exprimem algum tipo de conteúdo de classe ou outro conteúdo social, sendo muitas vezes o foco de uma intensa luta social. Isso se torna duplamente óbvio quando consideramos os modos pelos quais o espaço e o tempo se vinculam com o dinheiro e a maneira como esse vínculo se organiza de modo ainda mais estreito com o desenvolvimento do capitalismo. Tanto o tempo como o espaço são definidos por intermédio da organização de práticas sociais fundamentais para a produção de mercadorias. Mas a força dinâmica da acumulação (e superacumulação) do capital, aliada às condições da luta social, torna as relações instáveis. (HARVEY, 2001, p. 218).

Atualmente, a migração continua sendo prática comum a uma parte significativa da população. Principalmente os jovens, quando não encontram condições de estudo ou de inserção no mercado de trabalho local, tendem a deixar a região em busca de uma vida melhor. *“Geralmente, quando a pessoa adquire o segundo grau aqui, sai mesmo, isso aí não tem jeito. Vinte, trinta por cento sai. Setenta por cento dos que saem, eu acho que é por falta de condições. Alguns saem, mas acabam ficando por aqui por perto mesmo, acaba trabalhando aqui mesmo, arrumando um empreguinho pequeno. Mas o pessoal que quer um poder aquisitivo maior, sempre desloca daqui e vai para Belo Horizonte. Agora o pessoal daqui sai para trabalhar mesmo é para São Paulo. De primeira é São Paulo, hoje já começou a mudar um pouco, hoje tem muita gente que vai para Brasília, até porque hoje já tem ônibus que sai de São Romão para Brasília direto, então isso facilita, né? Vai muito para Brasília e Belo Horizonte. Montes Claros aqui também começou, o pessoal fazendo faculdade. Com essa facilidade hoje o pessoal começou também a deslocar muito para Montes Claros”* (Antonio Neto³⁸, São Romão-MG, 2006).

Apesar de os movimentos migratórios continuarem fortes, é possível observar um movimento pendular entre os retirantes, que retornam à sua terra de origem após temporadas passadas longe da família em terras do sul do país. Essa característica da migração não é algo tão recente e foi apontada por Zarur em seu texto, que data 1947.

Os emigrantes do Vale do São Francisco não abandonam suas casas impelidos pela fome ou pela miséria. A emigração é intensiva, não pela impossibilidade de subsistirem, mas porque querem melhorar sua condição econômica em outras regiões em que maiores oportunidades sejam oferecidas e onde seja possível um padrão de vida mais alto. Contudo, muitos desses emigrantes não permanecem no sul durante muito tempo; após 5 ou 10 anos de trabalho,

³⁸ Entrevista realizada no município de São Romão (MG), em 2006. Disponível no “Acervo do LESTE”.

regressam aos seus primitivos lares com algumas economias e freqüentemente com família constituída (ZARUR, 1947, p. 20).

Muitos entrevistados apontam os atuais incentivos governamentais como instrumentos que viabilizam o retorno dos retirantes após a sua aposentadoria. A possibilidade de garantir renda mensal via benefício do Governo favorece o regresso à terra natal, contribuindo também para a manutenção de um tímido comércio local, a partir da renda com a aposentadoria.

Em entrevista com o Sr. Antonio Neto, de São Romão (MG), fica claro o papel das aposentadorias no retorno do retirante do sertão: *“Esses planos do governo, de aposentados, fizeram a economia girar mais. O pessoal está mais preocupado em voltar, então de dez anos para cá deu um pulo muito grande. (...) Hoje há um retorno desses aposentados, por exemplo, já há um retorno de muitos aposentados e do pessoal que saiu naquela época de 1960 e foram para São Paulo, Brasília. Hoje eles já voltaram aposentados, têm as famílias aqui, já vão direto para as casas deles, os filhos vão ficando aqui, alguns ganham bem e vão arrumando alguma coisa”* (Antonio Neto, São Romão-MG, 2006).

Outro elemento que define o período de ocupação do São Francisco é a relação com a posse da terra. Como se viu, desde a origem, a divisão da propriedade na região do grande rio privilegiou a distribuição de sesmarias, que representaram as atuais origens dos latifúndios. A figura política que se beneficiou dessa condição é representada pelos coronéis, que administravam grandes porções de terra, controlando a vida de todas as pessoas que estavam dentro de suas posses. Segundo Zarur (1947) isso foi uma das possíveis causas da dispersão populacional, principalmente no médio vale, e acompanha a história do rio até os dias de hoje.

O sistema atual da propriedade na Bacia do São Francisco é o resultado da extensão das propriedades doadas nos tempos coloniais. Por muitas gerações o sistema de terras, feudal, não acompanhou pari-passu o progresso do país, daí resultando que, antigos valores e velhos problemas continuam até hoje sem solução. A economia de criação extensiva e o relativo isolamento do vale favoreceram a continuação da existência dos latifúndios. (...) O caráter conservador dos habitantes locais, a falta de influxos freqüentes de população, o abandono da terra, o isolamento do resto do país, e finalmente a decadência econômica auxiliaram a manter quase imutável o sistema latifundiário (ZARUR, 1947, p. 49).

A raiz do coronelismo ainda está muito presente e são comuns rixas familiares em toda a região. Diferentes dos artifícios passados, onde a disputa por poder era praticamente uma guerra particular, hoje os instrumentos são outros. Como o Estado conseguiu diminuir as antigas disputas armadas, os embates se dão nas eleições, onde cada lado se filia a um partido político e são comuns os choques políticos acirrados. Em depoimento recolhido na cidade de São Romão, o Sr. Telêmaco

Galvão, referenda essa discussão: *“Aqui tem um problema muito sério, tem muita perseguição política. Aqui se persegue demais até hoje. Aqui tem muito aquela coisa de orgulho de família; de nome de tradição. Por ser uma cidade bastante velha. Tem umas famílias que estão aí há muito tempo. O perseguidor de hoje é o perseguido de amanhã, é só perder na política”* (Telêmaco Galvão, São Romão-MG, 2006).

Em entrevista com uma das moradoras do município de Carinhanha (BA)³⁹, a Sra. Lindaura Santana, é fácil perceber que as disputas políticas pelo poder se fazem presentes no cotidiano da região. O coronelismo de outrora se utiliza atualmente de outros instrumentos políticos, que definem o controle do poder. Segundo ela *“Ainda existe um grande ranço do coronelismo na região, inserido nas pessoas e que reside na cultura aqui do povo de Carinhanha. (...) Muitos ainda acham que a cidade deve ser administrada de acordo com o que o coronel deixou. O prefeito deve ser autoritário. Não precisa ouvir ninguém, é do jeito que ele decidir e acabou”*.

Esse tipo de atitude, que favorece a concentração do poder, ocorre muito em municípios distantes, onde não é comum a supervisão do Estado. Em regiões mais afastadas dos grandes centros, com pequena densidade populacional e onde o interesse econômico é menor, as práticas do coronelismo e do “curral” político são mais frequentes. Na entrevista com Sra. Lindaura Santana, registrou-se o seguinte testemunho: *“O Coronelismo aqui é tão grande, que as pessoas se sentem coronéis, mesmo sem saber que estão sendo coronéis. Falavam assim: 'Eu sou Diretor desta escola. Eu não estou diretora desta escola. (...) Na minha escola quem manda sou eu'. Isso aqui é muito ruim, as pessoas falarem isso. Já é uma coisa de cultura, né? 'Ah não, lá na minha escola quem manda sou eu'. Quer dizer, passa por cima dos pais, passa por cima de outras autoridades e tudo, né?”* (Grifo nosso).

Analisando tais afirmações verifica-se que as práticas ligadas ao controle do poder ultrapassam as camadas políticas tradicionais e atingem outras instituições públicas, que passaram a ser administradas a partir dos interesses dos grupos dominantes. Não existe, portanto, uma percepção de que os bens públicos necessitam de maior interação popular na gestão, mantendo vivas as práticas de autoritarismo de outrora. Essa realidade é comum em vários dos municípios visitados, principalmente porque, muitas vezes, as disputas políticas por cargos públicos traduzem questões intimamente ligadas à posse de terra e a variáveis econômicas que complementam embates históricos familiares, que remontam ao tempo das sesmarias.

³⁹ Entrevista realizada no município de Carinhanha (BA), em 2007. Disponível no “Acervo do LESTE”.

Hoje a população possui melhor acesso a informações sobre a conjuntura política geral e, com isso, muda paulatinamente a percepção em relação às suas escolhas, mesmo persistindo ações de assistencialismo tão comuns em tempos de eleição. A própria relação com a política tem sido lentamente alterada. A presença de organizações populares, tais como associações e ONGs, tem contribuído para aumentar a participação da comunidade, despertando o interesse para diversas temáticas, tais como a preservação do patrimônio e a conservação do rio. Além disso, o retorno dos antigos retirantes vem colaborando para movimentar não só o comércio, mas a vida política de várias localidades. Muitos concorrem a cargos públicos porque, ao retornar à terra natal, após grande período ausente, possuem respeito e prestígio. Mesmo que ainda perdurem os hábitos dos tempos áureos do coronelismo, o morador do Vale do São Francisco tem hoje instrumentos um pouco melhores para compreender e interferir na organização da vida política dos municípios.

Elemento marcante na cultura e na formação socioespacial do Vale do São Francisco é, sem dúvida, a sua utilização como hidrovia. Data da segunda metade do século XIX a introdução dos primeiros “vapores” ou “gaiolas”, que incrementaram o uso comercial do rio São Francisco. Entretanto, remontam a tempos antigos a utilização do rio como vetor comercial de pequena escala, no qual o movimento mercantil era realizado pelos barqueiros e remeiros, que cooperaram tanto com o processo de interiorização, quanto com o comércio de gêneros dos mais diversos.

Segundo Matos (2007), pode-se falar da existência de uma “hidrovia popular”, em que, diferentemente das embarcações de maior porte, ligadas a empreendimentos de grande capital, circulava uma grande quantidade de embarcações mais leves e funcionais ao comércio realizado cotidianamente entre as localidades ribeirinhas e seu entorno, tendo, no barqueiro ou nos remeiros, suas figuras humanas de maior expressão.

Por quase um século, a importância econômica, política e cultural, de muitas localidades no Vale do São Francisco, esteve relacionada diretamente à necessidade e à capacidade de utilização desse rio enquanto um caminho de integração. Isso se dá particularmente no caso das localidades portuárias nodais mais bem equipadas, a exemplo de Pirapora, com sua conexão ferroviária para o Rio de Janeiro e Belo Horizonte; e Juazeiro, cuja ligação com Salvador também era feita por estrada de ferro. Pode-se destacar ainda, aquelas localidades que apareciam no sistema hidroviário enquanto importantes entrepostos comerciais, como são os casos de São Romão, Januária, Ibotirama, Barra, Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova e Sento Sé (MATOS, 2007, p. 5).

Em vários depoimentos encontram-se referências significativas, que remetem aos tempos áureos da navegação fluvial. Em conversa registrada na cidade de Januária, que era um dos

principais portos do São Francisco, o Sr. Lenine Correa⁴⁰, descreve com saudosismo o período da navegação: *“Januária era isolada, mas por volta de 1930 já foi o principal porto do São Francisco. Os vapores eram cheios de gente, muita gente chegava e rumava para o Sul, mas muita gente ficava e movimentava o comércio daqui. E ainda hoje a cachaça de Januária mantém a freguesia da época do vapor”* (Lenine Correa, Januária-MG, 2006).

Em Pirapora (MG), o papel dos remeiros é revisitado na lembranças do Sr. Ivan da Mota⁴¹, que reconhece nessas figuras a imagem do comerciante ribeirinho, responsável pelo abastecimento de várias cidades. *“Havia uma navegação intensa utilizando as pequenas barcas tocadas pelos remeiros e utilizando as canoas. A partir de 1871 é que foi inaugurada a navegação a vapor, mas havia uma movimentação intensa na região, que comerciava assim de forma muito destacada, a rapadura, a cachaça a farinha e o peixe seco”* (Ivan da Mota, Pirapora-MG, 2006).

A importância dos vapores foi significativa, principalmente naquelas cidades portuárias, onde era possível uma integração com o sistema de transporte ferroviário. Tal possibilidade facilitou ainda mais a movimentação da população que utilizava o rio. *“Com a extensão da Central do Brasil, passou-se a ter este intercâmbio e transformou o lugarejo em um entreposto natural. Pirapora era parada quase obrigatória. Quem quisesse comerciar com o Nordeste ou quisesse vir do Nordeste para o Sul, passou a utilizar as embarcações do São Francisco até aqui, que era o ponto final da Central do Brasil e, daqui, eles seguiam de trem para outros lugares: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte”* (Ivan da Mota, Pirapora-MG, 2006).

Da época áurea da navegação resta um saudosismo quase melancólico que reconhece a importância dessa atividade para a dinâmica dos municípios, que hoje usufruem menos dos benefícios do comércio fluvial pelo São Francisco. Em depoimento recebido em Manga (MG), cita-se o movimento dos vapores pela região, que atualmente não possui mais a mesma importância: *“Tinha muito vapor aqui em 1940, o comércio era vivo e com todo tipo de mercadoria. Tinha vapor que vinha de Minas, da Bahia e que levava mercadoria para todo este sertão”* (Sr. José Olímpio⁴², Manga-MG, 2007)

Durante quase 70 anos a navegação com os vapores foi responsável pelo avivamento da região, apesar dos limites produtivos para a sua integração com as regiões mais dinâmicas economicamente. A obsolescência da navegação fluvial via vapores é lembrada em depoimentos,

⁴⁰ Entrevista realizada no município de Januária (MG), em 2006. Disponível no “Acervo do LESTE”.

⁴¹ Entrevista realizada no município de Pirapora (MG), em 2006. Disponível no “Acervo do LESTE”.

⁴² Entrevista realizada no município de Manga (MG), em 2007. Disponível no “Acervo do LESTE”.

que apontam algumas das causas dessa decadência. *“Aqui era muito isolado, para você ir a Montes Claros, você tinha de ir a Pirapora. Às vezes, quando o rio estava baixo, levava oito dias para se chegar daqui a Pirapora. Às vezes o vapor batia o bico em uma praia dessa, aí já era. Desencalhava aqui, encalhava ali. Era tudo isolado, como é que ia fazer? E hoje tem a questão da lentidão, é tudo de carreira, não dá para esperar oito dias para chegar a Pirapora”* (Lenine Correa, Januária-MG, 2006).

Matos (2007) discute a condição atual da utilização do rio como vetor de comércio e transporte e reitera a sua importância local. A concorrência com as rodovias e a necessidade de maior rapidez no deslocamento de cargas podem ser apontadas como algumas das razões para o desuso do rio. Porém, mesmo com a diminuição de sua importância regional, o transporte fluvial ainda é utilizado com recorrência em deslocamentos intramunicipais, principalmente envolvendo localidades ainda não contempladas por rodovias.

Para as novas gerações de ribeirinhos, a rodovia tende a significar um elemento de incentivo à migração, frente às dificuldades econômicas inerentes aos pequenos e pouco dinamizados núcleos urbanos. O rio parece perder potência enquanto uma opção de ocupação e uma alternativa econômica confiável. E, em função da rapidez com que as conexões efetuadas pelo complexo de rodovias podem propiciar, a navegação para transporte de passageiros e cargas passa a ser, na maioria das vezes, uma opção cotidiana de última instância, fundamentalmente, quando da necessidade de deslocamento para localidades ainda não interligadas diretamente pelas rodovias (MATOS, 2007, p. 8).

Apesar de perder importância em relação ao uso comercial, uma das principais permanências identificadas nos depoimentos, é que o rio São Francisco, independentemente do período estudado, da fonte de pesquisa utilizada, ou da região referida, continua possuindo papel fundamental na estruturação de uma dinâmica regional, não só por prover recursos naturais indispensáveis à população ribeirinha, mas também por se manter como elo de integração entre os muitos municípios que fazem parte do seu vale.

Mesmo sofrendo com as consequências de uma utilização não planejada e predatória, que acaba por prejudicá-lo em relação ao volume e qualidade das águas, o rio São Francisco ainda sustenta grande parte da população ribeirinha, funcionando como principal provedor de recursos para a subsistência (pesca, extração vegetal, agricultura de vazante); contribuindo nos deslocamentos locais; atuando como vetor de comércio ribeirinho e como guia para deslocamento de pequenas boiadas: o rio mantém viva a sua importância estrutural na região.

Em depoimento registrado em Montes Claros (MG), o Sr. Leonardo Avelar⁴³ descreve o contexto que realça a dinâmica proporcionada pelo São Francisco. Indagado sobre a importância do rio e sobre as consequências de sua degradação, o entrevistado respondeu: *“Acho muito, muito importante. Não só pela importância ecológica, que eu acho que não precisa nem falar. A questão da água em si, é a vida mesmo dessa população. Isso não é história de pescador, porque eu mesmo já vi surubins enormes, de não sei quantos quilos, e hoje, não acha surubim com mais de meio metro. O rio já tá bem raso. Então é uma coisa que assusta principalmente os barranqueiros, porque eles tão vivendo ali direto, eles vivem do rio e da pesca. A vida deles é o rio”* (Leonardo Avelar, Montes Claros-MG, 2006).

A essa condição indispensável, proporcionada pelas características próprias do rio, somam-se os laços que permanecem ainda fortes, estabelecidos a partir do contato direto com os elementos naturais, principalmente a pesca e a pecuária desenvolvida na região. Desde os primórdios da ocupação do Vale do São Francisco, a forte ligação com o meio ambiente, especialmente pela criação de gado, sempre foi elemento marcante. As primeiras vilas e povoadamentos surgiram em função das atividades agropastoris e, tal condição, perpetuada durante séculos, favoreceu a consolidação de marcas culturais que continuam ainda vivas na população local.

A expansão dos currais trouxe como consequência, uma identificação muito íntima entre os povoadores e a natureza. Alimentação, vestuário, habitação, costumes e a própria estrutura social sofrem a influência do meio e o ajustamento ao ambiente geográfico termina por imprimir a esses agrupamentos, características de unidade regional (PROENÇA, 1944, p. 67).

Mesmo em contato com instrumentos presentes na modernidade (rádio, televisão, internet), vários dos hábitos notoriamente originários na vida no campo ainda prosseguem. É possível observar que muitos dos habitantes do São Francisco conservam a tranquilidade e o comedimento que soam incoerentes com a agitação e correria de uma realidade comumente urbana e moderna. A alimentação, por exemplo, ainda é muito baseada no peixe e na carne, iguarias que mantêm a ligação com o passado.

Essa postura diferenciada em relação à vida nos grandes centros é percebida também na relação com a cultura. São várias as manifestações culturais que conservam firme a tradição acumulada por séculos. No depoimento da Sra. Maria da Conceição Moura, a folclórica Maria do Boi, de São Romão (MG), tem-se uma ideia das inúmeras festas e comemorações pagãs e religiosas que se confundem com tradições negras, indígenas e brancas, moldando um diversificado cenário

⁴³ Entrevista realizada no município de Montes Claros (MG), em 2006. Disponível no “Acervo do LESTE”.

cultural. Na conclusão do depoimento, contudo, identifica-se a fragilidade dessas manifestações, e a dificuldade de se imaginá-las no futuro, uma vez que são poucos os que trabalham para a sua conservação. *“Aqui tem festa do Divino, Nossa Senhora da Abadia, São Romão, tem batuque, reinado, tem caboclo, Festa de Nossa Senhora do Rosário, tem o boi. Isso tudo era da minha avó, mas agora isso tá morrendo. Se eu parar com essas coisas ninguém vai ficar. Depois que eu for só meu irmão, esse é capaz de ficar”* (Maria da Conceição de Moura, a Maria do Boi, São Romão-MG, 2006).

Em Pirapora (MG), a Sra. Mariângela, recorda-se de que a tradição cultural e as festas comemorativas são elementos bastante comuns no cotidiano dos moradores, inclusive, sendo perpetuados, passando de pais para filhos, em um processo delicado de continuidade. *“Antes era o Sr. Arquileu que era o guia do São Gonçalo, que dirigia o grupo. Ele morreu, ficou o filho dele, agora é o Sr. Afonso. Não é só a família do Sr. Afonso que participa, a mulher dele também dança, mas são pessoas da comunidade que fazem a festa, não tem só vínculo de família, de laço de sangue não, eles se juntam com as demais comunidades e dançam”* (Mariângela, Pirapora-MG, 2006).

É importante perceber que nas manifestações culturais estão os indícios mais claros da profunda interação entre as culturas que se relacionaram no São Francisco. Independentemente do motivo da celebração, ritual, ou festa, fazem-se presentes as influências das principais etnias que contribuíram para a ocupação do São Francisco. A Sra. Anildes Evangelista, de Montes Claros (MG), ao comentar sobre as “festas de agosto”, reconhece a mistura de costumes e culturas. *“Ela tem influência africana, indígena e portuguesa. A festa de agosto, ela é a junção desses três povos, né? Você tem uma influência até dos espíritos, dos reis, que nada mais é do que o povo reverenciando o rei passar. E a influência dos negros, é na dança dos catopés e na dança dos negros. É negro, índio e português. A influência dos catopés é muito forte, é a festa mais importante da cidade e de grande participação do povo mesmo, onde o povo, o povo com pé descalço sente que a festa é deles. Eles é que fazem a festa”* (Anildes Evangelista, Montes Claros-MG, 2006).

Mesmo reconhecendo que houve uma profunda mistura de culturas, uma ruptura importante em relação às posturas do passado refere-se à figura do sertanejo do São Francisco. Normalmente citado nos livros como um ser dotado de muito vigor físico, acostumado às dificuldades do sertão, para o caboclo do São Francisco convergem as referências ligadas à mistura de raças, verdadeiro elemento do intercâmbio cultural de índios, brancos e negros, que constituíram o povo brasileiro.

O elemento humano na Bacia Média do São Francisco, apesar de sofrer em geral vários cruzamentos, apresenta um tipo especial, completamente diverso do que habita a região costeira e os platôs do sul. (...) Ainda que puramente brancos, negros e índios somem um pequeno total, a maior parte pertence ao tipo caboclo, que é principalmente, um produto dos troncos branco e índio, com traços de sangue negro. (...) Por consequência o sertanejo, é o tipo resultante de alguns séculos de amalgamação racial e aculturação. (...) É fisicamente forte, capaz de suportar longas horas de labor extenuante, quando não atacado pelas moléstias dominantes na região. Tem inteligência viva e arguta, é de espírito inventivo, não sendo entretanto econômico. Possui uma filosofia fatalista que o preserva de revoltas contra condições adversas. No seu trabalho não demonstra a perseverança e a continuidade do imigrante estrangeiro, não em virtude da ascendência indígena, mas porque lhe falta a educação apropriada. (ZARUR, 1947, p. 8).

Para esse mesmo elemento humano exortado nos escritos sobre a região, convergem também boa parte dos preconceitos em relação à lida no trabalho e à falta de operosidade. Vários são os depoimentos que enaltecem o sertanejo, mas que tecem duras críticas em relação ao seu comportamento diante das rotinas de trabalho, como se isso fosse de alguma forma ligado mais a uma predisposição genética, quase racial, do que a uma conjuntura sociopolítica. Em depoimento registrado na cidade de São Romão, tem-se uma noção da intensidade desse preconceito: *"A maioria é preguiçoso, não quer fazer muita coisa. Tem cabeça de peixe, farinha e cachaça, o pessoal não quer nada não. Barranqueiro é o baiano cansado, né? Teve preguiça de chegar a São Paulo e ficou por aqui"* (Telêmaco Galvão, São Romão-MG, 2006).

Usando palavras bem parecidas, em um depoimento registrado em Montes Claros, o Sr. Virgílio de Paula, também expõe esse tipo de preconceito em relação ao barranqueiro e, principalmente, ao baiano: *"Dizem que o barranqueiro era meio preguiçoso, não era só o baiano. Também, grande parte dos barranqueiros daqui vieram da Bahia. Barranqueiro pescador era o seguinte: ele jogava o anzol e ficava esperando o peixe cair. Ele pegava o surubim, limpava o peixe, tirava a cabeça. Ele vendia o peixe, e com o que ele vendia, ele comprava a pinga, o fumo, o sal e a carne. Voltava pra casa, cozinhava a cabeça do peixe, fazia o pirão, tomava da pinga, e ia pitar na beira do rio, esperando outro peixe. Essa era a vida dele"* (Virgílio de Paula, Montes Claros-MG).

Atualmente, vai se abolindo aos poucos o conceito de que o sertanejo seja, de alguma forma, geneticamente diferente de qualquer outra tipologia humana. Para os moradores ribeirinhos, está mais claro que as condições de vida em que se encontram são consequência de limitações socioculturais e conjunturas econômicas, que atuaram na região durante séculos e que serviram para moldar as mentalidades e comportamentos desses seus habitantes.

No desenvolvimento da pesquisa, comparando as fontes documentais com as entrevistas de campo, foi possível notar uma ruptura significativa em relação à percepção sobre a disponibilidade

dos recursos naturais fornecidos pelo rio. Nos escritos mais antigos, era comum difundir-se a informação de que o São Francisco seria um provedor quase que infinito de recursos para a subsistência da população, relacionado à pesca abundante, à disponibilidade de águas para consumo, à riqueza da flora e fauna e a diversos aspectos naturais que compunham as necessidades básicas da população. Atualmente, ao contrário da maioria dos relatos sobre o São Francisco, vê-se nitidamente, que os recursos providos pelo rio tendem a se esgotar, se não forem usados com parcimônia. A população consegue compreender que a antiga abundância de recursos naturais que cercavam o São Francisco se esvaeceu e que os indivíduos que dependem dele encontram certa dificuldade para se manter. Tem-se a consciência de que o rio, para se recuperar, necessitará de contribuição externa e que a escassez atual, certamente foi causada pela ação desgovernada e predatória do homem.

Em depoimento registrado na cidade de Januária (MG), o Sr. Lenine Correa compartilha a sua impressão sobre o rio e aponta o perigo de que ele esteja “morrendo”, quando afirma: *“O rio já se tornou menos importante como sustento, a não ser pela água, né? O rio tá minguando, os peixes sumiram, não tem mais o vapor e o comercio está diminuindo muito”* (Lenine Correa, Januária-MG, 2006). Em Carinhanha (BA), o Sr. José Patrício relata a sua preocupação em relação à atual situação do rio, que se configura bem diferente da abundância de outrora: *“O rio agora está defasado, todo quebrado, todo maltratado, abandonado, não só pelo ribeirinho, mas pelo povo desta nação. Você está vendo este esgoto aí, em junho você consegue atravessar a pé. Você não vê nada, só areião, que nós chamamos de coroa”* (José Patrício, Carinhanha-BA, 2007).

Identifica-se na população ribeirinha um sentimento de relativo paternalismo em relação ao rio, justificado pela iminência da sua perda. Vários foram os discursos de afeto e preocupação com o rio, entretanto, poucos são os mecanismos efetivos utilizados para a sua conservação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de conhecimento científico, por suas características tradicionais e peculiares, exige que cada tentativa para a sua elaboração apresente, minimamente, conclusões formatadas no ponto de sua chegada. Em alguns casos, o sucesso ou não na empreitada é vinculado estritamente aos seus resultados finais.

Nas ciências humanas, mais do que as conclusões que tentam resumir o resultado de um trabalho, o caminho percorrido até o arremate possui grande importância, principalmente, quando se considera a possibilidade de criação, aperfeiçoamento ou reprodução de metodologias de pesquisa. Nesse sentido, somados aos resultados gerados em relação à análise da região do São Francisco, acredita-se que o processo e a metodologia que conduziu a tais conclusões são de suma importância.

Recordando as etapas que encaminharam até aqui, aponta-se a necessidade de renovação na postura da ciência tradicional, ainda muito presa aos preceitos positivistas, que, muitas vezes, limitam a construção do saber, ao segmentar o conhecimento em diversas e autônomas disciplinas. Ao optar-se por procedimentos que favoreçam a transdisciplinaridade, acredita-se que tal escolha representa um ensaio para a transformação da ciência em algo mais sensível aos novos desafios da Pós-Modernidade.

Entretanto, trazer essa postura mais flexível para servir de suporte à investigação da realidade é tarefa bastante complexa, visto que as raízes do comportamento positivista ainda são bem profundas e acabam por condicionar o comportamento investigativo quase que intuitivamente. Ao promover a investigação das transformações socioespaciais no Vale do São Francisco, segundo um olhar geohistórico, reconhece-se que muitas das propostas sugeridas para promover alterações na metodologia positivista são mais simples no discurso.

Esta dissertação é um produto voltado, em princípio, para o mundo acadêmico, motivo pelo qual algumas regras e condições foram respeitadas, principalmente no que se refere à padronização da linguagem e à necessidade de estabelecer vínculos com os resultados obtidos por outros autores desse tema, e mesmo para o projeto no qual este trabalho se insere. Essas condições estruturais para a construção do saber são padrões importantes para o desenvolvimento de uma ciência que se pretende universal e homogênea.

Tal crítica, todavia, torna-se pertinente a partir do momento em que a utilização das regras da academia interfira, de alguma forma, limitando as possibilidades de produção do saber e a relação entre ciência e os indivíduos que não fazem parte do mundo acadêmico. As regras e

preceitos positivistas e a divisão das disciplinas são artifícios necessários. Entretanto, incentivam o desenvolvimento de uma ciência, que pode substituir o conteúdo pela forma, e isso deve ser evitado.

Da defesa inicial de um espírito e de uma metodologia interdisciplinar passa-se a apoiar uma moderna atitude científica, que se poderia definir adisciplinar, ou seja, mais de convergência ou polarização sobre os problemas do que sobre os conteúdos esclerosados das disciplinas tradicionais, na perspectiva de uma concepção moderna da ciência do homem não mais modelada por divisões disciplinares artificiais e autoritárias (FERRO, 1985, p. 48).

Nesta pesquisa, as disciplinas tradicionais Geografia e História foram os primeiros alvos, por ser, respectivamente, os ramos do conhecimento que tratam dos conceitos de espaço e de tempo. A opção por utilizar uma metodologia de pesquisa geoistórica coloca-se como alternativa à rigidez disciplinar e à possibilidade do desenvolvimento conjunto do saber socioespacial.

"Uma perspectiva geo-histórica" requer "uma tipologia dos aglomerados humanos" que "seja funcional para uma periodização da ocupação do espaço", dado que é necessário "reconhecer uma lógica própria na história do povoamento, uma periodização própria que não pode coincidir nem com a de uma história ecológica nem com a de uma história econômica nem, por fim, com a de uma história demográfica. Por isso, "o discurso geo-histórico tende a tornar-se um discurso de história social e de morfologia geográfica... e a passar a morfologia social (FERRO, 1985, p. 47).

As palavras de Ferro (1986) resumem o objetivo principal desta empreitada, que se crê alcançado:

Pode-se assim concluir reafirmando que o trabalho e a investigação do geógrafo não podem deixar de ter em conta as transformações históricas do território que se examina, com o duplo objectivo de reconstruir as condições do ambiente no passado e, sobretudo, de se reportar às formas de vida, às condições de civilização, às técnicas de trabalho e aos tipos de consumo do passado; e tudo isto não só para melhor compreender as condições de então, mas também as condições do presente (FERRO, 1986, p. 67).

5 CONCLUSÃO

Com base no conceito de uma metodologia geohistórica para servir de suporte às análises relacionadas às variáveis socioespaciais, utilizou-se o Vale do São Francisco no período *core* de sua ocupação, como concretude a ser investigada e por julgar que tal região comportaria características fundamentais para se desenvolver e testar essa mentalidade investigativa.

Percorrido o caminho delineado na pesquisa, demonstrou-se que a área escolhida e o período investigado foram satisfatórios como objetos para o exercício transdisciplinar de análise. A complexidade de variáveis contempladas pelo objeto foram essenciais para a validação da metodologia aplicada e, junto a isso, os resultados da averiguação proporcionaram novas visões sobre o São Francisco, sua história e sua organização socioespacial.

Das conclusões sobre o Vale do São Francisco, a mais significativa é referendar a importância da pecuária e do comércio ribeirinho como elementos fundamentais na organização espacial e na escrita da história da região. Os depoimentos registrados em campo e as pesquisas bibliográficas convergiram para apontar a relevância desses dois modos de produção, como partes definidoras do território, da economia, da sociedade e da cultura do São Francisco. Apesar da grande relevância das Bandeiras e da mineração na tradição e na história do Alto São Francisco, é inegável reconhecer a pujança e influência desses outros elementos, que interferiram, principalmente, na formação do médio São Francisco, a que chamamos de Região do Gado.

Após a avaliação, é possível reconhecer que a ocupação do Vale do São Francisco deu-se de uma forma bem mais complexa do que sugerem as que tratam toda a região como área de influência da mineração. Tomando como referência o Estado de Minas Gerais, fica claro que existe uma divisão simbólica e socioespacial, que separa a região da mineração — Minas — da região dos currais — Gerais. Contudo, afirma-se que é da complexidade dessas diferenças que se moldam a cultura, a história, o espaço e a sociedade mineira.

Ao considerar-se a utilização da linguagem oral como instrumento de pesquisa, cabe ponderar a dificuldade no tratamento dessa fonte. Apesar de os depoimentos, em grande maioria, revelarem elementos instigantes sobre o objeto estudado, tornou-se mister certificar-se de que as informações registradas em campo seriam comprovadas e validadas por outros documentos disponíveis sobre o tema, para garantir minimamente a qualidade e precisão dos dados apresentados neste texto. Assim, o tratamento das entrevistas recebeu atenção especial, e independentemente de quaisquer tipos de interferência que tenham sido captados e registrados durante as conversas, optou-se por expor parte do material arquivado pela pesquisa.

Atentar para a possibilidade de alcançar, via registro oral, informações sobre a organização e formação do espaço foi diferencial bastante importante para se compreender a realidade socioespacial do Vale do São Francisco. A utilização da Geografia Oral como instrumento de obtenção de dados foi essencial para despertar a atenção para vários aspectos do real, que muitas vezes passariam despercebidos, se fossem usadas apenas fontes tradicionais de consulta.

Reconhecer que não se pode idealizar o conhecimento científico, pois ele está sempre inserido em um contexto social, foi uma das conclusões a que chegamos percorrido o caminho até aqui. A ciência é, acima de tudo, feita por pessoas, e por isso está sujeita às modificações sociopolíticas e geograficotemporais que podem questionar a suposta imparcialidade da produção científica.

Ao tratar-se das condições para a formação da sociedade do Vale do São Francisco ficou evidente que a questão da distância interfere diretamente na maior ou menor integração de determinado município. As regiões mais afastadas dos grandes centros conservam durante mais tempo as tradições e costumes ligados ao passado. Em áreas onde a integração não é obstáculo, pode ser constatada maior dinâmica e as transformações socioespaciais operam de modo mais acelerado.

Mais do que analisar a região do São Francisco como uma massa homogênea, a pesquisa revelou a complexidade de relações que envolvem a ocupação do vale, sendo que os rótulos preconcebidos tendem a esconder diferenças significativas em relação à organização socioespacial disponível na região. Ressalta-se, assim, a necessidade de se reconhecer as diversas redes criadas entre os municípios da bacia, que mesmo não obtendo uma influência macrorregional, ajudam na construção das características locais de cada município. Esse argumento torna-se cristalino ao observar-se as redes comerciais e de transporte fluvial. Quando o comércio fluvial pelo São Francisco é citado na literatura, a imagem que logo se forma é a dos vapores e gaiolas, que durante um longo período foram responsáveis por conduzir o comércio e o transporte de passageiros da região. Porém é um imenso equívoco julgar que esse tipo de comércio só foi viável após a introdução dos vapores, no século XIX. A história da ocupação do rio comprova que uma complexa rede de relações comerciais entre os municípios ribeirinhos já era significativa anos antes da introdução das gaiolas a vapor. Os remeiros e barqueiros do São Francisco possuem papel fundamental na formação do vale, mesmo antes de os navegadores conduzirem as primeiras embarcações a vapor. Reconhecer a importância dos agentes locais na transformação do São

Francisco é critério fundamental para se compreender as transformações socioespaciais que operaram na região.

Diante dos desafios apresentados por esta pesquisa, admite-se que muitos assuntos ainda merecem um tratamento mais aprofundado, devendo tornar-se objetos para futuras pesquisas na área. A visão aqui apresentada destaca apenas algumas das possibilidades de análise em relação à região e ao tema escolhido. Os resultados desta pesquisa são, portanto, ranhuras superficiais, que não se esgotam neste trabalho e que merecem novas investidas.

6 REFERÊNCIAS

- BENATTE, Antonio P. **História e antropologia no campo da nova história**. Revista: História em Reflexão: Vol.1, n. 1. Dourados: UFGD, 2007.
- BIGNOTTO, Newton. O círculo e a linha. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Schwarchz, 1994.
- BLOCH, Marc. **Introdução à história**. 4.ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.
- _____. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BORNHEIM, Gerd. A invenção do novo. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Schwarchz, 1994.
- BOSSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Schwarchz, 1994.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1946.
- _____. História e ciências sociais: a longa duração. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BUENO, Beatriz P. S. **Definição de fronteiras: razão & técnica na selva**. Revista História Viva. Ano VI, n. 65.2008.
- BURCKHARDT, Jacob. **A civilização da renascença italiana**. Trad. Vera Lúcia de Oliveira Sarmiento e Fernando de Azevedo Corrêa. Brasília: UnB, 1991.
- CARVALHO, Daniel de. **Estudos e depoimentos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.
- _____; CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- DOSSE, François. **A história em migalhas: dos annales à nova história**. São Paulo: Ensaio, 1994.
- FERRO, Gaetano. **Sociedade humana e ambiente, no tempo: temas e problemas de geografia histórica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkain, 1985.
- GARCIA, Marco Aurélio. Uma história sem fim. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Schwarchz, 1994.
- GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

- LEFEBVRE, H. **The survival of capitalism**. Londres: Allison and Busby, 1976.
- LE GOFF, Jacques. **Enciclopédia memória: história**. Vol.1. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.
- LORAUX, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Schwarchz, 1994.
- LIMA, Luiz Corrêa. **História, meio ambiente e cultura: a contribuição de Fernand Braudel**. Revista Em Debate, Fascículo n. 2, 2006.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2001.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Von (org.). **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988.
- MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão geográfica do Brasil Colonial**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- MAGALHAES JR. *et al.* **Domínios hidrogeológicos como critério de identificação de territorialidades-chaves na bacia do rio São Francisco**. Geografias, v. 3, 2007, p. 24-45.
- MATOS, Ralfo. **Impressões do São Francisco: de Bom Jesus da Lapa à Petrolina e Juazeiro — virando mar, desvirando rio**. Belo Horizonte: Revista do Leste, n. 3, dezembro/2007.
- _____. **Região, população e territorialidades-chaves da rede de cidades da bacia do São Francisco**. Belo Horizonte: Revista do Leste, n. 5, maio/2007.
- _____. **Considerações teóricas sobre o espaço, natureza e desigualdades socioespaciais**. Belo Horizonte, 2008. Mimeografado.
- NASCIMENTO, Evelin. **Sem notícias de “El Rei”**: alteridade e autoridade entre os “naturais” e os “de fora” nas Minas Gerais — a revolta dos emboabas — século XVIII. Belo Horizonte: UFMG, 2007. Monografia de Conclusão do Curso de Sociologia UFMG.
- NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**: São Paulo: Schwarchz, 1994.
- NUNES, Benedito. Experiências do tempo. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**: São Paulo: Schwarchz, 1994.
- PIMENTEL, Alfredo Vieira. **Annaes do Archivo Publico da Bahia**. Volume XXIV. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1936.
- PORTUGAL, Affonso H. Furtado. **O rio São Francisco como via de navegação**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

PROENÇA, Manuel Cavalcante. **Ribeira do São Francisco**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar LXXVI, Ministério da Guerra, 1944.

REIS, José Carlos. **A escola dos annales**. São Paulo: Paz e terra, 2000.

RÊGO, Luiz Flores de Moraes. **O vale do São Francisco – ensaio de monografia geográfica**. São Paulo: Renascença, 1935.

RICOEUR, Paul. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

ROCHA, Geraldo. **O rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1946.

ROMEIRO, Adriana. **Um visionário na corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do rio São Francisco**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.

SAMPAIO, Teodoro. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. José Carlos Barreto Santana (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, Márcio. **Rio São Francisco: patrimônio cultural e natural**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2003.

_____. **Estradas Reais: Introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil**. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Franklin Leopoldo. Bergson e Proust — Tensões do Tempo. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Schwarchz, 1994.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil (1520-1820)**. 4.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

THOMPSON, Edward P. **Tradición, revuelta y consciencia de classe**. Barcelona: Crítica, 1984.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais**. 4.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, vol.2.

VIANNA, Urbino. **Bandeiras e sertanistas baianos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1983.

VITTE, Antonio C. (org.). **Contribuições à história e à epistemologia da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ZARUR, Jorge. **A bacia do médio São Francisco: uma análise regional**. Rio de Janeiro: IBGE, 1947.